

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**CÍNTIA CRISTINA LISBOA DA SILVA**

**SILENCIAMENTOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: INTERSECCIONALIDADE  
DE GÊNERO E RAÇA NA PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS APÓS OS  
ANOS 2000.**

**PONTA GROSSA  
2022**

**CÍNTIA CRISTINA LISBOA DA SILVA**

**SILENCIAMENTOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: INTERSECCIONALIDADE  
DE GÊNERO E RAÇA NA PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS APÓS OS  
ANOS 2000.**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestra na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território.

Orientadora: Profa Dra Joseli Maria Silva  
Co-orientadora: Profa Dra Lorena Francisco de Souza (UEG)

**PONTA GROSSA  
2022**

S586 Silva, Cíntia Cristina Lisboa da  
Silenciamentos da geografia brasileira: interseccionalidade de gênero e  
raça na produção de artigos científicos após os anos 2000 / Cíntia Cristina  
Lisboa da Silva. Ponta Grossa, 2022.  
179 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:  
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta  
Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva.

Coorientadora: Profa. Dra. Lorena Francisco de Souza.

1. Ciência. 2. Geografia brasileira. 3. Geografia e gênero. 4. Geografias  
negras. I. Silva, Joseli Maria. II. Souza, Lorena Francisco de. III. Universidade  
Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP  
84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

## TERMO

**CÍNTIA CRISTINA LISBOA DA SILVA**

### **SILENCIAMENTOS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS APÓS OS ANOS 2000**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Joseli Maria Silva (UEPG) - Presidente  
Marcio Jose Ornat (UEPG)  
Geny Ferreira Guimarães- (UFRRJ)



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 20/07/2022, às 10:41, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joseli Maria Silva, Professor(a)**, em 20/07/2022, às 10:56, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1052374** e o código CRC **3AB7A2A2**.

Esta dedicatória se divide em dois momentos.

Primeiro à minha mãe Letícia Silva (*in memoriam*) que teve sua vida ceifada por mais um hediondo crime de feminicídio, e ao meu avô Cristovam Lisboa (*in memoriam*) que como mais de 600 mil pessoas foram arrancadas de nossas vidas pelo Covid-19 e pela falta de um representante político capaz de lidar com a situação em que nos encontramos.

Em segundo, dedico a todas, todos e todes que já tiveram um momento de fragilidade. Este momento não define nenhum/a de nós, vai passar. Então não deixe que isso afete o que há de melhor em você e em seus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

A ancestralidade e sua valoração se fizeram um marco importante em minha vida  
Sendo assim, não poderia começar estes agradecimentos sem ser por minha família  
Uma família com um forte marcador de gênero, tendo um grande número de mulheres  
E sendo guiada e fortificada por essas mulheres, que são: minha avó, mãe, irmã e tias  
Consegui chegar ao sul, para o mestrado então iniciar  
Mas a realidade é que não fazia ideia da friaca que iria passar  
Começou então a balbúrdia, dois anos e meio de pesquisa com muita urdia  
Foi aí que me encontrei com Joseli, minha orientadora, que muito me acolheu aqui  
Mas também não posso ignorar a Lorena, da UEG, que me co-orientava desde de lá  
Edson e Ivan também não podem faltar, pois minha metodologia vieram complementar  
Desse modo, ao RU queria agradecer, por literalmente me dar o que comer  
A CAPES também não pode faltar  
Pois mesmo com muito estresse era o que me mantinha neste lugar  
Aos aliados, quase sempre encontrados no Ru, também quero citar  
Pois são amigos que por longa data quero levar  
Christopher, que com meus cachorros vinha brincar  
Alison, que no almoço sempre tinha o que prosear  
Ao Franklin, meu companheiro de longa data,  
Que junto a sua família merecem um agradecimento especial  
Por sempre me tratarem e me impulsionarem de forma potencial  
A Kira e ao Spike, os dogs da minha vida  
Onde não importava se era manhã, tarde, noite ou madrugada, se era no frio ou na friaca  
No meio das minhas pernas sempre estavam, me deixando mais aquecida e calma  
Ao pessoal do administrativo, da limpeza, da biblioteca e demais colaboradores da instituição  
Meu obrigada de montão  
Adir, Bruna, Emylin e Hortência, o meu arco-íris na cidade cinza  
O vale encantado que colore e deixa a vida mais feliz como uma leve brisa  
Obrigada por estarem ao meu lado  
Suportando com maior intensidade o doce e o amargo  
Para finalizar, a Geny e ao Marcio eu quero agradecer  
Por literalmente fazerem um parecer que só tem a engrandecer

Pense no preço que é fazer alguém pensar  
Num mundo onde botam um preço na cabeça de quem pensa  
Eu pensando em milhares e centenas  
O sistema pensando na minha sentença  
Botaram as drogas no meio dos Panteras  
Baixa autoestima no meio das negras  
Maldições em nós por várias eras  
E hoje nós que somos bruxos, feiticeiras  
Malcolm X, eu não tô bem com isso  
Mataram Marielle e ninguém sabe o motivo  
Na real todos sabemos o motivo  
É o mesmo de nenhum dos meus heróis continuar vivo  
(BK – Movimento, 2020).

## RESUMO

Nesta dissertação objetivamos a compreensão de como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000, para tanto, partimos do entendimento que a sociedade, aqui em especial nos referindo as geógrafas negras, possui acesso distinto as diferentes espacialidades, aqui vistas por meio do espaço de enunciação científica na geografia, tendo em vista distintos eixos de matriz de opressão. Como fonte de dados utilizamos o Observatório da Geografia Brasileira – OGB, que nos permite a busca da literatura produzida em artigos de 98 periódicos *online* da geografia brasileira analisada entre o período de 1939 a 2019. Entre o total de 25.43 artigos, apenas 1,8% fazem uma discussão sobre racialidades na geografia, ou seja, 452 artigos. Ao analisarmos a corporalidade que existe nesta produção científica identificamos que se tratam de produções majoritariamente masculinas e provenientes de instituições pública do sudeste, seguido do sul e centro-oeste, além das principais referências da área serem homens, neste caso negros e brancos, tendo em vista que as duas mulheres que figuram neste mapeamento das principais referências via índice H são mulheres brancas. Para uma complementação a partir das geógrafas negras que reconhecidamente produzem o campo das geografias negras, realizamos 6 entrevistas, 3 com doutoras concursadas professoras de universidades públicas e com 3 doutorandas em geografia, também em universidades públicas. Deste modo pudemos identificar que a produção dessas mulheres se atrela a outro tipo de produção científica, com viés explicitamente crítico e antirracista, diferente do que tem sido publicizado majoritariamente pelas mulheres produtoras dos artigos *online* de racialidades na geografia brasileira, além das suas trajetórias serem marcadas fortemente pela família, em especial a mãe, e posteriormente se firmar pela mobilidade para o estudo e em uma rede de apoio feminina. Sendo assim, indicamos a presença de dois campos relacionais, porém distintos, de produção e posicionalidade científica, onde a narrativa produzida por tais mulheres se dá na contramão do que de forma tradicional tem sido apontado na geografia, no que se refere as questões raciais.

Palavras-chave: Ciência. Geografia brasileira. Geografia e gênero. Geografias negras.



## **ABSTRACT**

In this dissertation we aim to understand how the female gender composes the Brazilian geographical scientific production on racialities after the 2000s, for that, we start from the understanding that society, here in particular referring to the black geographers, has distinct access to the different spatialities, seen here through the space of scientific enunciation in geography, in view of different axes of oppression matrix. As a source of data we use the Observatory of Brazilian Geography - OGB, which allows us to search the literature produced in articles of 98 online journals of the Brazilian geography analyzed between 1939 and 2019. Among the total of 25.43 articles, only 1.8% make a discussion about racialities in geography, that is, 452 articles. When analyzing the corporality that exists in this scientific production we identified that these are mostly male productions and coming from public institutions in the southeast, followed by the south and center-west, in addition to the main references of the area are men, in this case blacks and whites, considering that the two women who figure in this mapping of the main references via H index are white women. For a complementation from the black geographers that are known to produce the field of black geographies, we conducted 6 interviews, 3 with doctoral concurred teachers from public universities and 3 doctoral students in geography, also in public universities. In this way we could identify that the production of these women is linked to another type of scientific different from what has been publicized mostly by women producing online articles of racialities in Brazilian geography, and their trajectories are strongly marked by the family, especially the mother, and later be established by mobility for study and in a network of female support. Thus, we indicate the presence of two relational fields, but distinct, of scientific production and positionality, where the narrative produced by such women is contrary to what has traditionally been pointed out in geography, with regard to racial issues.

Keywords: Science. Brazilian geography. Geography and gender. Black geographies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Forma de análise dos artigos sobre questões raciais na geografia brasileira produzidos apenas por mulheres, entre 1939 a 2019.....	32
Figura 02 - Operacionalização dos artigos sobre racialidade.....	33
Figura 03 – Operacionalização das entrevistas.....	41
Figura 04 - Operacionalização da categorização do discurso no <i>Software Taguette</i> .....	42

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Divisão por gênero da procedência regional da primeira autoria dos artigos online sobre racialidades na geografia brasileira entre os anos de 1939 a 2019.....	105
Mapa 02 – Índice H das/os autoras/es sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.....	109

## LISTA DE GRAFOS

Grafo 01 – Rede bimodal de artigos e palavras-chave.....	34
Grafo 02 – Rede unimodal da relação entre as palavras-chave.....	35
Grafo 03 – Rede bimodal da relação entre palavras e frases das entrevistas com as geógrafas negras.....	37
Grafo 04: Rede unimodal da relação entre as palavras das entrevistas com as geógrafas negras.....	38
Grafo 05: Rede bimodal da relação entre frases e palavras sobre a trajetória das geógrafas negras .....	39
Grafo 06: Rede unimodal da relação entre as palavras sobre a trajetória das geógrafas negras.....	40
Grafo 07: Rede topológica das palavras-chave com maior centralidade de intermediação na produção feminina.....	116
Grafo 08: Rede unimodal de palavras-chave de artigos de produção feminina organizada por comunidades com modularidade 1.0.....	120
Grafo 09: Rede topológica das palavras com maior centralidade de intermediação na narrativa sobre a trajetória das geógrafas negras.....	127
Grafo 10: Rede topológica das palavras com maior centralidade de intermediação na narrativa sobre sua posição como mulher negra pesquisadora na geografia.....	132
Grafo 11: Rede Semântica Unimodal de Categorias Discursivas.....	137
Grafo 12: Rede topológica de categorias com maior centralidade de intermediação.....	139
Grafo 13: Rede Semântica Unimodal de Categorias Discursivas Organizada por Comunidades com Modularidade 1.0.....	141
Grafo 14: Comunidade discursiva 1.....	144
Grafo 15: Comunidade discursiva 2.....	149

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Crescimento dos artigos online de racialidades na geografia brasileira entre 1950 a 2019 divididos por décadas.....	92
Gráfico 02 – Divisão por gênero da primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.....	94
Gráfico 03 – Divisão por gênero de todas as autorias dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.....	95
Gráfico 04 – Divisão por gênero da procedência internacional da primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.....	96
Gráfico 05 – Quantidade dos artigos com sujeitas/os produzidos por mulheres na primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.....	97
Gráfico 06 – Grupos de sujeitas/os analisadas/os nos artigos onde as mulheres estão na primeira autoria.....	98
Gráfico 07 - Comportamento da autoria de homens como primeiros autores dos artigos analisados.....	111
Gráfico 08 – Comportamento da autoria de mulheres como primeiras autoras nos artigos analisados.....	111
Gráfico 09 – Quantidade de artigos escritos por mulheres na primeira autoria com abordagem interseccional.....	112
Gráfico 10 – Temáticas interseccionais dos artigos sobre racialidades, escritos por mulheres na primeira autoria.....	113

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Características gerais das geógrafas negras entrevistadas.....	124
--	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Artigos sobre racialidades na geografia brasileira escritos por mulheres na primeira autoria que centralizam sua análise nas mulheres negras.....	115
Tabela 02 – Palavras-chave.....	118
Tabela 03 – Arestas com maior peso da relação entre as palavras-chave.....	119
Tabela 04 – As 30 palavras com maior grau ponderado.....	129
Tabela 05 – As 30 arestas com maior interação entre as palavras.....	131
Tabela 06 – As 30 palavras com maior grau ponderado sobre a vivência científica generificada das geógrafas negras entrevistadas.....	134
Tabela 07 – As 30 arestas com maior interação entre as palavras sobre as vivências científicas das geógrafas negras entrevistadas.....	135
Tabela 08 – As 30 palavras com maior grau ponderado em relação as categorias identificadas.....	138
Tabela 09 – As 30 arestas com maior grau ponderado entre as categorias discursivas identificadas.....	140

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
1.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA.....	21
1.2 OS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO.....	30
<b>CAPÍTULO 2 GÊNERO, RACIALIDADES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA.....</b>	<b>44</b>
2.1 CIÊNCIA, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTERSECCIONALIDADE.....	45
2.2 GÊNERO E RACIALIDADES COMO PRODUÇÃO CIENTÍFICA CORPORIFICADA .....	62
2.3 O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GRUPOS RACIALIZADOS NO BRASIL.....	75
<b>CAPÍTULO 3 AS GEOGRAFIAS DE GRUPOS RACIALIZADOS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES NEGRAS.....</b>	<b>86</b>
3.1 A EMERGÊNCIA DO ENFOQUE RACIAL NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO FOCO DE ANÁLISE.....	87
3.2 AS MULHERES NEGRAS E SEU LUGAR NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA: SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS.....	100
<b>CAPÍTULO 4 AS MULHERES NEGRAS PRODUTORAS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E SUAS TRAJETÓRIAS CIENTÍFICAS.....</b>	<b>122</b>
4.1 A SOCIEDADE E A INDIVIDUALIDADE NA FORMAÇÃO DE GEÓGRAFAS NEGRAS.....	143
4.2 A VIVÊNCIA DO CAMPO CIENTÍFICO GEOGRÁFICO: POR NOVAS POSSIBILIDADES DE NARRATIVAS.....	149
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>161</b>
<b>GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA TEORIA DAS REDES SOCIAIS.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO.....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXO A – TESTE DO PESCOÇO.....</b>	<b>176</b>



## INTRODUÇÃO



**Armandinho e o preconceito – Alexandre Beck**

Ao buscar reflexões que de forma inicial me levassem a compreender sobre a ausência de mulheres nas indicações de leituras, seja na minha graduação ou até mesmo na pós-graduação, que o caminho para a construção desta pesquisa se forma.

Tendo como questão central a seguinte pergunta “Como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000?” fui me aproximando e praticando um diálogo entre ciência, geografias feministas e geografias negras, e de forma mais específica o próprio feminismo negro.

Para o desenvolvimento de tal questão parto inicialmente de uma posição que reconhece as produções científicas a partir de suas intencionalidades e de suas posições sociais, algo já pontuado por Donna Haraway (1995) ao propor o conhecimento situado, entendido enquanto uma alternativa aos saberes totalizantes e relativos, justamente por se tratar de um conhecimento localizável, corporificado e parcial.

Tal caminho foi trilhado ao entender a importância de pensarmos as corporalidades que situam as pessoas produtoras de conhecimento, seja em relação a quem eu leio e também em relação a minha posicionalidade na pesquisa. Deste modo pude reverberar em minhas inquietações científicas incômodos que de forma pessoal eu já vivia, sobretudo por ser uma mulher com marcador racial “de alteridade”, estando fora do padrão colonial da branquitude<sup>1</sup>.

Conforme a autora Aparecida Sueli Carneiro (2005), a alteridade é uma posição situada nos “confins do não ser” (p. 21), uma posição colocada em um lugar marginal e inferior, partindo de uma visão que reflete a face do ser, que só quem está “por fora” consegue

<sup>1</sup> Branquitude é entendida como um processo social e psíquico de construção da/o ‘outra/o’ não branca/o em oposição ao ‘ser’ naturalizado como ‘branco’ e referente universal de classificação hierarquizada da realidade. Tal discussão será aprofundada no decorrer do trabalho.

enxergar. É como se o sujeito considerado o modelo colonial, o homem branco hétero capitalista e cristão, não enxergasse a sua corporalidade, os seus marcadores, como: raça, gênero, sexualidade, credo, etc, mas enxergasse o “dos outros”, que conhecidamente são os diferentes de si, e o sujeito sendo o ser, o outro é o não ser.

Entendo esta pesquisa como marginal e subversiva ao propor um diálogo que também se situa nos confins do não ser por trabalhar com alteridades das alteridades. Primeiro pela perspectiva desconstrucionista de gênero (RATTS, et al, 2016), que ao focar nas feminilidades aborda a distinção do padrão “homem”, do mesmo modo que ao focar nas questões raciais aborda a distinção do padrão da branquitude, representando uma dupla marginalização ao centrar minha análise nas mulheres negras produtoras de conhecimentos geográficos sobre racialidades em periódicos online da geografia brasileira, tendo em vista que há produções feitas por estas mesmas mulheres mas em outros meios de divulgação científica, como: capítulos de livros, publicações em Anais de eventos, artigos publicados em outros periódicos, que não vinculados a geografia, a exemplo de revistas das ciências sociais, da história, da literatura, e de modo geral interdisciplinar e das humanas.

Para tanto, realizamos um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira - OGB<sup>2</sup>, entre os anos de 1939 a 2019, a partir de termos relacionados ao que entendemos enquanto questões ligadas as pesquisas que envolvam uma discussão racial da alteridade. Tais termos foram: “raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639”, resultando em 452, entre os 25.437 artigos que se encontram na base de dados do OGB, até o final de 2019<sup>3</sup>.

O resultado encontrado foi analisado a partir da perspectiva das feminilidades, ou seja, dentre os 452 artigos divididos por gênero (feminino e masculino), encontramos 211 escritos por mulheres na primeira autoria (47%), e 242 escritos por homens na primeira autoria (53%). Os dados foram organizados e sistematizados em uma planilha eletrônica, visando obter informações referentes a origem da espacialidade e instituição das autoras, temas trabalhados, principais conceitos e palavras-chave utilizados, se possuíam sujeitas/os, e

---

2 O Observatório da Geografia Brasileira (OGB) é um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2008. O OGB oferece à comunidade geográfica brasileira, estudantes, professores(as) e pesquisadores(as), a possibilidade de explorar o nosso acervo e produzir análises sobre a Geografia Brasileira. Informação retirada do próprio site em maio de 2022.

3 Vale destacar que o OGB se mantém em constante atualização. Até meados de 2022 o Observatório se encontra com mais de 30.000 artigos catalogados, mas, para fins de efeito, como a análise desta pesquisa se deu até o final de 2019, consideramos os 25.437 artigos que estavam disponíveis até o final do referido ano.

se sim, com quais sujeitas/os dialogavam, o comportamento das autorias em conjunto e o índice H<sup>4</sup> das principais referências, tais discussões serão analisadas no capítulo metodológico e nos capítulos 2 e 3.

A partir deste resultado inicial encontramos que as autoras sobre a discussão racial publicada via periódicos online na geografia brasileira que mais se destacam, via índice H, são geógrafas brancas, o que ia na contramão da ideia inicial de dialogar com e valorizar as geógrafas negras, sendo assim, optamos pelo desenvolvimento de entrevistas com 3 geógrafas concursadas e professoras universitárias e 3 doutorandas, todas negras e pesquisadoras das geografias negras, entre outros campos e temas.

As entrevistas permitiram um diálogo com os resultados quantitativos, além de complementar os resultados finais desta dissertação com a voz ativa de tais mulheres, tendo em vista que a partir da metodologia de análise em rede atrelada a análise do discurso e conteúdo, foi possível uma interpretação do discurso das 6 geógrafas negras a partir de uma análise de frequência do que era posto em suas falas, tal ponto será mais aprofundado e desenvolvido no capítulo metodológico e no capítulo 4.

Os resultados encontrados de forma qualiquantitativa por si só representariam um alerta para a necessidade de pensarmos porque determinados temas e grupos de sujeitas/os se encontram em um lugar tão marginalizado na geografia, entretanto, outras justificativas também se relacionam para o desenvolvimento desta dissertação, a exemplo da social ao pensarmos no papel da universidade enquanto (trans)formadora e impulsionadora de sonhos e concepções, sendo assim, pretendo contribuir para uma ciência mais plural e emancipadora, se não socialmente, pelo menos de forma pessoal no sentido de me formar enquanto uma pesquisadora mais humana e sensível a desigualdades sofridas por nós, mulheres racializadas de forma marginal<sup>5</sup>.

Na perspectiva científica busco contribuir para uma ciência feminista e antirracista, onde reflexões preocupadas com os interesses ocultos por trás de métodos, teorias e epistemologias se fazem presentes, além de entender a relação da mulher negra com o espaço acadêmico.

---

4 Destacamos que o índice H é variável conforme data e lugar da pesquisa, pois tempo e espaço são fundamentais para se entender a aceitação e recomendação de determinadas/os intelectuais, variando conforme conjuntura. A análise para encontrar os índices aqui apresentados ocorreu no dia 13 de abril de 2021 entre às 19h e 34 minutos e 19h e 56 minutos.

5 Cabe aqui falar que eu, enquanto uma mulher amazônida, mais especificamente belenense, me identifico enquanto uma mulher racializada de forma marginal, por ser uma descendente de indígenas, e ter isso expressado materialmente em costumes que se mantém pela minha localidade e por hábitos familiares, além de muitas vezes ouvir “você tem cara de índia”, coisa que problematizo, mas não é o momento aqui.

Posto isto, acreditando em uma pesquisa situada, apresento a escrita aqui desenvolvida por meio das escrituras, termo cunhado pela autora Conceição Evaristo (2017; 2020), ao me ver enquanto mulher que busca iniciar uma carreira científica em um meio tão sexista, misógino, machista, e racista entre outras infelizes características, o que explica a escrita em primeira pessoa.

Em alguns momentos esta escrita se dará na primeira pessoa do singular, ao falar de interferências que partem de mim e em outros momentos na primeira pessoa do plural, ao me remeter as tantas mentes e mãos que construíram esta pesquisa comigo, como a minha orientadora, minha co-orientadora, meu parceiro científico Adir Santos, com quem realizo uma pesquisa triangulada<sup>6</sup>, ao Vale Acadêmico, e ao Grupo de Estudos Territoriais como um todo.

Para tanto, neste trabalho apresentamos a seguinte organização: após esta introdução encontram-se quatro capítulos que aprofundam as discussões teóricas, metodológicas e empíricas, vistas por meio dos dados levantados via artigos e das entrevistas feitas com seis geógrafas negras (três professoras universitárias e três estudantes de doutorado).

No primeiro capítulo trazemos uma apresentação da construção desta pesquisa, primeiro a partir da minha trajetória ao indicar como me encontro com este tema, o meu interesse, a minha posição como pesquisadora e os atravessamentos e afetamentos. Em segundo demonstro os caminhos metodológicos que constituem o passo a passo para o levantamento e análise de dados, que são os 452 artigos proveniente do OGB e as 6 entrevistas realizadas.

Em seguida apresentamos o segundo capítulo que retrata a discussão teórica e epistemológica que dão suporte a este trabalho, como discussões à luz das temáticas raciais, de gênero, ciência, divulgação e produção científica, feminismo negro, interseccionalidades e colonialidades, em um primeiro momento de forma ampla e posteriormente na sua relação com a geografia.

Já o terceiro capítulo nos mostra uma discussão epistemológica da geografia brasileira, sobretudo em relação a produção científica sobre racialidades, observando sua

---

<sup>6</sup> O que entendemos e praticamos enquanto uma pesquisa triangulada diz respeito as diferentes bagagens culturais, de leituras e de vieses ao qual submetemos nossas ideias de pesquisa. A multiplicidade de olhares (meu, do Adir, e de nossa orientadora) sobre o mesmo fenômeno, com a mesma base de dados iniciais (artigos) e com diferentes entrevistas (organizadas a partir da questão central de cada dissertação) fez com que pudéssemos compreender tal fenômeno a partir de múltiplos ângulos e perspectivas. Minha preocupação se deu de forma mais acentuada a partir da questão de gênero, vista por meio da análise dos trabalhos produzidos pelas geógrafas, enquanto a pesquisa do Adir foca na discussão mais ampla da geopolítica do conhecimento que atua nas produções por nós analisadas, seja a partir das mulheres mas também a partir dos homens.

emergência na geografia nacional, quais grupos são analisados e como esse campo vem se consolidando a partir da produção feminina, indicando um lugar social dos confins do ser por meio de uma invisibilização forçada socialmente, seja enquanto cientistas ou enquanto produtoras de espacialidades.

E para finalizar, o quarto capítulo traz a discussão das mulheres negras e suas trajetórias na geografia brasileira, vistos por meio das análises das entrevistas e a construção de suas identidades, dos limites vivenciados e das conquistas científicas.

## CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Alô mãe, você sente minha falta?  
 Por que eu também sinto falta de mim  
 Alô mãe, canta que o corpo transpassa o tempo  
 E nos faz resistir  
 Deixei meu cocar no quadro  
 Retrato falado, escrevo daqui  
 Num apagamento histórico  
 Me perguntam como eu cheguei aqui  
 A verdade é que eu sempre estive  
 Vou te contar uma história real  
 Um a um morrendo desde os navios de Cabral  
 Nós temos nomes, não somos números  
 Pra me manter viva, preciso re-existir  
 Dizem que não sou de verdade  
 Que não deveria nem estar aqui  
 O lugar onde vivo me apaga e me incrimina  
**Território Ancestral – Kaê Guajajara, 2019**

Neste primeiro capítulo expomos a construção da questão central que guia a presente dissertação. Com este fim, estruturamos o presente capítulo em duas subseções, onde a primeira retrata um caminhar científico de forma mais pessoal, indicando como se deu meu interesse e meu encontro com a temática aqui trabalhada, do mesmo modo que a partir das escrituras apresento minhas interseccionalidades e posicionalidades, que afetam e são afetadas por esta pesquisa.

Já na segunda seção apresentamos a construção da forma de coleta e análise dos dados de pesquisa, seja em relação aos dados provenientes dos artigos *online* encontrados via OGB, ou em relação aos dados qualitativos oriundos por meio das entrevistas realizadas com as geógrafas negras.

A divisão interna foi pensada justamente por compreendermos o papel de uma ciência que é situada e posicionada, pois não partimos da ideia de uma ciência neutra e universal, sendo assim, o posicionamento da corporalidade e das ideologias pessoais também

refletem neste trabalho. A posição política em busca de uma transformação social se dá em cada página aqui desenvolvida, e deixar nítido o processo de produção da pesquisa é uma demanda pessoal e científica que permite a validação da pesquisa por outras/os/es pesquisadoras/es, do mesmo modo que indica quais percursos metodológicos foram utilizados para coleta e análise de dados.

### 1.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

Iniciar este tópico falando sobre minha trajetória requer falar do início do meu interesse por questões abordadas nesta dissertação. Desde a graduação, participante ativa do movimento estudantil via Centro Acadêmico de Geografia – UFF Campos, e Movimento de Mulheres da mesma Universidade, alguns temas chamavam mais a minha atenção, a exemplo da inquietação que todo início de semestre eu sentia, por não ter mulheres nas ementas das disciplinas, ou por ter sempre um número bem ínfimo de mulheres recomendadas.

Foi por meio de tais inquietações que procurei uma orientadora que pudesse me guiar dentro das leituras e práticas de pesquisa e extensão que fossem ligadas a geografia e gênero e as geografias feministas, ainda que essas não fossem a área de atuação de tal professora, representando um duplo desafio, tendo em vista que ela é de outra área da geografia e eu seria sua primeira orientanda nessa temática. Inclusive, foi a mesma professora orientadora da graduação<sup>7</sup> que incentivou o meu encontro junto a atual orientadora de pós-graduação e junto a UEPG, o que por sua vez representa um aprofundamento nos temas e na minha própria posição de construção enquanto uma geógrafa feminista antirracista.

Foi após a matrícula no mestrado, junto a uma mudança estadual e ao início da pandemia, que meu encontro se deu com a professora Joseli Silva e o Grupo de Estudos Territoriais – GETE, ambos reconhecidos internacionalmente por serem referências na geografia brasileira e latina sobre as discussões de gênero e sexualidades. Foi neste momento, que junto ao Adir Santos, egresso no Mestrado em Gestão do Território no mesmo ano e tendo a mesma orientadora, que começamos a conversar sobre a possibilidade de uma pesquisa

---

<sup>7</sup> A amiga, professora pesquisadora e então orientadora citada é a Erika Vanessa Moreira, que atualmente é professora adjunta III da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia de Campos e do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF/Campos. Também é bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj (2021-2024) e integra o NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos) da UFF. Desenvolve pesquisa na área de Geografia Humana, Rural e Regional. Trabalha com os seguintes temas: rural-urbano, ruralidade, agricultura familiar, agroindústrias de laticínios, circuito espacial do leite e agricultura urbana.

triangulada e a reformulação do projeto, tendo em vista a necessidade de encontrar um tema que fosse mais prático para trabalharmos em conjunto.

É daí que vem a ideia de trabalharmos a discussão racial dentro da geografia brasileira, aproveitando o nosso contato e acesso ao projeto desenvolvido desde 2008 pela professora Joseli e pelo GETE, o Observatório da Geografia Brasileira - OGB. Deste modo, o OGB se torna nossa fonte de dados iniciais e permite o início de um aprendizado coletivo em relação as formas de coleta e análise de dados, eu focando na questão do gênero atrelado as feminilidades, interesse desde a graduação, e o Adir analisando os artigos de forma mais ampla e epistemológica.

Inicialmente a discussão racial não era algo que imaginava abordar na geografia, em especial por não ter acesso a tal debate, ainda que de forma pessoal eu vivenciasse aspectos que estão presentes nas discussões das geografias negras e geografias indígenas. Essa vivência se dá em meu cotidiano por ter um marcador de alteridade fora do padrão moderno colonial da branquitude. Eu, uma jovem mulher que nasceu e foi criada, até os 18 anos, na Amazônia, na periferia de Belém, que notadamente não sou lida como branca, embora também não seja lida como negra, vivencio o entre-lugar e apagamento de uma descende indígena.

Tais posicionalidades (jovem, amazônida, geógrafa feminista, “não-branca” e pobre) fazem com que eu me sinta contemplada em muitas considerações provenientes das geografias negras e antirracistas que me abraçam quando pontuam o quanto a geografia é uma ciência racializada, a partir do padrão da branquitude, e que nesse modelo corpos e experiências como a minha, seja por ‘não-ser-branca’ ou seja por ser pobre, pois sabemos que a periferia também tem uma cor, e essa cor não é majoritariamente a branca, não são considerados, estando a margem de uma agenda central de pesquisa na geografia.

Nesta ocasião que vejo a possibilidade e riqueza que seria trabalhar dois campos (ou temas) que me afetam e podem ser afetados, também, por minhas experiências, como as geografias feministas e as geografias negras, entendidas enquanto dois campos marginalizados na geografia, pois ainda é comum não ter conhecimento de tal discussão a nível de graduação, da mesma forma que ainda é comum ouvir que tal abordagem não faz parte do escopo central da geografia, como se o espaço não tivesse a sua dimensão racial e nem de gênero, questão que não ocorre na prática.

Nesta linha de raciocínio entendemos o gênero atrelado as feminilidades como uma performance, onde diferentes regimes regulatórios por meio de rituais sociais influenciam em nosso imaginário. Ao entendermos o gênero a partir da perspectiva desconstrucionista, o



imaginário sobre as mulheres se rompe junto a um padrão universal, o que nos permite o entendimento de possibilidades distintas do ser mulher por meio de fissuras com imaginários hegemônicos e universais.

Janice Monk e Susan Hanson (1982) denunciaram a ausência das mulheres na produção da geografia no contexto anglófono e reivindicaram a necessidade de incluir as relações de gênero na compreensão do espaço. No Brasil, há, pelo menos, vinte anos as geografias feministas têm denunciado o caráter androcêntrico da produção científica, como argumentam Joseli Maria Silva (2009a, 2009b) Tamires Regina Aguiar de Oliveira César, (2015, 2019) e Vagner André Morais Pinto (2017).

Estes trabalhos realizaram um intensivo e sistemático estudo de como os mecanismos de gênero interferem na produção do saber e são elementos essenciais para discutir a estruturação do campo científico. Segundo Joseli Maria Silva (2009a) um campo científico não se constrói apenas da capacidade dos conceitos em construir explicações da realidade espacial, mas esse campo está tensionado por uma série de elementos que evidenciam diferentes posições de poder.

Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar (2015 e 2019) argumenta que as mulheres na geografia são muitas, entretanto, sua produção científica tem menor prestígio acadêmico, já que elas publicam em periódicos científicos de menor qualificação segundo o Sistema Qualis-CAPES, quando comparadas com os homens geógrafos. Na mesma linha de argumentação, Vagner André Morais Pinto (2017) comprova que o trabalho feminino, ou o acúmulo de jornadas, interfere no tempo que as mulheres dedicam à produção científica e que esse aspecto está fundamentado nas relações de poder com base no gênero, o que por sua vez resulta em uma concentração corpórea de homens brancos com maior impacto de índice H, com exceção de Milton Santos, que é o autor central da geografia brasileira, representando a contradição geográfica brasileira que possui como maior expoente um homem negro, e ainda assim se mantém como uma geografia branca que majoritariamente ignora a dimensão racial do espaço.

As geografias feministas amplamente conhecidas são racializadas na perspectiva hegemonicamente branca e majoritariamente produzidas no norte global, todavia vale ressaltar o que Janice Monk (2011) chama de “cultura e práticas organizacionais e acadêmicas” (p. 75) ao indicar que há uma liderança e reconhecimento do domínio anglófono enquanto local e criador de tradições acadêmicas e epistêmicas, contudo, a mesma autora indica ao fazer uma análise da história feminista e de gênero na União Geográfica

Internacional – UGI, que há uma negligência em relação a trabalhos asiáticos e indianos que apesar de estarem presentes desde 1982, não são reconhecidos como precursores na história da geografia feminista.

Sendo assim, o que é legitimado enquanto geografia feminista retrata um fazer científico de mulheres, ou ainda de temas de pesquisas, cujos marcadores de raça não estão suficientemente explorados. O trabalho de pesquisa de Maria Garcia Ramon, Anna Ortiz e Hermínia Pujol (2011), por exemplo, que explora o trabalho das mulheres docentes nas universidades da Espanha, nos mostra que todas as suas entrevistadas são brancas, deixando claro as dificuldades das mulheres não brancas acessarem os espaços científicos e tampouco que suas realidades sejam tema de interesse científico.

Ao analisar como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000, uma perspectiva tradicional vinculada aos primeiros estudos feministas, mas ainda presentes na atualidade, seria apenas o recorte da divisão binária entre homens e mulheres para o desenvolvimento das análises, contudo, algumas tensões já tem sido apresentadas a uma visão não relacional das questões de gênero com outros marcadores, a exemplo da raça, idade e lugar de origem, que pretendemos abordar nesta pesquisa.

Tais discussões estão presentes em estudos recentes, em especial estudos ligados aos “feminismos plurais”, a exemplo de uma coleção de livros com o mesmo nome, organizada pela autora Djamila Ribeiro e que apresenta exemplares com os títulos: *Lugar de Fala*, obra de Djamila Ribeiro; *Encarceramento em Massa*, da autora Juliana Borges; *Empoderamento*, de Joice Berth; *Racismo Estrutural*, escrito por Silvio Almeida; *Interseccionalidade*, de Carla Akotirene; *Racismo Recreativo*, de Adilson Moreira; *Apropriação Cultural*, de Rodney William; *Colorismo*, de Alessandra Devulsky; *Trabalho Doméstico*, de Juliana Teixeira; *Transfeminismo*, de Letícia Nascimento; e por fim, *Intolerância Religiosa*, de Sidnei Nogueira<sup>8</sup>.

A Coleção Feminismos Plurais se propõe a disseminação de conteúdo crítico produzido por pessoas negras, sobretudo mulheres, podendo ser entendida como uma ação de resistência que se origina inicialmente a partir das questões raciais, mas não apenas por isso, apresentando também em seu cerne um pensamento interseccional com diferentes marcadores sociais, podendo ser um exemplo de ações encabeçadas por feministas negras.

---

<sup>8</sup> As informações foram retiradas do próprio site da Coleção Feminismos Plurais, disponível em: <https://feminismosplurais.com.br/sobre/>. O site foi acessado no dia 13 de janeiro de 2022.

O que podemos identificar por meio dessa movimentação teórica tem sido uma transformação epistemológica e metodológica nas pesquisas feministas, que ao incorporarem essa nova forma de interpretar o mundo não mais se colocam de forma universal nos imaginários sobre as mulheres, mas sim reconhecendo as diversas interseccionalidades que compõem as diferentes formas de ser mulher em nossa sociedade.

Vale destacar que as primeiras críticas que tensionavam um padrão universal do ser mulher são provenientes do movimento de mulheres negras, que posteriormente pode ser entendido como movimento feminista negro, mas também por críticas de mulheres lésbicas, que apontavam a universalidade do modelo heterossexual no movimento feminista e, por fim, pelas mulheres consideradas do terceiro mundo, ou de países “em desenvolvimento”, que pontuavam sobre como a origem espacial destas mulheres influenciava em suas representações sociais.

Contudo, antes de tais inquietações entrarem na academia, há séculos mulheres negras já indicavam em suas reivindicações tais demandas, a exemplo de Sojourner Truth, uma mulher negra, ex-escravizada, que se tornou uma abolicionista, escritora e ativista em prol dos direitos das mulheres (RIBEIRO, 2017). Por meio de um discurso proferido em 1851, por Sojourner Truth, enquanto participava da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, no estado de Ohio, nos Estados Unidos, observamos que as mulheres negras já tensionavam os movimentos que faziam parte para serem vistas como sujeitas políticas e capazes de falar por si mesmas há muito tempo, porém, apenas em meados do século XX que as críticas as universalizações de sujeitas e sujeitos ganham notoriedade.

Quando nós ouvimos falar sobre a história do feminismo hegemônico dificilmente nos é apresentado sobre as tensões e conflitos que existiam desde sempre no movimento. Antes mesmo de pensarmos em ser um país com a abolição da escravatura, tendo em vista que nos Estados Unidos a escravidão foi abolida em 1865, Sojourner, entre outras, já tensionavam as universalizações do imaginário de quem seriam as mulheres representadas pelo feminismo, assim como as demandas transformadas em pautas. Que nitidamente só contemplavam as mulheres brancas.

Podemos observar a materialidade da dupla discriminação (gênero e raça) no contexto da geografia brasileira quando temos a publicação de um Caderno Temático intitulado ‘Geografias Negras’<sup>9</sup>, publicado em 2020, extremamente importante para o

---

9 O Caderno Temático de Geografias Negras foi organizado pelas professoras Dra. Lorena Francisco de Souza, Dra. Geny Ferreira Guimarães e pelo professor Dr. Diogo Marçal Cirqueira e se encontra disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/38>. O site foi acessado no dia 16 de maio de 2022.

desenvolvimento das geografias e diversidades, em especial da questão racial, que não se encontra vinculado a uma revista específica da área da geografia, pela própria dificuldade da área em abrir espaço para tais discussões.

O Caderno Temático de Geografias Negras se encontra publicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras(es) Negras(os) – ABPN, e dos 20 textos presentes, 2 são de autoria mista, 11 de autoria masculina e 7 de autoria feminina. Dentre os trabalhos, a temática das mulheres e de gênero não se encontram presentes, o que nos remete a ausência da discussão de gênero na geografia como um todo, mas também em subcampos, como o das geografias negras, além de também mostrar como este subcampo é masculinizado, o que vai de acordo com outras áreas da geografia, que é uma ciência androcêntrica.

Tais observações são instigantes para pensarmos a dupla marginalização que campos temáticos sofrem na geografia, em especial pela hegemonia de temas e de sujeitos analisados, neste momento escrito apenas no masculino justamente por este ser o representante, enquanto produtor de conhecimento ou sujeito analisado historicamente na geografia brasileira, o que por sua vez nos mostra a dificuldade inicial de um diálogo entre as geografias subversivas brasileiras, em especial no que diz respeito a gênero e raça.

Neste trabalho focamos no diálogo com o feminismo negro, movimento criador do conceito de interseccionalidade, cunhado inicialmente pela autora Kimberle Crenshaw (2004), ao falar da impossibilidade de se pensar nas mulheres negras com uma visão que separe as experiências interseccionais de gênero e raça, pois suas vivências socioespaciais não se dão apenas pelo ser mulher ou apenas pelo ser negra, e sim de forma inter cruzada – ou interseccional - atuando a todo instante sobre elas.

Para a autora a proposta interseccional tem um desafio grande ao propor a união de pensamentos que até então, em sua grande maioria, são trabalhados como separados ou apenas como questões adicionais e não mútuas. Para ela a discriminação interseccional (promovida de forma conjunta por diversos eixos de hierarquia) pode ser entendida como: discriminação contra grupos específicos; discriminação mista ou composta; e discriminação estrutural.

Respectivamente têm-se como exemplos: violência racial, violência contra mulheres, contra lésbicas, contra pessoas trans, etc; a junção de dois ou mais eixos, assim como esse trabalho ao propor uma análise conjunta de gênero e racialidades como eixos basilares de diferenças transformadas em desigualdades; o aparato estrutural, como racismo e machismo

estrutural que marginalizam conjuntos de pessoas, mais uma vez passível de identificação com este trabalho sob a perspectiva das mulheres negras cientistas.

Um diálogo entre a discriminação interseccional e a geografia é apresentado por Joseli Maria Silva e Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2014) ao falarem das sobreposições de lutas da complexidade da existência e das dificuldades que mulheres negras enfrentam, por exemplo, para conquistarem e permanecerem em posições de destaque e poder, pois onde elas estiverem haverá uma dupla marginalização, seja por mulheres brancas ou homens negros e homens brancos, gerando experiências de múltiplas marginalizações que se constituem no consumo e produção do espaço, aqui visto através do espaço na produção do conhecimento que as mulheres negras possuem -ou não- na geografia brasileira.

As autoras ainda relatam que críticas/os da ciência moderna, e conseqüentemente de tudo que dela deriva, a exemplo de uma ciência patriarcal, androcêntrica, racista, cristã, binária, positivista, etc, já reconhecem a importância de trabalhos feministas, decoloniais e antirracistas para a promoção de uma mudança social que seja verdadeira na produção do conhecimento.

Vale ressaltar que o que as autoras apresentam como “mudança social” é um pensamento basilar para a interseccionalidade, que em sua origem atrelada ao movimento feminista de mulheres negras, indica uma forte relação entre teoria e práxis ao propor não apenas uma forma de análise e de questões teóricas, e sim uma promoção de justiça social em busca de um mundo melhor para quem de diferentes formas sofre com alguma das complexidades, entendidas como eixos de interseccionalidades, assim como argumenta Patrícia Hill Collins (2017).

Para Collins (2017) estudos dessa natureza se apresentam como estudos ativistas, pois em geral trazem reflexões coletivas que tensionam em busca de uma emancipação também coletiva. A autora indica que essa influência na ideia e prática de acadêmicas tem origem no movimento feminista negro, e que justamente por isso em seu núcleo terá uma ideia de emancipação junto ao caráter militante-acadêmico.

Desta maneira tornam-se bastante significativas as preocupações feministas e antirracistas serem trabalhadas juntas, pois segundo Silva e Silva (2014, p. 23) “o feminismo negro construiu um caminho fértil no sentido de questionar as bases epistemológicas por meio das quais as teorias feministas brancas haviam sido estabelecidas”. Sendo possível pensarmos em um trabalho de tensionar as teorias e metodologias hegemônica por meio de uma aliança de opressões interligadas, neste caso em especial as opressões patriarcais e racistas.

A perspectiva interseccional aqui tratada diz respeito a um entendimento não universal e simples sobre os seres. A reflexão de Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo (2019) foi essencial para se compreender a inseparabilidade de gênero e raça. A autora diz que a interseccionalidade é uma metodologia estratégica para não se cair na universalidade dos imaginários sobre as mulheres, sejam negras, indígenas, asiáticas ou brancas.

Azevedo (2019) apresenta a interseccionalidade como uma forma de ver o mundo, assim como uma possibilidade de analisar e se posicionar diante de um fenômeno, pensando na sobreposição dos eixos de hierarquias com um olhar sensível que foge aos debates apenas raciais, classistas ou feministas (sobretudo o feminismo branco), que de forma isolada não dão conta de entender e explicar a complexidade social.

bell hooks (2018 [2000]) ao escrever o livro *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, apresenta que a história narrada hegemonicamente sobre a origem do movimento feminista tem relação direta com o privilégio branco, ao noticiar um feminismo que não era antirracista, longe dos princípios da justiça social que pauta o movimento de emancipação pela interseccionalidade do feminismo negro.

A autora diz que as mulheres brancas (mas também podemos pensar em uma ciência branca) precisam abrir mão e lutar contra os privilégios da sua branquitude, para que assim a complexidade da realidade possa ser melhor analisada e planejada em nível de políticas públicas. Uma esperança é apresentada pela autora quando a mesma indica que de forma geral o movimento feminista branco superou a negação em relação à desigualdade racial e se fortaleceu com a intersecção de raça e gênero em suas análises.

Portanto, a interseccionalidade aqui trabalhada, enquanto um conceito que nos leva a compreensão de mundo, mas também como uma forma de nos posicionarmos diante um fenômeno, tendo em vista que poderíamos olhar de forma isolada, sendo apenas a questão de gênero, ou apenas a questão racial, nos afasta da universalidade do imaginário sobre as mulheres.

Desta forma, ao utilizarmos a palavra interseccionalidade, nos referimos a uma leitura a partir de múltiplos eixos de opressões que marcam o cotidiano das geógrafas negras, em especial eixos ligados a estrutura racista e patriarcal da sociedade e também assumimos politicamente nosso caráter de justiça social no mundo, não priorizando eixos isolados. Todavia, além de apresentar como tais eixos dificultam uma vida plena em sociedade, é a partir da narrativa das 6 geógrafas negras, em diferentes contextos de trabalho e espaciais e

com diferentes idades, que vislumbramos também apresentar uma narrativa positiva e de resiliência.

Quando utilizamos a interseccionalidade como uma forma de ver o mundo (conceito) e uma forma de nos posicionarmos diante um fenômeno, pensamos que diversos eixos se inter cruzam nesse jogo de poder a partir da dominação eurocêntrica. A partir da literatura podemos observar que não é como se mulheres não escrevessem e produzissem desde sempre, contudo existe uma invisibilidade em suas obras pois poucas pessoas rompem com leituras consideradas ‘dos cânones’, muitas vezes dos homens cis brancos, hétero, cristão e de posses. Nesta direção Juliano Sampaio, Lucelita Alves e Niccolly Lima (2021), apontam que as poucas mulheres que se destacaram por seus escritos só se tornaram destaque por escreverem a partir de pseudônimos ou terem seus trabalhos atribuídos a homens que possuíam uma relação próxima.

O autor e as autoras, ao interpretarem um fenômeno também de forma interseccional, e não apenas por meio de uma ou outra dimensão, afirmam que além do gênero e da sexualidade, outros marcadores também interferem na receptividade e adesão de um pensamento ou de determinada/o intelectual. Uma relação por eles apresentada se dá pela origem espacial de quem escreve, indicando que existe uma preferência espacial sobre quem lemos e citamos.

Conforme a geógrafa Anita Oliveira (2021) a interseccionalidade nos ajuda a enxergar a sobreposição de violências e distintas colonialidades que atuam sobre nossos corpos e sobre nossas espacialidades, deste modo, podemos utilizar a interseccionalidade para entender como o espaço acadêmico (re)produz formas de controle com diferentes impactos sobre as espacialidades das mulheres negras, que dificilmente são tidas como produtoras de inteligibilidade.

É a possibilidade de uma leitura real e cheia de desafios da constituição da história da geografia brasileira, vista por meio dos artigos, mas também a possibilidade do diálogo com as geógrafas negras, que permite um voz ativa e escuta de tais falas, mostrando um outro lado do ser mulher e geógrafa negra, não apenas a partir da dor, da resistência e da solidão, que o meu interesse e meu encontro com esta pesquisa são elaborados, gerando como resultado o que se apresenta neste trabalho.

## 1.2 OS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

Um recorte foi feito na pesquisa ao optarmos por trabalhar com as geógrafas negras que discutem em seus trabalhos a questão racial no Brasil pós anos 2000, o que representa um desafio, tendo em vista o reduzido número de mulheres negras doutoras no Brasil. Segundo Lola Ferreira (2018) em matéria publicada na Revista Online Gênero e Número, no Censo da Educação Superior de 2016, o mais recente, foram encontradas 219 professoras doutoras negras em cursos de pós-graduação do Brasil, entre o total de 53.995, o que representa 0,4% do corpo docente em todo o país, seja em instituições privadas ou públicas, lembrando que 44% do total de professoras/es escolheram não informar sua identidade racial.

Para que esse número cresça um pouco mais é apresentada a somatória das mulheres negras e “pardas” com doutorado, que não chegam a somar 3% do total de docentes, todavia é válido lembrar que entre as consideradas pardas há outras identificações, como a de mulheres indígenas, o que nos leva a crer que esse número é menor ainda.

É este desafio que nos leva a abordar a discussão geracional de forma interseccional, questão que inicialmente não estava no planejamento, mas tendo em vista os resultados encontrados, ou neste caso os não encontrados, optamos por incorporar em nossa busca mulheres geógrafas negras estudantes de pós-graduação a nível de doutorado, além das já indicadas geógrafas negras com uma carreira já consolidada em instituições públicas do país.

Para entendermos como isso se dá de forma empírica na geografia brasileira, estabelecemos as relações que ocorrem na academia, por meio das divulgações científicas via artigos online, como uma espacialidade simbólica e material de desigualdades provenientes de múltiplas hierarquias coloniais. Desta forma objetivamos mostrar as desigualdades espaciais no consumo, produção, organização e divulgação do fazer científico geográfico, o que a geógrafa chilena Gabriela Quintana (2016) identifica como produções a margem das principais correntes de pensamento que dominam nas pesquisas geográficas e nos interesses para publicações.

Segundo a autora podemos pensar em produções geográficas que estão a margem por suas sujeitas/os de análise ou por posições marginais de quem produz tal conhecimento, sendo interpretado por quem está ao centro como um saber inquietante, tendo em vista que geralmente o que é considerado a margem, que está na borda ou é fronteiroço, é visto de forma negativa, todavia necessitamos construir novos cenários mais complexos e pluriversais.



Para que o objetivo fosse alcançado subdividimos nossa questão central em 3 subquestões que nos guiassem para o desenvolvimento pleno desta dissertação, sendo assim, em um primeiro momento optamos por entender como as questões raciais foram interpretadas pela produção científica geográfica nacional, em um segundo momento exploramos como as mulheres são retratadas nesta produção, seja enquanto agentes produtoras de conhecimento ou enquanto sujeitas analisadas, e por fim, identificamos como as mulheres negras que produzem sobre questões raciais na geografia interpretam o gênero na sua trajetória científica.

Com o fim de compreender como a geografia tem interpretado as questões raciais e como as mulheres são retratadas nessa produção, fizemos um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira, com a base de dados congregando 25.437 artigos online catalogados de 1939 a 2019, publicados em periódicos da geografia brasileira em todos os estratos qualificados a partir do Qualis-CAPES, ou seja, em todas as revistas consideradas A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme o quadriênio 2013 – 2016.

Neste conjunto total de artigos foi feita uma busca com termos ligados as questões raciais nos títulos e palavras-chave, como: “raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639”, que resultou em 452<sup>10</sup> artigos, representando aproximadamente 1,8% de toda a produção de artigos nacionais da geografia online.

Para análise destes dados, tabelas e gráficos foram criadas no LibreOffice Calc, componente de planilha do pacote software do LibreOffice, possibilitando a organização dos artigos por: palavras-chave, procedência institucional e regional, periódico publicado, ano de publicação, Qualis, gênero: masculino e feminino (em momento inicial em relação a primeira autoria e depois para todas/os autoras/es envolvidas/os), autoria conjunta ou individual, sujeitos (sim ou não; e se tinha a presença de sujeitos quais seriam estes), se era interseccional ou não (e se sim em qual perspectiva), se a questão racial era central ou periférica, recorte temporal, recorte espacial, temática, conceitos geográficos, conceitos externos a geografia e, por fim, uma análise do índice H das pessoas que possuem 5 ou mais artigos em nossos dados, o que representa 11 pessoas, dentre elas, 2 mulheres brancas.

A partir dos resultados encontrados na análise das tabelas e gráficos, em uma separação entre autoras e autores foram organizadas novas tabelas com os mesmos

---

10 Para efeito na contabilização dos dados encontramos 452 artigos, entretanto, ao buscarmos por esses trabalhos em seus respectivos periódicos encontramos um artigo que foi removido da Revista Entre - Lugares. Porém como ele ainda está passível de busca pelo título e possui DOI nós o mantivemos, apenas fomos impossibilitadas de fazer a análise qualitativa deste trabalho.

indicadores, mas pensando apenas nos artigos produzidos por mulheres, o que corresponde a 211 mulheres em primeira autoria dentre os 452 trabalhos no total, ou seja, 47% deste universo, apresentamos um recorte desta sistematização vide figura 01.

Figura 01 – Forma de análise dos artigos sobre questões raciais na geografia brasileira produzidos apenas por mulheres, entre 1939 a 2019.

análise dos artigos apenas das mulheres.xlsx - LibreOffice Calc

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
ID	Sujeito: Sim/Não	Grupo	Sujeitos	Interseccional (S/N)	Aspecto	Interseccional	Tema (Objetivo geral)	Conceitos geográficos	Outros conceitos	Racialidade	Recorte Temporal	Recorte espacial:	Palavras-chave
1	2	Sim	Quilombolas	Não			Sistemas de produção agrícola - sociedade e natureza			Periférica	1980 - 2014	Amazônia Oriental Maranhense	Quilombolas, Agropastoralismo, Amazônia
3	6	Sim	Gestores territoriais indígenas	Não			Formação de gestores indígenas - espaço - sociedade e natureza			Periférica	2010	Roraima	gestão territorial; trabalho de campo; Povo Indígena Karajá de Auanã-GO. T
4	10	Sim	Indígenas Karajá	Não			As mudanças socioespaciais - território - paisagem			Periférica	Não especificado	Aruanã/GO	
5	11	Sim	Representantes comunitários	Não			Análise da participação política - território - lugar			Periférica	Não especificado	Mul da Ilha do Cardoso (São Paulo)	Áreas protegidas, conflitos, comunidade
6	13	Sim	Quilombolas	Sim	Religião		Como um ritual religioso - território - paisagem - espaço			Periférica	2008 - 2009	Rio Barra de Arcoira - Tocantins	Quilombos; Batismo; Festejos; Nomes
7	16	Sim	Povo Indígena Tapuia	Não			Interferência das políticas - território - paisagem			Periférica	Não especificado	Cerrado goiano	Povo Tapuia; Território; Trajetórias
8	17	Sim	Quilombolas	Não			A percepção que os quilombolas têm do território - paisagem			Periférica	2009	Cerrado goiano	percepção ambiental; Kalunga; Cerrado
9	18	Sim	Indígenas - Pataxó e Pankararã	Não			O papel do alimento - território - paisagem			Periférica	2007 - 2009	Vale do Jequitinhonha	Comunicação, cultura, segurança
10	21	Sim	Descendentes de alemães	Não			Análise do fenômeno migratório - Escalas - território			Periférica	Não especificado	Porto Alegre/RS	migração, alimentação étnica, alemães
11	22	Sim	Comunidades negras	Não			Identificação e caracterização da realidade - Trabalho - cultura - alim			Central	2004 - 2008	Paraná	Comunidades Negras; Alimentação
12	24	Sim	Militantes do movimento negro	Não			Reflexão sobre a produção do espaço urbano - território			Central	2010 - 2011	Região metropolitana de Goiânia	movimento negro, trajetória social
13	28	Sim	Indígenas - Kajuwá	Não			Analisar a evolução dos territórios - Território - paisagem			Periférica	Não especificado	Paraná	Tradição, Território, Kajuwá, Desenvolvimento
14	30	Sim	Indígenas Karajás	Não			As estratégias de sobrevivência - Território - paisagem			Periférica	Não especificado	Aruanã-Go	biodiversidade, território, Índios Karajá
15	33	Sim	Quilombolas - Kalunga	Não			Os fundamentos das escalas - Território - paisagem			Periférica	Não especificado	Nordeste Goiano	território, patrimônio, Kalunga, biodiversidade
16	34	Sim	População negra	Sim	Gênero e raça		Discussão sobre as categorias de raça e relações de poder			Central	Não especificado	Paraná	relações de poder, gênero, espaço, raça
17	35	Sim	Indígenas - Tremembé	Não			A visão dos indígenas sobre o impacto do turismo - turismo indígena			Periférica	Não especificado	Itapicoca - Ceará	povos indígenas, turismo, Tremembé
18	38	Sim	Quilombolas	Não			Apresentar como é necessário superar a noção de comunidade - sociedade			Periférica	2011 - 2012	Ponta Grossa - PR	Comunidade, Tradicional, Multiplicidade
19	44	Sim	Quilombolas	Não			Apresentar a contribuição da geografia física - Natureza			Periférica	Não especificado	Paraná	remanescente de quilombo; exclusão
20	45	Sim	Indígenas - Guaraní	Não			como se fundem na configuração mental dos territórios - Tempo			Periférica	Não especificado	Paraná	transcendente; território; comunidade
21	52	Sim	Mulher negra	Sim	Gênero e raça		discussão sobre a espacialidade - Trajetória - espaço			Central	Não especificado	Goiânia	gênero, espaço, raça, geografia
22	57	Sim	Indígenas - Kalungang	Não			analisar a construção do território - sociedade e natureza			Periférica	Não especificado	Rio Grande do Sul	Kalungang; Território; Sociedade; Rio Grande
23	60	Sim	População negra	Não			as articulações entre segregação residencial - Segregação - raça			Central	Não especificado	Salvador	segregação residencial; raça; desigualdade
24	62	Sim	Imigrantes angolanos	Não			o movimento migratório - espaço - território - Migração - trabalho			Central	Não especificado	São Paulo	migração; metrópole; refugiado; segregação
25	65	Sim	Líderanças da manifestação	Sim	religião		analisar as características de natureza - espaço - lugar			Periférica	Não especificado	Minas Gerais	Cavemas; Lugar; Comunidades tradicionais
26	67	Sim	Indígenas - Aputinã	Não			entender a percepção do território - representação			Periférica	Não especificado	Amazonas	percepção do meio ambiente; desenho
27	69	Sim	Maçagrupos Bantus	Não			a cultura africana, mais especificamente no território - etnia			Central	Não especificado	Brasil - África	Escravidão, cultura, Maçagrupos Bantus
28	74	Sim	Quilombolas	Não			a importância da inserção - Território - desenvolvimento			Periférica	Não especificado	Pernambuco - Sergipe	Abordagem das Capacidades, Intitular
29	76	Sim	Indígenas - Guaraní e Kaingang	Não			as estratégias de luta - Território - acampamento			Periférica	Contemporâneo	Rio Grande do Sul	Guaraní e Kaingang, "Acampamentos"
30	78	Sim	Imigrantes europeus	Não			o processo de ocupação - Espaço - etnia			Central	Não especificado	Rio Grande do Sul	Território, Cultura, Religião
31	82	Sim	Indígenas	Não			aspectos ambientais, culturais e históricos relativos - Desenvolvimento - sustentabilidade			Periférica	Não especificado	Cerrado goiano	Conservação, Povos tradicionais, Biorregião
32	87	Sim	Mulheres negras	Sim	gênero - raça e classe		o lugar das mulheres no espaço - direito a cidadania			Central	Não especificado	Rio de Janeiro	Mulher negra; Especulação imobiliária
33	91	Sim	Mulheres do movimento negro	Sim	gênero e raça		as contribuições das mulheres no movimento negro - território			Central	teórico - análise de texto	Paraná	Negritude, intelectuais negras, Suzano
34	92	Sim	Indígenas - Maçagrupos	Não			as territorialidades do território - território			Central	Não especificado	Rio Branco - Acre	Povo Maçagrupos, Cidade, Territorialidade
35	95	Sim	Pescadores de Copacabana	Não			as ideias que acompanham o desenvolvimento - Desenvolvimento			Periférica	2008 - 2009	Rio de Janeiro	Desenvolvimento, Ocidentalização, Cc
36	97	Sim	comunidades quilombolas	Não			uma reflexão sobre as escalas - Território - identidade			Central	Não especificado	Piauí	Movimentos Sociais, movimento quilombolas
37	98	Sim	mulheres negras	Sim	gênero e raça		a diáspora na ação política e pensamento - diáspora/interseccionalidade			central	não especificado	América	mulheres negras; ação política; periferia
38	99	Sim	mulheres negras	Sim	gênero, raça e classe		enfrentamentos de gênero - espaço/lugar/ cidade - mercado/território			central	não explicitado	Rio Triagem, Rio de Janeiro	mulheres negras, Remoção, cidade
39	100	Sim	negros	Sim	religião, raça, gênero		o espaço urbano na construção da memória - segregação/memória			periférica	não especificado	Rio Claro-São Paulo	memória e espaço, participação
40	103	Sim	Indígenas Xavante	Não			degradação e símbolo - território - habitat remanescente			ausente	não especificado	Gratouiro/Volta Grande	PATRIMONIO CULTURAL E TERRITÓRIO
41	107	Sim	quilombolas Kalungo	Não			o trabalho de campo/território/quilombo			ausente	não especificado	Comunidade de Kalungo-Goia	Comunidade tradicional, Modo de

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Os 211 artigos produzidos por mulheres na primeira autoria foram analisados a partir das palavras-chave para identificar as temáticas hegemônicas de interesse feminino, pois compreendemos que tais elementos se configuram como os termos estratégicos para busca e apresentação das principais ideias tratadas em um artigo. As palavras-chave foram tratadas pelo software OpenRefine<sup>11</sup> que permitiu reduzir e padronizar o conjunto de vocábulos. Tal metodologia se encontra detalhada no artigo *Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos*, escrito por Edson Silva e Joseli Silva, em 2016, e no artigo *Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais*, escrito em 2017, por Edson Silva, João Paulo de Almeida, Joseli Silva e Mayã Pólo de Campos.

O conjunto de palavras já processado foi submetido à metodologia de análise de redes sociais (ARS), com apoio do software Gephi<sup>12</sup>. A figura 02 sintetiza a operacionalização dos artigos acima:

11 Disponível em <<http://openrefine.org>>.

12 Disponível em <<https://gephi.org/>>.

Figura 02 - Operacionalização dos artigos sobre racialidade.

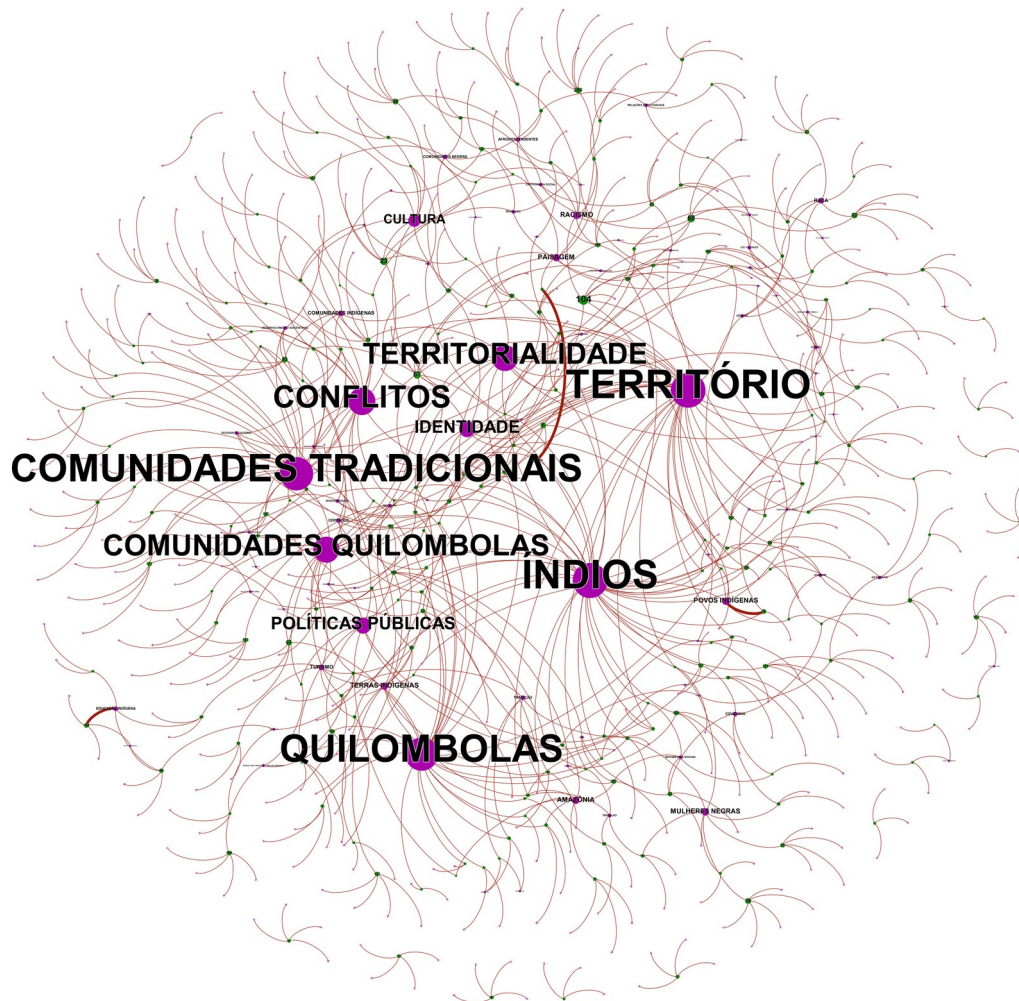


Fonte: Desenvolvido por Adir Santos, 2022.

Todas as redes apresentadas neste capítulo estão graduadas por grau ponderado e a distribuição utilizada, ou seja, a forma de organização e apresentação visual, foi o layout Fruchterman-Reingold. Tais termos técnicos, dentre outros utilizados para apresentação das redes, estão descritos no *Glossário de termos técnicos da teoria das redes sociais*, disponível ao final desta dissertação.

A rede inicialmente gerada é bimodal, pois faz a ligação entre artigos e palavras-chave, conforme grafo 01, e composta por 659 nós, sendo 211 nós de artigos científicos e 448 palavras-chave, conectados por 813 arestas. O que vemos no grafo abaixo diz respeito as principais palavras-chave, a partir de uma maior frequência, vistas pelos nós roxos, enquanto os nós verdes representam a identificação do artigo analisado.

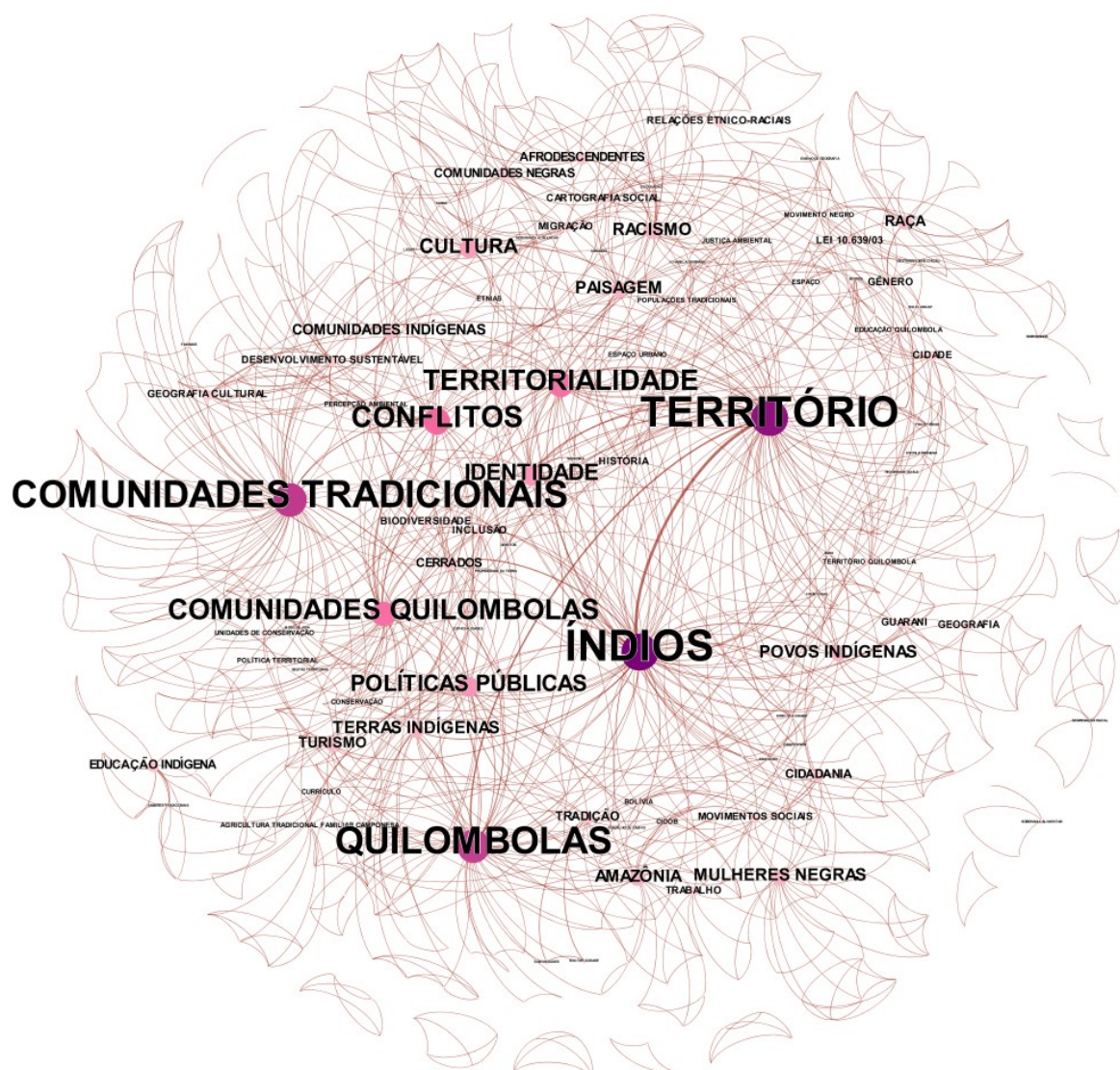
Grafo 01: Rede bimodal de artigos e palavras-chave.



Fonte: Dados sistematizados pela autora e organizados coletivamente pelo GETE, 2021.

A rede bimodal acima foi submetida a uma projeção multimodal, resultando em uma nova rede unimodal, fazendo apenas a ligação entre as palavras-chave, de acordo com o grafo 02, composta por 448 palavras-chave (nós), conectadas por 1.191 arestas (ligações). As ligações que vemos no próximo grafo dizem respeito as relações existentes entre todas as palavras-chave. Os arquivos no formato ‘.csv’ utilizados para a montagem das redes estão disponíveis para verificação e teste em <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/georacialidade-genero>.

Grafo 02: Rede unimodal da relação entre as palavras-chave.



Fonte: Dados sistematizados pela autora e organizados coletivamente pelo GETE, 2021.

Neste momento o que expomos até aqui se refere ao tratamento e construção dos passos metodológicos para análise de conteúdo dos artigos. Tal compreensão será melhor analisada e detalhada, mediante análise de gráficos, tabelas, mapas e novos grafos, no capítulo 3, onde retomaremos parte do que aqui foi abordado para um maior aprofundamento.

Para identificarmos como as mulheres negras que produzem sobre questões raciais na geografia interpretam o gênero na sua trajetória científica, prosseguimos para uma análise mais qualitativa, atrelada ao discurso destas mulheres, optamos por construir um formulário online que possibilitasse encontrar as geógrafas dentro deste universo que se auto identificam

como negras para posterior entrevista, contudo apenas quatro mulheres responderam a este formulário, onde duas se identificaram como pardas, uma como indígena e uma como branca.

A ideia seria entrevistar as geógrafas negras produtoras de conhecimentos onde a perspectiva racial se fizesse presente, para pensar a trajetória dessas mulheres na geografia. Contudo, quando separamos as autoras com 5 ou mais artigos publicados, apenas duas mulheres figuravam no resultado, sendo as duas professoras brancas. Ainda que entenda que essas professoras-pesquisadoras também são racializadas, neste momento elas não agregam a minha questão central.

Desta forma, ampliamos a busca além das possibilidades indicadas pelos dados via artigos. Neste momento incorporamos geógrafas negras, que se entendem enquanto construtoras do campo temático das geografias negras, de diferentes gerações e contextos políticos que vem produzindo inteligibilidades geográficas e divulgando seus saberes em diferentes meios e em periódicos científicos de outras áreas, sendo divididas em dois grupos, um de geógrafas negras consolidadas e concursadas e outro de geógrafas negras estudantes de pós-graduação em nível de doutorado.

A metodologia utilizada para analisar as entrevistas é quali quantitativa, feita através da análise de conteúdo, da autora Laurence Bardin (2016 [1977]) junto a ferramentas estatísticas para a geração de grafos de rede (SILVA e SILVA, 2016; SILVA, et al, 2017). Esta forma de análise nos permite identificar as tendências discursivas destas sujeitas, apresentando os valores e sentido do conteúdo discursivo por si só, evitando uma valoração subjetiva no que eu posso selecionar ou não dentro desse contexto.

Quando falamos das diferenciações espaciais na produção e divulgação científica, estamos também falando sobre quem tem acesso e condições de permanência neste ambiente, e como os dados nos mostram, esse espaço é marcado por um predomínio de homens e mulheres brancas. Sendo assim, isso se reflete quantitativamente no número de autoras e autores negros que temos como referência e que vemos publicando, a exemplo dos próprios dados aqui apresentados.

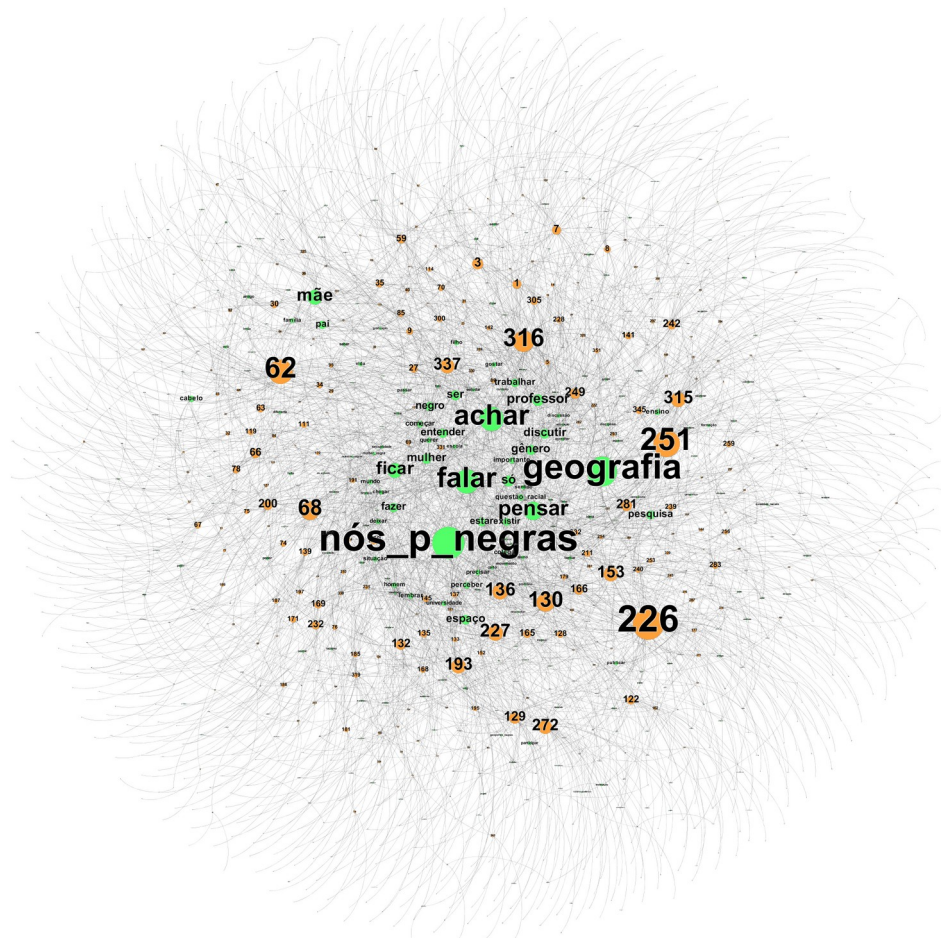
As entrevistas se encontram disponíveis por meio do roteiro de entrevista via apêndice, ao final do texto. Para iniciar o tratamento deste conteúdo o primeiro passo foi a transcrição das entrevistas, resultando em setenta e oito páginas transcritas, que foram separadas em 2 grandes grupos de análise, em um primeiro momento foram separadas as perguntas e respostas em relação as trajetórias dessas mulheres e em um segundo momento

foram separadas as perguntas e respostas que possuíam uma relação mais direta em torno da discussão de gênero e raça, questão central deste trabalho.

A sequência metodológica de tratamento deste conteúdo transcrito se deu a partir dos mesmos passos indicados na análise de conteúdo dos artigos, visando uma análise de conteúdo estatística por meio das maiores frequências discursivas, resultando em grafos de redes bimodais (neste caso relação entre palavra e frase) convertidos a grafos de redes unimodais (relação apenas entre as palavras), que terão maior detalhamento mediante os grafos de redes topológicas e os grafos de redes modulares, analisados no capítulo 4.

Para maior esclarecimento de como se deu esta conversão, o grafo 03 apresenta o resultado bimodal, da relação entre as palavras de cada uma das frases provenientes das entrevistas transcritas.

Grafo 03: Rede bimodal da relação entre palavras e frases das entrevistas com as geógrafas negras.



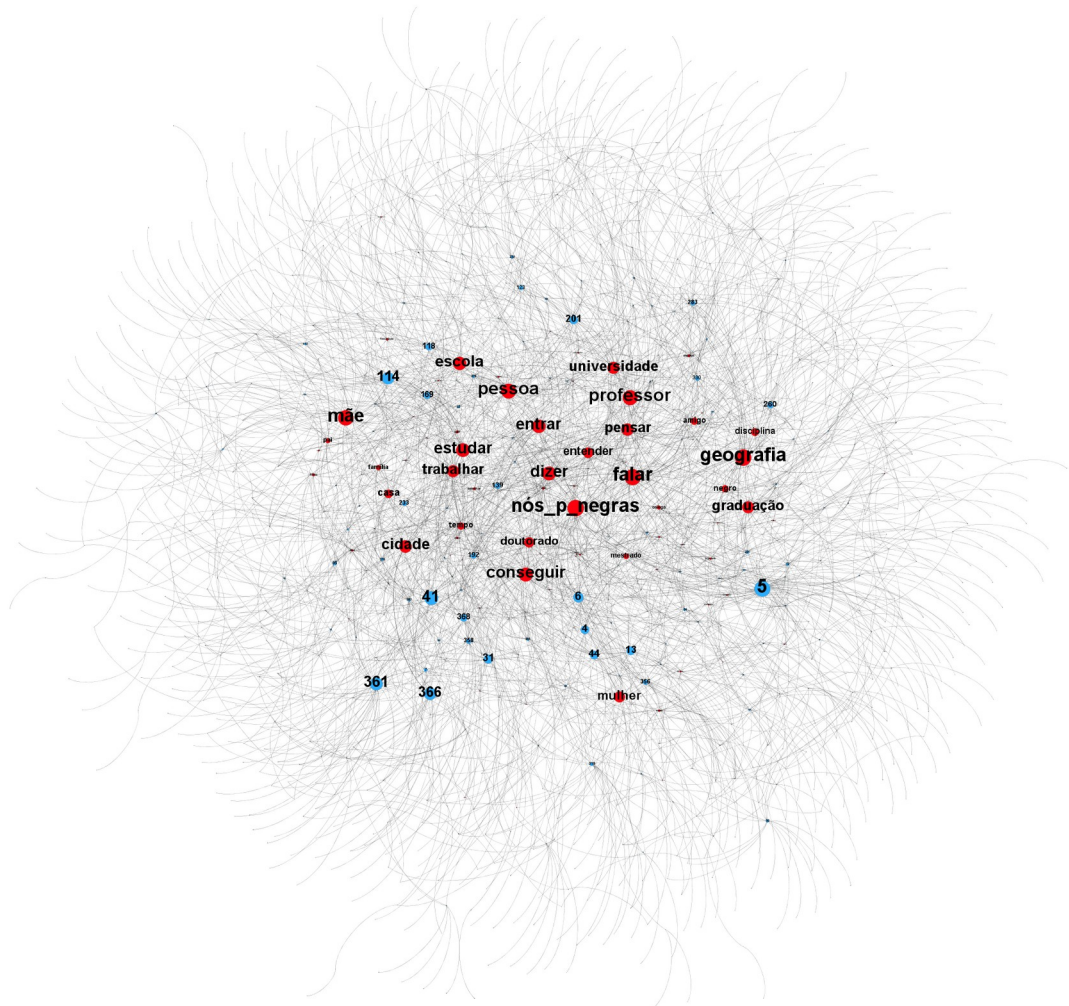




O que podemos identificar no grafo acima será tratado em maior profundidade no capítulo 4, porém, já podemos indicar que neste momento há uma ligação intensa entre as palavras, o que resulta em um grafo mais escuro, tendo em vista sua relação mais intensa. O grafo apresenta 1069 nós (palavras), conectados por 28363 arestas.

Quando nos referimos a análise do conteúdo em relação as trajetórias, novas redes são criadas, ainda que possuam características e frequências discursivas semelhantes, conforme grafo 05.

Grafo 05: Rede bimodal da relação entre frases e palavras sobre a trajetória das geógrafas negras.



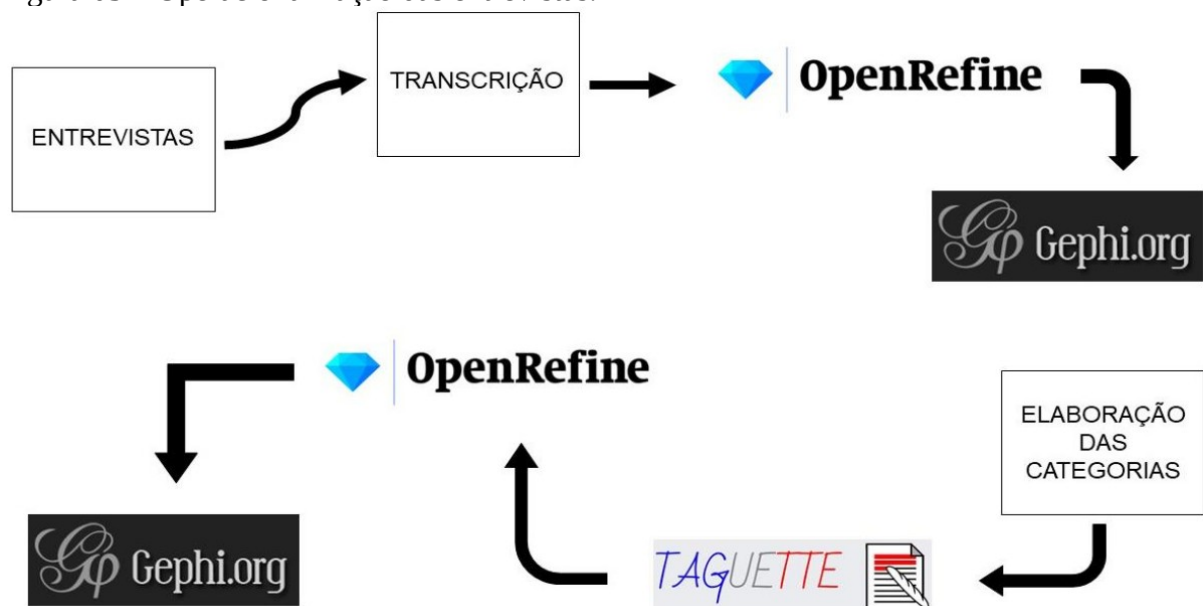
Fonte: Dados sistematizados e organizados pela autora, 2022.



10503 arestas. Tal compreensão proveniente das entrevistas transcritas será melhor analisada e detalhada, mediante análise de tabelas e novos grafos, no capítulo 4, onde retomaremos parte do que aqui foi abordado para um maior aprofundamento.

A seguir, na figura 03, podemos observar o passo a passo para a análise das entrevistas:

Figura 03 – Operacionalização das entrevistas.



Fonte: Desenvolvido por Adir Santos, 2022.

Após este primeiro momento de análise no Gephi, considerando que agora sabíamos os agrupamentos e sentidos dos discursos proferidos nas entrevistas, a partir da concentração de palavras, fizemos a criação de categorias para sistematizar o discurso considerando a mediação com as questões propostas neste trabalho. Para tanto utilizamos o *Software* chamado *Taguette*.

Na figura 04 podemos ver parte do texto transcrito marcado na cor amarela. Cada trecho em destaque pode ter sido atribuído a uma ou mais categoria, vide as categorias que sobressaem no trecho que o cursor (*mouse*) está parado, indicando que o trecho em questão diz respeito as categorias: ‘família’, ‘mãe’, ‘condição afetiva mãe’ e ‘condição de cuidado mãe’.

Figura 04 - Operacionalização da categorização do discurso no *Software Taguette*.

The screenshot shows the Taguette software interface. On the left, there is a sidebar with a list of categories and their associated counts. The categories include: 'Ascendência intelectual não' (3), 'Ascendência intelectual não mãe' (1), 'Condição afetiva' (5), 'Condição afetiva mãe' (7), 'Condição de cuidado' (4), 'Condição de cuidado mãe' (12), 'Condição financeira' (6), 'Condição financeira mãe' (16), 'Estímulo intelectual sim' (4), 'Estímulo intelectual sim mãe' (4), 'Família' (109), 'Grupo de geógrafas/os feministas' (6), and 'Grupo de geógrafas/os negras/os' (12). Each category has an 'Editar' button. The main area on the right displays a text document with several segments highlighted in yellow, corresponding to the categories in the sidebar. The highlighted segments include: 'eu lembro que quando eu era criança minha mãe me levou no Museu de História Natural no Rio de Janeiro, aquele que pegou fogo, a minha mãe contava que tinha que ter muita paciência comigo porque eu ficava na parte das formiguinhas, olhando formiguinha por formiguinha, queria ver tudinho. sempre fui muito curiosa e sempre gostei muito de conhecer lugares e pessoas, eu acho que isso acabou me levando para geografia, porque quando eu descobri a geografia na quinta série, que era antigamente a quinta série que hoje é o 6º ano, foi a primeira vez que eu tive [Condição afetiva mãe, Condição de cuidado mãe, Família, Mãe] mesmo'; 'Eu lembro assim que eu tive um atlas que meu pai me deu, e eu andava com aquilo pra cima e pra baixo, sempre gostei de ler, porque na minha casa o meu pai lia muito, minha mãe nem tanto, mas eu gostava muito da caligrafia da minha mãe, ambos estudaram até a quinta série primária'; 'Sou de uma família do subúrbio do Rio de Janeiro, de um bairro chamado Quintino'; 'E cresci também na Gama\_Filho, circulando por dentro da Gama\_Filho, sempre ia lá no teatro, cinema, biblioteca, tinha muitos projetos sociais, foi uma perda muito grande para o bairro ela ter fechado as portas'; 'Só que assim, levo traumas da escola, porque eu não pude entrar na escola aos 6 anos, só entrei com 7 anos né, porque na época você só podia entrar com 6 anos completos e eu faço aniversário em junho, então no ano que eu fazia seis anos a minha mãe me levou mas eles não quiseram me matricular, então eu não pude estudar, minha mãe só foi fazer a matrícula no ano seguinte, só fui matriculada aos 7, aí o primeiro "não" foi esse'; 'o segundo não eu fui reprovada na primeira série, a professora reprovou a turma toda praticamente, só aprovou 5 alunos, eu me lembro até hoje que eram os 5 alunos brancos da turma, e aí eu fui e fiz de novo a primeira série, para uma criança isso é traumático né... No primário era muito calada, muito quieta, entre para a universidade com 18 anos, 18-19 anos'; 'Mas aí já me joguei para o mundo do trabalho, porque eu queria muito poder fazer coisas e viajar, então eu comecei a trabalhar na VARIG com 19 anos, eu trabalhava no setor de agente de reservas, eu fazia reservas nacionais e internacionais, como eu tinha estudado inglês, aí fiz uma prova de inglês, uma série de provas, aí passei e pude juntar duas coisas que eu gostava muito, que era estar estudando geografia e viajar, então dos meus 19 aos 27 anos, a cada 2/3 meses eu fazia uma viagem dentro e fora do país, e não abandonei a geografia, levei mais tempo para fazer geografia, que eu poderia ter feito em quatro anos e fiz em seis anos'; 'Terminei a geografia em 1994 licenciatura e em 1995 bacharelado, e fiquei viajando bastante'.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Depois de extraída a tabela CSV a partir do *Taguette*, organizamos a eliminação das *stopwords* e a junção dos termos com a mesma raiz semântica no *Software OpenRefine*, processo esse já indicado para tratamento inicial das entrevistas, contudo, neste momento a ligação não se deu mais entre palavras e frases, e sim entre as categorias e palavras.

Este procedimento permitiu a criação de novas redes bimodais (categorias – palavras) que foram convertidas à rede unimodal (categorias – categorias), tal procedimento será melhor explorado no capítulo 4 deste trabalho. Novamente, vale ressaltar que as redes estão organizadas por grau ponderado e distribuídas no layout Fruchterman-Reingold. Para a compreensão de tais termos, olhar o *Glossário de termos técnicos da teoria das redes sociais*, disponível ao final desta dissertação.

Por fim, este capítulo expôs a construção da pesquisa dividida em dois momentos, inicialmente a partir da minha trajetória e posicionalidades, para o entendimento de como surge a minha percepção enquanto uma geógrafa feminista sobre um fenômeno que não se dá necessariamente através da minha experiência, mas que compartilho diversos afetamentos, deste modo, busco deixar nítido que a pesquisa e a forma de compreensão do mundo que tenho, o que inclui a ciência, não são separados e contraditórios. Na realidade é justamente por meio de minhas experiências e vivências que penso, produzo e divulgo uma geografia feminista antirracista e situada, como aqui é apresentada.

Em um segundo momento foi explicitado detalhadamente o percurso metodológico do trabalho realizado com a análise de conteúdo de dois conjuntos de dados que são os 211 artigos produzidos por mulheres e o discurso das entrevistas de mulheres pesquisadoras

negras da geografia brasileira. A metodologia utilizada trouxe a possibilidade de mapear temas e conceitos hegemônicos, mas também de permitir a liberdade de enunciação por parte das entrevistadas. Explicitar a forma como que os dados são construídos é um dos princípios da pesquisa feminista. Além da solidariedade para permitir com que outras pessoas possam utilizar do percurso aqui construído, também é preciso ser transparente com a forma de produção de resultados que permite a legitimação do saber construído no campo científico.

Entendo que deixar o mais acessível possível a nossa construção metodológica faz parte de um rigor científico pregado pela ciência moderna, onde nos é apresentado que “uma pesquisa só é válida se outras/os puderem reproduzir”, todavia, o que almejo com a exposição da minha construção metodológica é mais do que cumprir requisitos acadêmicos. O que pretendo agora é me colocar como uma igual, como uma companheira que de forma transparente produz um conhecimento situado que também pode ser alcançando e feito por outras tantas mentes brilhantes que temos na produção científica nacional.

Apresentar nossa trajetória e como a mesma se relaciona com o nosso processo de produção científica não torna um trabalho menos acadêmico, ainda que, infelizmente, muitas/os pensem assim. Na realidade penso que isso só humaniza o processo científico, nos faz perceber que a ciência não é produzida por seres com capacidade intelectual acima da média. A ciência é feita (ou pode ser feita) por pessoas que estão a nossa volta, e que refletem suas preferências e ideologias em tais produções.

## CAPÍTULO 2 GÊNERO, RACIALIDADES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Meu corpo é livre, com amor, cor e coragem  
 Pra cada um que cai, choramos rios e mares  
 Mas nunca calarão as nossas vozes milenares  
 Sem gênero ou preceito, humanos em nova fase  
     Wakanda é o meu mundo,  
     Palmares setor a base  
 Quem topa esse rolê, dá asas a liberdades  
 No feat filho do rei e a deusa Elza Soares  
     Todas as noites, no quarto escuro  
     Peço a Deus e aos orixás  
 Que a escravidão não volte nunca, nunca, nunca mais  
**Negão Negra – Elza Soares (part. Flávio Renegado), 2020**

Este capítulo explora os caminhos conceituais adotados para sustentar a compreensão do fenômeno de como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000. Para isso, inicialmente tratamos da posição científica de compreensão de ciência, já que o fazer científico não é compreendido da mesma forma no seu processo histórico. Além disso, é necessário esclarecer como está alicerçada a ideia sobre raça e gênero, já que estes conceitos e vivências também possuem várias formas de concepção.

Esclarecer as escolhas conceituais se faz necessário na medida em que uma pesquisa feminista e antirracista tem o papel de explicitar as intencionalidades que levam as escolhas que conduzem o pensar e a análise dos resultados aqui apresentados. Entender o contexto onde tais fenômenos se reproduzem é fundamental para gerar uma pesquisa que trabalha com tais pontos vistos de formas estruturais e relacionais, e não apenas de forma identitária, o que muitos ainda veem como pejorativo.

Na primeira seção apresentaremos o que entendemos enquanto ciência e as relações de poder que marcam suas espacialidades por meio de prestígios dados ou negados conforme a corporalidade das pessoas produtoras de conhecimento científico. Já na segunda seção focamos na produção científica corporificada, em especial com reflexões atreladas a questão de gênero, sobretudo voltado as feminilidades, e raça como marcadores da desigualdade no consumo e produção do espaço de enunciação científica. E por fim, a terceira seção relata a relação entre produção científica e os movimentos sociais como influenciadores do contexto do crescimento da discussão racial crítica na ciência brasileira.

## 2.1 CIÊNCIA, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTERSECCIONALIDADE

A ciência aqui é vista como um campo de relações de poder que através de uma tradição ritualística se mantém dominante a ponto de ser quase inquestionável, conforme apontam as autoras Joseli Maria Silva e Tamires Regina Aguiar de Oliveira César, junto ao autor Vagner André Morais Pinto (2015), ao falarem de como os estudos de gênero tem como suporte um contra discurso epistemológico para produzir visibilidade às problemáticas que a geografia em sua análise espacial hegemônica ignora.

Todavia, vale lembrar que em uma sociedade onde a colonialidade se faz presente de diferentes formas, o gênero não será o único tensionamento existente. Há pontos a serem pensados de forma conjunta, como as questões raciais, de sexualidade, idade e do lugar, como alguns exemplos possíveis, sendo a compreensão dos marcadores sociais complexa e plural, nunca atuando de forma isolada.

Para a geógrafa Geny Guimarães, (2020a), as correntes científicas são criadas para explicar as realidades e possuem diferentes objetivos, o que varia ao longo do tempo e espaço, e nos ajuda a pensar o movimento existente na produção científica, não sendo estática, de única visão e verdade, até porque isso é o contrário da ciência, é na realidade um dogma.

Seguindo o pensamento da intelectual, enxergamos na institucionalização das ciências modernas, o que inclui a institucionalização da geografia, a criação de um conjunto sistêmico de normas que legitimam e orientam caminhos a serem seguidos para se fazer ciência. A premissa já conhecida de um padrão universal, neutro, racional e objetivo, resultando em uma ciência que nasce submersa em colonialidades.

A ciência moderna, identificada a partir da chamada “revolução científica”, no final do século XVI, cria uma formatação de “nova forma de conhecimento” (outros conhecimentos anteriores já existiam, como o conhecimento popular, o filosófico e o religioso), que é acessível apenas para poucas pessoas, até hoje, ainda que por diferentes motivos, tendo majoritariamente como seus representantes legitimados homens e mulheres brancas, a exemplo dos próprios dados que serão apresentados.

Ressaltamos notadamente a existência de outros corpos racializados (além da branquitude) em espaços de reconhecimento, sobretudo, espaços ligados a produções intelectuais, todavia, como explica o historiador Gabriel Silva (2021), no texto denominado *Branquitude acadêmica: Poder epistêmico nas universidades brasileiras*, em países que

foram colonizados, caso do Brasil, há uma parcela específica da sociedade (pessoas brancas) que possuem preferência social, o que o autor chama de “primazia social” (p. 47).

Para o autor são as características físicas ligadas ao resultado de outras colonialidades, como os poderes econômico, material e simbólico, e adicionamos, psicológico, que se firma a identidade racial branca, ou seja, a branquitude, que pode ser entendida como a identificação de pertencimento étnico-racial da/o branca/o, mas também se dá como um “atributo simbólico em âmbito social” (p. 47). É a partir dos padrões da branquitude que formas e normas específicas de agir, de expectativas, de reprodução da manutenção de poder se formam, gerando as hierarquias culturais e organizacionais, presentes em toda a sociedade.

O padrão racial da branquitude cria uma alteridade racial subjugada pautada no pacto narcísico entre pessoas brancas, o que lhes confere uma preferência social ao mesmo tempo que invisibiliza o ser branca/o como uma raça, concedendo a tais sujeitas/os uma neutralidade racial. É justamente esta neutralidade racial que certifica, dentro do espaço acadêmico e de divulgação científica, o poder epistêmico para os corpos modelos da branquitude acadêmica, contribuindo por sua vez para a formação das universidades brasileiras, seja em suas escolhas metodológicas e práticas, mas também no seu consumo e organização espacial.

Segundo o autor:

O poder epistêmico, segundo Silva (2020), é histórico e tradicional no que se refere a práticas acadêmicas. Os pesquisadores brancos e brancas são formados a partir de uma trajetória histórica e tradicional do poder epistêmico, depois há a possibilidade de uma ruptura desse tradicionalismo, o que é possível perceber nas criações de novas escolas teóricas com o passar dos anos. Porém, a essência estrutural da ideia ‘branco-francesa’ continua agindo nas práticas acadêmicas (SILVA, 2021, p. 50).

É esta ruptura que parte dos estudos corporificados da geografia, como as geografias feministas, geografias negras, geografias da sexualidade, geografia decolonial, etc, buscam alcançar pelo desenvolvimento teórico, epistemológico e metodológico próprio. Não acreditamos aqui que o biológico fale mais alto do que os valores e aprendizados sociais, desta forma, é possível encontramos pessoas brancas, que mesmo tendo se formado de modo tradicional, dentro da ciência moderna, tem avançado em pautas que promovam uma justiça social considerando seus lugares sociais da branquitude, dentre outros, se tornando aliadas/os necessárias/os.

De acordo com a autora Maria Aparecida Bento (2018) a aliança do movimento negro com outros segmentos como o movimento feminista, da juventude, sindical, etc, já



ocorre há algum tempo e tem importantes contribuições no enfrentamento ao racismo e pela democratização da sociedade. Todavia, ainda assim, é preciso pensar que quando estamos lidando com instituições, sempre houve um cenário relacional entre brancos e negros, porém, ocupando lugares diferenciados conforme a intelectual.

Para a autora a característica conservadora das instituições limita os esforços de uma transformação social, em especial pelo seu aspecto de resistência as diversidades, sejam elas: racial, étnica, religiosa, de gênero, sexualidade, dentre outras. Por sua vez, esta ausência de diversidade promove o declínio da reflexão crítica e da inventividade, tendo em vista que se apenas pares concordantes estão em posição de poder, o caráter uniforme e homogêneo é o que domina, e ao aproximarmos tal reflexão desta pesquisa, observamos que a visão e os interesses do segmento dominante das instituições intelectuais e de divulgação científica se dão a partir da branquitude.

Dialogando com Lia Vainer Schucman (2018) percebemos que a/o branca/o não é unicamente favorecida/o em nossa sociedade, sua posição social é também produtora ativa da estrutura racista que contraditoriamente propaga uma ideia de democracia racial. Para a autora, a posição social que a branquitude consegue em cargos de liderança, hierarquias e legitimidade institucional não é encarada como decorrente de um privilégio racial, na realidade sua justificativa se dá pela falsa e inexistente meritocracia, que no fundo serve apenas para isentar sua responsabilidade, enquanto grupo social, pelos problemas decorrentes para negras/os, indígenas, asiáticas/os e outros.

A autora ainda expõem que muitas culturas ocidentais são eurocentradas, e deste modo são conhecidas pela sua “monocultura”, que apresenta a perspectiva sobre o mundo e sobre as/os outras/os sendo baseada em padrões culturais dominantes da branquitude por meio de uma visão única. É essa visão única que também reverbera no espaço de produção científica moderno por meio de modelos, ideologias, tradições epistêmicas, dentre outros, influenciando por sua vez a própria geografia.

Joseli Silva, Tamires César e Vagner Pinto (2020) propõem a desobediência epistemológica atrelada as geografias feministas como uma possibilidade que permite a visibilidade das mulheres na produção científica, e podemos ampliar a mesma possibilidade, a depender das intencionalidades de quem produz uma pesquisa, para a visibilidade de outras concepções de mundo, seja a partir de outras experiências espaciais, raciais, de sexualidade, de idade, capacidade física, religião, etc.

Do mesmo modo, Geny Guimarães (2020a) aponta que as geografias negras se constituem como mais uma possibilidade para a construção do saber e do fazer ciência. Porém, uma ciência diferente dos modelos modernos, e para isso a autora indica a necessidade de produzirmos teorias, métodos e metodologias próprias, não outras, entendo que “outras/os” se formam a partir do olhar de alteridade, concepção da autora Sueli Carneiro (2005).

Nesta concepção, o que é tido como “outra/o”, seja por imposição externa ou por autoidentificação, é visto como subjugado, e sua existência se dá pela reafirmação do modelo padrão. É por existir um padrão que existe o “outro”, e neste caso, almejamos negar a centralidade da alteridade da branquitude na produção científica, por isso concordamos com Geny Guimarães (2020a) ao se identificar com uma produção que é própria, e não outra. Sendo assim, não se trata de uma outra geografia, e sim de uma geografia própria.

Porém, a própria autora assinala que propor essa mudança na geografia não é simples, tendo em vista que uma análise da dimensão racial do espaço – e podemos inserir a dimensão feminista – requer um tratamento diferente do que vem sendo feito majoritariamente, até então. A exemplo dos estudos racistas e machistas que sempre estiverem na geografia, desde a sua concepção.

Vale ressaltar que alguns estudiosos e estudiosas já vinham tratando a questão racial e de gênero na geografia brasileira, ainda no século passado, a exemplo do Milton Santos e a questão racial, e de Rosa Ester Rossini com a produção de gênero, todavia, para ambos, tais pontos são centrais em suas obras, até mesmo pela influência do contexto de suas produções. Contudo, essas abordagens demonstram que eles já tinham uma preocupação com o tema. As propostas antirracistas e feministas na geografia brasileira existem há algum tempo, não são necessariamente novas, mas são mais recentes se comparadas a geografia produzida desde a institucionalização.

Um alerta é acionado por Geny Guimarães (2018) sobre os limites da ciência e sua perspectiva de interpretação de mundo, pois outras relações, além das materialidades cotidianas, influenciam em como sentimos e experimentamos o mundo, coisa que possivelmente uma ciência moderna rígida em seu rigor científico, racionalista, neutro, etc, não poderá explicar, o que demanda a necessidade de uma intersecção na própria forma de diálogo de saberes. Apenas uma visão não dá conta da complexidade que é a realidade.

Uma forma de viabilizar uma alternativa ao alerta levantado pela intelectual é a noção desde dentro, trabalhada em sua tese, publicada em 2015. Para a autora a geografia só

tem a ganhar ao trabalhar o desde dentro como uma forma complementar a visão científica geográfica, o que nos permite observar perspectivas até então ignoradas.

Ao pensar a história da ciência geográfica brasileira, Geny Guimarães (2015) indica como a geografia brasileira reproduz(iu) uma ciência racista, já que sua principal base é europeia (francesa, inglesa e alemã) e norte-americana, e isso se desdobra em todas as suas ramificações. Uma geografia que leve em conta a existência do racismo e do machismo como categoria da realidade e de análise são duas indicações sobre posicionalidades científicas, com intencionalidades explícitas, para combater essa reprodução, sendo uma geografia antirracista e feminista.

Todavia, para que isso aconteça na prática, uma disputa com o grupo hegemônico é acionada ao valorizarmos alternativas que não mais são colocadas em um lugar marginal ou inferior, onde:

As arenas (Santos, 2011) formadas pelas disputas são estabelecidas também de forma desigual e estão baseadas na hierarquia sócio-ambiental, na qual o grupo hegemônico se beneficia por conta de estar historicamente à frente da institucionalidade e legitimidade (GUIMARÃES, 2015, p. 240).

Katherine Browne (2014) aponta que a hegemonia anglo-americana/anglo-saxã, a língua da ciência moderna, que tem muita influência sobre a geografia, tem sido tensionada por uma série de intelectuais, muitas vezes, mas não exclusivamente, do sul global, assim como por nativas/os de línguas que não sejam o inglês.

Quem de alguma maneira é marginalizada/o começa a perceber as amarras sistêmicas que uma ciência calcada na modernidade impõe a uma parcela da nossa sociedade. Novamente, é o sentimento que vem das experiências vividas (experiências que não necessariamente são marginais, são variáveis de acordo com relações, espaços, etc) que reformulam as perguntas, as formas de visualização e criação de fenômenos e abordagens científicas.

A autora indica que não se trata de uma hegemonia binária de “anglo-americanos” versus “outros”, e sim de um pensar que acolhe a complexidade desta relação, além de ser necessário reconhecer que há pessoas solidárias do lado considerado hegemônico, por mais que isso seja difícil. São pessoas que reconhecem e refletem sobre as relações de poder (pessoais e profissionais) que se dão pelos privilégios que constroem a alteridade.

Para Lorena Souza e Alex Ratts (2009) as relações de poder se manifestam de maneira visível e/ou invisível, a depender das estratégias dos grupos que detêm o poder.

Podemos observar, ainda conforme a autora e o autor, que as relações desiguais de poder geram segregação espacial a alguns grupos que não possuem predominância de privilégios na formação social do Brasil.

Todavia, vale lembrar que além da segregação espacial, muitos deste grupos que não detêm o poder, também sofrem uma segregação social que a sociedade racista e sexista promove, onde “alcançar uma formação, tida como superior, e prosseguir em uma carreira acadêmica, tornando-se uma intelectual em determinada área, já configura uma “saída do seu lugar social predeterminado”, se tratando de mulheres negras” (SOUZA; RATTTS, 2009, p. 102). Entretanto, também não podemos pensar que apenas o fato de ter corpos fora da branquitude em espaços que “socialmente” não lhe cabem, é o suficiente, pois mesmo espaços tidos como progressistas, a exemplo da Universidade, reproduzem hierarquias e segregações.

Pensar sobre como se criam formas específicas de saberes é estar atenta a geopolítica do conhecimento, logo, o contexto espacial de quem fala, para quem se fala e sobre quem se fala importa muito. O lugar da origem das teorias importa, e esse é um momento oportuno da geografia considerar tais reflexões.

Paulo Cesar da Costa Gomes (2009) nos faz refletir sobre a essência de se fazer ciência, entendida enquanto aquela produção que reconhece que há múltiplas respostas, e que cabe a nós olharmos a pluralidade de possibilidades por um fio crítico próprio para assim reconhecer o que melhor nos convêm.

Para o autor, pensar a epistemologia de uma ciência “quer dizer que as discussões epistemológicas dizem respeito antes de mais nada aos métodos, aos objetos e as finalidades e um conhecimento científico” (p. 14, 2009), novamente indagações sobre “quem essa ciência representa?”, “quem se beneficia com ela?”, “quem tem voz?”, são retomadas ao nos preocuparmos com o objetivo final da nossa produção.

Para quem internaliza a história do pensamento geográfico na perspectiva dos dominantes, ou seja, com o olhar do norte global, sendo esse olhar masculino, branco, hétero, etc, (BROWNE, 2014) essas reflexões não são bem-vindas. E temos que lembrar ainda que a geografia passou a aceitar as teorias do norte global como sua referência hegemônica, enquanto as teorias do sul são amostras locais, específicas, servindo muitas vezes como laboratório para as teorias do norte global, que se enxerga enquanto universal e neutro.

Conforme a história geográfica vai sendo narrada e reproduzida nos ambientes acadêmicos padrões (aqueles não subversivos), parâmetros se naturalizam, ficando mais difícil a percepção do quanto a geografia é uma ciência androcêntrica (SILVA et al, 2009) e

racista (GUIMARÃES, 2015). E isso por sua vez repercutirá na produção geográfica brasileira, que não potencializa a divulgação de pessoas fora dos imaginários hegemônicos de produtores do conhecimento, a exemplo do homem branco enquanto sujeito social.

Linda Peake e Audrey Kobayashi, no texto intitulado *Policies and Practices for an Antiracist Geography at the Millennium*, o que podemos traduzir para “Políticas e Práticas para uma Geografia Antirracista no Milênio”, publicado em 2002, defendem efeitos significativos, aos quais a geografia não pode mais ignorar, oriundos de discussões que reflitam sobre as questões de raça, classe, sexualidade, gênero, idade, religião, entre outros, à medida que as vivemos nas atividades cotidianas.

Dito isso, as geógrafas centralizam sua análise junto ao racismo estrutural, defendendo que esse fenômeno está tão profundamente enraizado em práticas sociais e políticas normalizadas, ocasionando efeitos geográficos generalizados, o que restringe as chances de vida de pessoas que são racializadas de formas negativas, enquanto potencializa as perspectivas das pessoas brancas. Em outras palavras, as questões de políticas públicas, trabalhadas pelas autoras, são de importância não por causa da “raça” da pessoa, mas por causa do racismo que afetará sua vida, seja para dificultá-la ou potencializá-la, e do mesmo modo podemos pensar na questão de gênero.

Para lidar com questões de políticas que sejam eficazes na promoção da justiça social, geógrafas e geógrafos precisam se tornar envolvidos junto as comunidades, pois assim será possível, junto a tais sujeitas/os encontrar as necessidades de representação e legitimidade, não falando em nome de tais comunidades, mas falando conjuntamente, aproveitando seu espaço de enunciação científica por meio da academia. Todavia, nem todas as pessoas, mesmo dentro do espaço acadêmico, vivenciarão as espacialidades da mesma forma.

Como já alertado pelas autoras, o racismo não está isolado, mas ocorre simultaneamente com outras formas de diferenciação social, criando um complexo sistema com distintas maneiras pelas quais diferentes pessoas são afetadas social e espacialmente. Porém, a geografia científica pouco tem sido utilizada para desestabilizar tais privilégios científicos. O que podemos observar por meio das políticas de publicações nos periódicos geográficos.

Observamos que na academia o fato de ser mulher influencia diretamente no prestígio, na sua aceitação e legitimação enquanto cientista, em especial visto na geografia, como apresentam as geógrafas Joseli Silva, Tamires Cesar e o geógrafo Vagner Pinto (2020).

Da mesma forma, outros elementos estruturais também influenciarão, a exemplo da raça (SOUZA, 2007) que figura diretamente os imaginários sociais sobre mulheres e homens racializados como a alteridade da branquitude e, ao pensarmos em mulheres não brancas, o acúmulo de hierarquias e desigualdades sociais as colocam em um lugar social mais subjugado ainda.

Juliano Sampaio, Lucelita Alves e Niccolly Lima (2021) nos alertam que historicamente as primeiras mulheres que tiveram acesso à leitura e escrita pertenciam a uma classe mais nobre, eram as mulheres consideradas ricas, “na condição de filhas/esposas de aristocratas ou intelectuais da época, e dado este prestígio monetário possuíam mais chances de se arriscarem em outras carreiras” (p. 322). Quando o autor e as autoras se referem a chance de se arriscar em outras carreiras, referem-se a função que historicamente, em uma perspectiva ocidental, sempre foi permitida às mulheres, no caso, o trabalho ligado a esfera doméstica e do cuidado.

É com a visão integrada sobre diferentes eixos de opressões estruturais que Helena Hirata (2014), no texto *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações raciais*, nos alerta que nunca podemos nos ater a informações e levantamentos que consideram apenas uma ou outra opressão, pois quando falamos que historicamente o acesso a educação foi permitido apenas para algumas mulheres mais abastadas financeiramente, coincidentemente, ou não – e sabemos que não, tais mulheres eram brancas.

Segundo a autora a importância da interseccionalidade fica nítida quando as pesquisas não analisam apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas observam também a diferença entre mulheres brancas e negras e entre os homens brancos e negros, como encontramos em trabalhos publicados no Brasil para explicar a desigualdade salarial, ou a diferença em relação ao desemprego e condições de trabalho em nosso país. Conforme Hirata (2014), “considerando sexo, raça e classe, os homens brancos possuem os salários mais altos, em seguida, os homens negros e as mulheres brancas, e, por último, as mulheres negra tem salários significativamente inferiores (p. 63).

Para Helena Hirata:

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. Eles têm trajetórias marcadas pela

instabilidade de forma mais marcante que os homens brancos, indicando maior vulnerabilidade (HIRATA, 2014, p. 64).

Deste modo, quando objetivamos realizar uma pesquisa que dialogue com as mulheres negras na academia, já estamos rompendo com um imaginário social que determina lugares sociais e espaciais específicos para tais mulheres. Ao pensarmos nas geógrafas negras produtoras de inteligibilidades, estamos lidando com um grupo que apesar de sofrer desigualdades e hierarquias, a partir de múltiplas colonialidades, se apresenta como uma possibilidade positiva para um imaginário afirmativo sobre as mulheres negras na ciência.

A ciência não sendo neutra, como já vimos, reproduzirá privilégios e legitimidades diferentes a depender dos imaginários sociais diante quem produz conhecimento científico. Sendo assim, ao entender os periódicos de geografia como espaços de enunciação científica percebemos marcas espaciais de ausências de determinados corpos, tanto na promoção científica, bem como na docência em graduação e pós-graduação, o que representa uma justificativa científica e política para a realização desta pesquisa, onde objetivamos analisar como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000.

As diferentes colonialidades construídas de forma subjetivas se materializam em diferentes espacialidades, e o espaço de enunciação científica, aqui visto, é apresentado pelo seu viés racista e sexista na produção e divulgação científica, indicando uma comparação negativa com homens brancos que se beneficiam por historicamente produzirem o que é tido como conhecimento científico, onde as produções vindas por outras corporalidades, ou divulgadas em outros meios, são entendidas como “menos científica” ou nem sendo ciência.

Neste trabalho não excluo a relevância de epistemologias clássicas (do norte global), contudo, o que apresento é como parte dessas epistemologias hegemônicas se constroem como algo cristalizado, dogmático, inquestionável e inflexível, além de ter uma infeliz característica de não contemplar o pensar e o sentir do mundo do não branco e do não masculino, o que reflete por sua vez nas escolhas teóricas que faço, na política de citação, etc, sobre o fenômeno aqui analisado.

A geografia não deve ignorar tudo o que o norte global já produziu e produz, entretanto, é necessário que a nossa ciência reconheça as diferentes perspectivas científicas apresentadas por intelectuais fora da espacialidade e língua hegemônica da ciência moderna. Esse diálogo é a melhor ação para a transformação da geografia. A renovação do pensamento

geográfico deve ser vista não de forma negativa para a ciência, mas sim como uma “nova” forma de reaprender a pensar (GOMES, 2009).

García-Ramon, em seu texto intitulado *Enfoques críticos y práctica de la geografía em España. Balance de tres décadas (1974-2004)*, aponta a importância de pesquisadoras/es e professoras/es e estudantes jovens para a renovação do pensamento geográfico, que estimuladas/os por uma reflexão crítica passam a se preocupar com uma posição social e política para a geografia (VILLAMIZAR, 2019).

Catalina Villamizar (2019) ao fazer uma análise sobre a trajetória e obra de Maria Dolors Garcia-Ramon ressalta a necessidade de se destacar que por mais que jovens profissionais da geografia estivessem caminhando em direção a uma ciência mais humana e inclusiva, ainda havia uma forte perspectiva anglo-americana em suas escolhas teóricas e metodológicas, o que reproduzia um conhecimento excludente e etnocentrado (da branquitude e da classe média), sendo um conhecimento profundamente enraizado nas teorias das colonialidades, reproduzindo machismo, racismo, e outras categorias de opressões.

Para a autora, é apenas próximo dos anos de 1990 que as mulheres de cor (termo da autora) do norte e do sul global, através de um giro epistemológico, denunciam as desigualdades do gênero masculino e da branquitude na geografia crítica. Tal afirmativa coincide com o que a geógrafa feminista Maria Dolors Garcia-Ramon (1989) aponta ao fazer uma análise sobre a trajetória da geografia feminista, sobretudo a de língua latina, indicando que a mesma “estimula a geografia internacional do final do século XX a um desafio de renovação intelectual, conceitual e metodológico” (p. 7).

Surge um cenário com novos caminhos e pautas de investigação na geografia do fim de século XX (GARCIA-RAMON, 1989), tal sentimento e ação de renovação também chegam ao Brasil, todavia as linhas de análise que se ampliam na renovação da geografia crítica ainda não têm institucionalização em nosso país.

A tese de Geny Guimarães (2015), ao trabalhar com afroepistemologias, indica o quanto “a universidade é um campo de disputas” (p. 40), logo são definidos como termos e conceitos mais apropriados, legitimados e científicos, aqueles que são cômodos ao pensamento hegemônico da ciência, ou seja, uma ciência calcada no mito da modernidade, tendo como língua representante o inglês e as teorias do norte global.

A autora indica que é com essa influência que a geografia cria a sua visão de alteridade, estando ela cercada pelos princípios das colonialidades (do ser, do poder e do saber), o que contribui para atitudes e pensamentos discriminatórios, além de contribuir com



crenças de superioridades vistas pelo discurso perpetuado na história do pensamento geográfico, que diz respeito a um outro que não é o homem, branco, hétero, cristão, militar e com posses.

Com uma tradição científica que de forma isolada não é mais adequada ao presente, várias discussões parecem ganhar espaço na geografia contemporânea, não no sentido de deslegitimar a geografia clássica, tendo em vista que ela é a nossa história e constrói ainda o nosso imaginário científico, mas reconhecendo que as discussões contemporâneas não são impositivas de uma verdade e modelo único, e sim formas alternativas de ver, sentir e pensar o/no mundo.

Segundo a geógrafa negra canadense Katherine McKittrick (2016) os movimentos feministas e antirracistas contribuíram para algumas mudanças metodológicas e epistemológicas em prol de uma ciência mais inclusiva. Podemos dizer que as reivindicações e críticas a neutralidade e a pureza científica, ainda que por caminho diferentes, incitadas por estudos feministas e antirracistas, surgem mais ou menos no mesmo período, há cerca de 50 anos e tensionam o determinismo biológico, que através do corpo analisa a raça e o gênero criando suas idealizações.

Os resquícios de colonialidades que marcam o fazer científico moderno são as maneiras pelas quais as tendências científicas se formam e passam a articular um modelo de conhecimento que enumera e classifica a diferença (McKITTRICK, 2016), posteriormente transformada em desigualdade. Neste modelo, o prestígio científico é materializado e idealizado por meio da corporalidade do homem, cis, branco, hétero e de posses.

Para as autoras Linda Peake e Audrey Kobayashi (2002) um verdadeiro esforço está sendo feito para resolver e corrigir as consequências de várias colonialidades que permeiam os fundamentos epistemológicos da geografia e das estruturas institucionais que moldam nosso ambiente de trabalho. Entretanto, uma ressalva é feita pois não basta apenas adicionar temáticas sem reformular a forma com que elas são interpretadas, vistas não apenas como adicionais, mas relacionais, não escapando a nenhuma espacialidade ou teoria.

Ainda de acordo com as intelectuais, esta situação na geografia merece atenção, e não só pela existência da elite branca, que estruturou uma disciplina profundamente racializada na branquitude, cujo “projeto”, do qual agora fazemos parte, se dá pela superioridade branca e normatividade da branquitude, mas também pelo caráter da justiça social que esta mudança pode promover, sendo a base da interseccionalidade pregada pelo movimento feminista negro.

Oyèronké Oyěwùmí (2017 [1997]a; 2017 [1997]b) indica que as distinções entre colonizador e colonizados não se dá unicamente pelo viés biológico visto pela corporalidade (como a raça, gênero e idade). Para a autora, aspectos do estado mental também produzem imaginários colonizados nas práticas cotidianas socioespaciais, todavia, ainda assim o controle social é apresentado pela intelectual como um privilégio masculino, conjugal e geracional.

Para ela, os países que possuem sua história narrada pelo ponto de vista dominante, do colonizador, apresentam suas estórias e histórias a partir do ponto de vista masculino, sendo a narrativa feminina periférica, quando encontrada. Neste sentido, para a autora a colonização gera impactos parecidos e desiguais para mulheres e homens ao criar as subjetividades do humano sobre o não humano, do masculino sobre o feminino, o moderno em detrimento do tradicional, do selvagem, e assim por diante.

Um dos pontos trabalhados pela autora refere-se a as estruturas institucionais formadas e visibilizadas pelo viés colonialista. Seja em relação aos sistemas de governo, sistemas educacionais, de saúde, etc, as autoridades são majoritariamente representadas por chefes homens, ignorando outras práticas de experiências mundanas além das modernas, onde as mulheres também cumprem papéis de liderança. Como consequência histórica da construção das instituições modernas, as mulheres e aos homens racializados negativamente cabem espacialidades negadas, onde para que se façam presentes, resistências são necessárias.

Associações são possíveis ao pensarmos a produção do conhecimento, pois os efeitos racistas e machistas até hoje são visualizados por meio da academia enquanto instituição. Não à toa temos uma generificação e racialização do conhecimento, materializados e simbolizados pelo gênero masculino e por pessoas brancas, do mesmo modo que existe a centralidade em teorias eurocêntricas, onde a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores.

Oyèronké Oyěwùmí (2004) indica o privilégio racial e de gênero como uma parte essencial do *ethos* europeu, que está consagrado na cultura naturalizada da modernidade. Segundo a intelectual, talvez a crítica mais importante de articulações feministas, tanto no norte quanto no sul global, é a compreensão da análise inseparável de gênero, raça e classe. Tendo em vista que mesmo que se faça uma pesquisa ligada as mulheres brancas, é necessário racializá-las e identificar que suas experiências se dão dentro de um privilégio, ainda que não em relação ao gênero, mas em relação a sua raça.

Esta noção visibiliza as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, que ocorrem simultaneamente, sendo possível de visualizar a partir do contexto interseccional de um fenômeno. Porém, segundo a autora, é necessário um rompimento com a forma de leitura do mundo proposta na ciência ocidental, pois as teorias eurocêntricas, sendo universalistas, se desdobram em conceitos, temáticas, metodologias, etc.

Uma alusão é apresentada pela intelectual ao pensar gênero atrelado as feminilidades de forma eurocêntrica, onde metodologicamente, grande parte das análises que levam em conta as mulheres são direcionadas ao lar da família nuclear, com uma visão binária entre espaços públicos e privados, o que reduz a mulher a condição de mãe e esposa, ignorando a relação com raça, sexualidade, capacidade, idade, religião, etc, que constituem as mulheres. Vale lembrar que a autora está fazendo tal apontamento no início da virada do século XXI, tendo em vista que hoje já existem mais trabalhos interseccionais que naquela época.

Lorena Francisco de Souza (2007) indica que o interesse por temáticas que antes eram desconsideradas do real “fazer geográfico” tem crescido, ainda que paulatinamente, o que já representa um avanço para uma geografia mais humana e complexa/plural. E ao falar em relação a estudos sobre mulheres negras na geografia apresenta que:

Nas dimensões geográficas, a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social. Tais elementos são vividos simultaneamente, o que nos faz reconhecer a existência de uma pluralidade de feminilidades (SOUZA, 2007, p. 7).

Deste modo, é possível dizer que a geografia humana, que geralmente possui um cunho mais crítico, também tem sido tensionada ao indicarem a necessidade de uma reflexão que leve em conta aspectos de uma análise mais subjetiva, micro e corporificada, ao desviar um pouco o foco de quem está do lado hegemônico da estrutura, por mais que seja sempre relacional, o que justifica a necessidade e importância de um trabalho que tenha estas preocupações, longe de um relativismo exacerbado que ignore padrões históricos e sociais de variadas estruturas, como as hierarquias globais apresentas por Ramón Grosfoguel (2008) quando o mesmo fala em um ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno’.

Anibal Quijano (2005), ao estudar a colonialidade do poder, aponta que com a colonização surge a ideia de raça que pautará toda a divisão da estrutura social que se impunha na América, pela diferenciação da cor dos seres, como novo padrão da moderno-colonialidade. Pensando sobre a necessidade da renovação do pensamento crítico, Valter do Carmo Cruz (2017), apresenta a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, que

expressam a violência para além dos meios físicos, sendo uma transformação subjetiva de todo o imaginário do mundo calcado em um modelo europeu (em sua grande maioria, porém é variável conforme tempo, espaço e escala) de dominação.

Conforme o geógrafo Ricardo Oliveira (2017) com o surgimento e reconhecimento de abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas distintas da modernidade-colonialidade, o discurso científico geográfico tem sido afetado, apresentando contradições existentes dentro da racionalidade universal, visibilizando então diversos epistemicídios culturais. Este discurso, ao ganhar espaço na ciência geográfica, permite a reescrita da história da geografia “sob o olhar do colonizado, incorporando em seus estudos tanto o marxismo quanto os elementos culturais e identitários” (p. 9).

Deste modo, temos uma revisão sobre as exposições geográficas tradicionais, passando pelos conceitos, categorias e metodologias. Tal ação permite a ampliação de possibilidades geográficas, dessa vez por outro ponto de vista, todavia, o autor atenta que isso não significa desconsiderar o que foi produzido antes, ao contrário:

Significa justamente considerar que a ciência geográfica tem uma história que muitas vezes não foi neutra, que foi utilizada para fazer a guerra, para impor uma determinada visão de mundo – uma epistemologia – para dominar o território, determinar a organização espacial, construir muros e controlar minorias (OLIVEIRA, 2017, p. 10).

Jonathan Marcelino (2020) entende que o giro decolonial na geografia é parte de um movimento que exige posturas científicas diferentes das praticadas por herança da colonialidade, indicando que tal movimento constrói caminhos alternativos para o reconhecimento e legitimidade de um conhecimento “não subalternizado e decolonial para o continente latino-americano” (p. 439). Para o geógrafo, a geografia tradicional, assim como a ciência moderna, apresentam uma violência epistêmica tão naturalizada que invisibilizam e expropriam a humanidade das outras e dos outros, assim como seus saberes e sua forma de divulgação dos mesmos.

Entre os homens da teoria decolonial há necessidade da abordagem feminista, como salienta a autora Ochy Curiel (2019) em seu texto onde ela propõe pensar a construção de metodologias feministas para o feminismo decolonial, indicando o quanto uma visão binária e positivista na concepção do que é gênero, tanto no movimento feminista branco, quanto nas primeiras propostas da teoria decolonial, muitas delas apresentadas por homens, afetou teorias, conceitos, interpretações e metodologias.

A autora ainda apresenta um caminho para uma metodologia feminista decolonial ao propor que investigações nessa perspectiva devem reconhecer e legitimar saberes subalternizados, enfatizando a importância, diferente de exclusividade, da experiência vivida, a exemplo do que busco na interpretação de marcadores como gênero, raça, idade e lugar de origem para as intelectuais negras da geografia.

Outra proposta da autora se dá na problematização das condições de produção do conhecimento, sendo necessário um atento olhar para a geopolítica do conhecimento, que acontece entre as fronteiras nacionais e internacionais, apresentando privilégios, facilidades e oportunidades de publicação e reconhecimento de determinadas pessoas e centros de saberes.

Para Sofia Zaragocin (2017), influenciada por outras autoras decoloniais, em especial ligadas ao feminismo comunitário como as autoras Julieta Paredes e Lorena Cabnal, a importância do feminismo decolonial se dá no reconhecimento da sua diferenciação de um feminismo ligado a modernidade que reproduza universalizações e essencialismos do ser mulher. O feminismo decolonial, assim como a teoria decolonial, busca a construção de conhecimentos que rompam com a colonialidade, fruto da modernidade, através de práticas e epistemes fora dos cânones ocidentais.

Para a intelectual tal debate requer uma imaginação altamente geográfica, pois é necessário valorizar os espaços de hibridismos teóricos através da criação de espaços imaginários decoloniais, a exemplo de nomenclaturas como Abya Yala, América Latina, o Sul Global, enquanto espaços materiais e metafóricos para uma luta epistêmica.

O feminismo decolonial se situa como antirracista na medida em que seus fundamentos teóricos e práticos buscam a superação das colonialidades, sendo assim, o feminismo decolonial trabalha de forma interseccional ao se preocupar com múltiplas desigualdades que recaem sobre as mulheres da América Latina, a exemplo da raça, do seu local de origem, idade, sexualidade, religião, etc.

Em uma apresentação de um dossiê especial sobre decolonialidade na América Latina, Sofia Zaragocin (2018) discorre sobre a necessidade de ontologias espaciais que representem sujeitas/os marginalizadas/os. Para a autora, a geografia crítica da América Latina, apesar de ter heranças coloniais bem presentes, está fazendo uma chamada para a descolonização da geografia, sendo o feminismo decolonial um dos responsáveis pela denúncia de visão masculina, androcêntrica e racista na geografia.

Neste momento a influência de Lélia Gonzalez se faz presente por meio do seu trabalho pioneiro de articulações estruturais para a compreensão da formação territorial e

social brasileira. Por mais que a autora não seja notadamente reconhecida como uma pensadora decolonial, algumas interpretações recentes apontam como o cerne do pensamento decolonial, mesmo antes da existência dessa nomenclatura, já se encontrava presente em alguns trabalhos nacionais, a exemplo de Lélia Gonzalez, onde:

A ideologia do branqueamento, que segundo Lélia se mostra no racismo de omissão e de denegação, é justamente a atuação do colonialismo interno e da dupla consciência articulados dentro da sociedade brasileira (e demais sociedades da América). Em suma, Lélia em sua análise da formação da sociedade brasileira demonstra a relação existente entre a ideologia do branqueamento (pautada na dupla consciência “branca” e “negra”), como ela está presente na construção do Estado brasileiro (através do colonialismo interno), demonstrando como o mito da democracia racial impede um projeto de nação que fosse verdadeiramente democrático e que abarcasse a luta do povo negro e indígena (FONSECA, 2021, p. 126).

Outras perspectivas também já eram trabalhadas de forma antirracista e feminista pela socióloga, o que a aproxima do debate das colonialidades de gênero, em especial pensando a condição da mulher negra na sociedade brasileira, carregada fortemente a partir de três representações que se forjam como resultado da articulação entre o racismo e sexismo.

São elas: a mulata, a doméstica, e a mãe preta. Essas representações são negativas e possuem como origem um pensamento escravagista, onde a mulher negra não possui voz ativa e é objetificada. Todavia, reconhecemos a importância de se avançar sobre esse estigma, assim como nos propõe Lélia Gonzalez (1988), ao reconhecer a mulher negra como sujeita política essencial para a construção do Brasil.

Atualmente o que se tem visto são argumentos de racialidades (ou racialização), ligadas a questões sociopolíticas e culturais, variando por diversos motivos e perspectivas (SILVA, 2017). A autora explana que pensar essa temática no Brasil requer considerar particularidades bem específicas, desde o ‘preconceito em ter preconceito’, até a ideia dos pressupostos de superioridade europeia (sobre indígenas e negros/as) colocados pela supremacia branca desde o processo de colonização, que hoje é visto pela colonialidade que impregna todo o imaginário social. Para essa pesquisa adotamos o conceito de racialidade, conforme argumenta Sueli Carneiro (2005) quando pensa na ideia de dispositivo da racialidade, inspirada na ideia foucaultiana de ‘dispositivo da sexualidade’. Para ela:

Se a racialidade se constitui como domínio a conhecer, veio a sê-lo a partir das relações de poder que a instituíram como objeto possível. Em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre a racialidade por meio de técnicas de saber e de procedimentos discursivos a serviço da colonização,

domesticação, eugenia ou repressão, como o fizeram disciplinas científicas tais como a medicina legal psiquiátrica, a antropologia, a criminologia, a craniologia, etc. Cada qual constitui-se como um domínio em que a racialidade foi estudada em desfavor da racialidade negra e de não-brancos em geral (CARNEIRO, 2005, p. 61).

Portanto, para Carneiro (2005) a racialidade é uma relação de poder que institui o dispositivo disciplinar que envolve a raça, complexificando as relações sociais associadas à classe. Para ela esse mecanismo cria a condição crônica da pobreza dos negros e impede a mobilidade de classe. Entretanto, como dispositivo, a racialidade não é algo essencializado, mas em permanente processo de tensionamento entre domínio e resistência.

É o campo da resistência que vincula o negro ao dispositivo de racialidade como sua contrapartida necessária, posto que, para Foucault, onde um campo de poder se institui resistências são produzidas e são elas que criam as condições para a inclusão no dispositivo, para a negociação com o poder e disputas sobre a verdade histórica (CARNEIRO, 2005, p. 70).

A racialidade dominante é o polo que determina, por meio de várias técnicas, a condição do não ser negro que por sua vez resiste, contesta e reivindica sua posição de ser político de direitos. Uma das técnicas mais importantes de dominação é “desassociar das marcas físicas e simbólicas da negritude. Nesse sentido, o desracializar-se, recusar ou camuflar a identidade racial no plano dos discursos e das práticas são condições imperativas” (CARNEIRO, 2005, p. 70).

Carneiro (2005) considera que:

[...] a racialidade é [...] compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorrem que ser branco e ser negro são considerados polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (CARNEIRO, 2005, p. 34).

Aproximando este debate da geografia, Diogo Cirqueira (2015) defende em sua tese a perspectiva que as racialidades já estavam no debate geográfico desde sua concepção enquanto ciência no Brasil e no mundo, embora tenha sido enterrada ou invisibilizada ao inferir determinismos racialistas e visões de mundo calcadas em pré-julgamentos sobre povos e sociedades. Assim, “a questão da racialidade foi abordada na mesma linha dos discursos hegemônicos do período, com classificações e hierarquização dos grupos e/ou dos lugares” (2015, p. 45).

Portanto, o debate sobre a racialidade no Brasil pressupõe, a priori, as relações raciais entre negros/as e brancos/as, podendo abarcar um sistema de opressão interligado, como mencionam Collins (2019) e Akotirene (2019). Kabengele Munanga (1996) afirma que a classe dominante no Brasil se sente muito confortável com seu racismo “camuflado” pela dita democracia racial, para Munanga (1996) uma análise cautelosa, levando em conta a realidade sociológica – e por que não espacial?- do Brasil, e não o que é projetado ideologicamente de forma alienada (o mito da democracia racial), ainda que seja de fato desejável, é o ideal para as pesquisas antirracistas nacionais.

Conforme o autor, racismo e identidade não são fenômenos fixos, eles se modificam ajustando-se ao tempo e espaço de acordo com o interesse dos grupos. Para Lilia Moritz Schwarcz (1994) o “amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais, como os institutos históricos e geográficos, os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina” (p. 139) cumpriu um papel bem específico ao ampliar um imaginário social com um olhar bem particular para o Brasil, sendo este um grande laboratório racial para as colonialidades.

Para finalizar a compreensão apresentada nesta seção, trouxemos a base ideológica que firma nossa interpretação de mundo por meio das leituras do que se entende enquanto ciência, das formas de se fazer ciência (hegemônica e marginal), sobre as políticas de publicações e os prestígios e desvantagens científicas que cercam diferentes pessoas que produzem ciência.

Reafirmamos que a geografia, e a ciência como um todo, precisam ser repensadas e reconhecer sua racialidade hegemônica pautada na branquitude eurocêntrica, ou de língua inglesa pensando em um mundo mais “globalizado”, o que por sua vez geram espacialidades que se tornam hostis para determinadas pessoas e culturas.

## 2.2 GÊNERO E RACIALIDADES COMO PRODUÇÃO CIENTÍFICA CORPORIFICADA

O conceito de gênero que adotamos nesta pesquisa o entende como uma desconstrução social, e não uma construção biológica (e social) (OYEWÚMI, [20--]), pois ainda que seja necessário construirmos a ideia do ser mulher para trabalharmos as feminilidades, também se faz necessário pensar no seu caráter múltiplo, de não universalidade, visto que é essa desconstrução social que nos permite entender a



multiplicidade do ser mulher, a exemplo de mulheres negras, indígenas, asiáticas, trans, travestis, jovens, idosas, pobres, portadora de deficiência, entre outras. Conforme a autora o conceito de gênero, sendo uma criação ocidental, reproduz a tendência universalista e unilinear de interpretação do mundo, e ao pensar especificamente nas feminilidades apresenta a ideia da mulher (de todos os espaços e tempos) como sendo oprimidas e impotentes.

O que a autora aponta nos faz entender o egocentrismo da ciência moderna, que ao postular sobre suas universalidades pretende homogeneizar modelos, indo de contramão a realidade social que na prática se organiza de diferentes formas, além da civilidade ocidental. A inquietação da autora perpassa pelas suas experiências, tendo em vista sua vivência na Nigéria, a mesma sabia que na língua iorubá, por exemplo, não existe a diferença entre macho-fêmea; homem-mulher.

O iorubá sendo uma língua não generificada não apresenta distinção entre masculino e feminino, contudo, outros marcadores linguísticos marcam as diferenças e hierarquias sociais. Para a cultura iorubá a questão geracional é o principal marcador, reconhecendo a importância de quem veio antes, o que está ligado à sua cultura de valorização ancestral. Entretanto, quando a autora levava tais relatos para as suas aulas de pós-graduação, na Califórnia, a mesma era ignorada ou rejeitada, até ela entender que a África não conta como experiência para as teorias sobre a humanidade na ciência moderna ocidental.

Mais uma contribuição da autora Oyèrónké Oyewúmi [20--] é possível para entendermos a construção do imaginário sobre a raça. Segundo ela, a identidade do ser negra/o e tudo que a esta construção é associada também são representações sociais, tendo em vista que ela mesma, já adulta, não se entendia enquanto “ser negra” até se mudar para os Estados Unidos, onde ela passou a ser uma mulher negra.

Uma das principais críticas da autora se dá em relação a naturalização do ser ‘mulher’ e ser ‘homem’, como categorias já existentes, onde os estudos de gênero captaram tais representações como já prontas para serem estudadas, algo natural, já dado. Quanto mais próxima da teoria feminista afro-americana mais ela enxergava as problemáticas do universalismo da imagem da mulher e do fato das mulheres sempre serem oprimidas.

Podemos identificar a centralidade do corpo para a leitura social que transforma o que vê em diferença e posteriormente em desigualdades. Para a autora Jaqueline Conceição da Silva (2021) o corpo na perspectiva ocidental e moderna não é visto apenas como base material para a existência da vida, mas também como uma subjetividade para a “construção e

efetivação de formas de pensar e estar no mundo a partir daquilo que lhe marca sociologicamente” (p. 4).

Para a autora, o corpo das mulheres negras é sentido, em uma perspectiva desde dentro, como um espaço de resistência e de diferentes formas de grafias sociais, tendo em vista que tais mulheres sofrem um silenciamento histórico de suas vozes, imposto pelo racismo e machismo, contudo, seus corpos são capazes de narrar e partilhar experiências por meio de diferentes performances no espaço, superando a noção ocidental da comunicação intelectual apenas através do papel e da escrita, onde:

É na construção cotidiana das ações, que mulheres negras têm buscado outras formas de inscrever a memória negra partilhando experiências e saberes: A baiana que pila o feijão fradinho para o preparo do acarajé; a mulher grávida que lava sua barriga com folha de lágrimas de Nossa Senhora para auxiliar no trabalho de parto; a menina que cuida com babosa, e trança o cabelo de sua irmã mais nova para ajudar no crescimento saudável dos cabelos crespos; a esposa que pacientemente prepara o jumbo (alimento que os familiares levam para os presos) colocando cada uma deles em recipientes e sacolas antes das visitas no presídio; todos esses gestos falam sobre saberes, afetos, cuidados, memórias que potencializam a vida cotidiana das comunidades negras (SILVA, 2021, p. 8).

Essas diferentes grafias sociais surgem na medida em que entendemos o corpo como um medidor para acessar ou não determinados espaços, sendo assim, quando se trata de mulheres negras, os espaços seguros para suas narrativas são outros, não sendo os espaços modernos ocidentais, marcados pela branquitude, masculinidade e individualidade. Os espaços seguros para as mulheres negras são espaços coletivos e oralizados, que permitem a expressão pelo corpo, onde o conhecimento é grafado pelo gesto, não pela escrita, de acordo com Jaqueline Conceição da Silva (2021).

Um diálogo é possível com a geógrafa Geny Guimarães (2018) quando a mesma fala sobre ações-resistências, capazes de criar novos lugares-resistências que se retroalimentam. O que por sua vez permite a mudança para uma visão afirmativa e desde dentro para grupos que historicamente não narraram as suas próprias histórias e histórias, tendo em vista que a visão negativa sobre tais grupos e corpos sempre existiu e é institucionalizada na ciência moderna.

Patricia Hill Collins (2015) busca um cenário na memória coletiva para facilitar o entendimento de como as relações sistêmicas de dominação e subordinação formam as estruturas, que via instituições, como: as de saúde, educação, jurídicas, etc, geram uma representação institucional da opressão que se materializa nas ações e por pessoas em

diferentes posições sociais, e para a autora, tanto o racismo quanto o machismo são exemplos concretos que organizam o consumo e produção espaciais.

O cenário coletivo rememorado pela autora se dá por meio das *plantations*<sup>13</sup>, apresentadas como sistemas agrícolas controlados e servidos por corpos específicos que vivenciam diferentes lugares sociais. A associação apresentada indica que a forma de controle e vivências espaciais variam conforme tempo e espaço, mas possuem em comum corpos marcados pela mesma subjetividade: corpos que controlam e corpos que servem, e o mesmo exemplo podemos associar ao espaço de produção científica visto por meio das corporalidades que se fazem presentes, resultando em um cenário bem mais próximo das *plantations* do que gostaríamos de admitir.

Tal visão nos permite entender as instituições de ensino superior, e as espacialidades de divulgações científicas, a exemplo dos periódicos em especial, como uma versão atualizada da *plantations* enquanto metáfora para a “dimensão institucional da opressão” (COLLINS, 2015, p. 24). A autora ainda desenvolve a ideia, no qual:

Por exemplo, se você é de uma universidade norte-americana, seu campus é uma plantation moderna? Quem controla a economia política da sua universidade? Os homens brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite estão se somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sua sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? As pessoas afro-americanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentam, que lavam sua louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa? (COLLINS, 2015, p. 23 – 24).

Apesar de a autora falar em relação a um espaço específico, o da nação norte-americana, podemos ampliar sua análise para as instituições universitárias que se desenvolvem a partir do modelo moderno ocidental. Sendo assim, o eurocentrismo e a modernidade não estão atrelados apenas a um ponto específico do globo. Suas colonialidades, a partir de imaginários subjetivos, recaem por todos os lugares, ainda que por diferentes facetas.

Neste momento cabe um destaque em relação as distintas formas de organização das universidades brasileiras e norte-americanas. Nos Estados Unidos existem dois modelos de

---

<sup>13</sup> Esse sistema é um modelo de produção agrícola baseado na monocultura, na exportação desses produtos e na utilização de grandes latifúndios com mão de obra escravizada. Ocorreu durante a colonização das Américas e outros continentes que eram colonizados por países europeus, assim como a Ásia e a África. Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/matematica/sistema-plantation>. Acessado em: 16 de janeiro de 2022.

ensino superior, as universidades privadas e estaduais, nesse caso, em ambas universidades há pagamento de anuidades, fazendo com que o ensino superior norte-americano seja exclusivamente pago. No Brasil, esta realidade é um pouco diferente, ainda que esteja em disputa.

Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2017, publicado em 2018, no Brasil, a rede privada conta com mais de 6,2 milhões de estudantes, o que representa 75,3% do total, ou seja, a cada 4 estudantes matriculados na graduação, 3 são vinculados a uma instituição privada. Enquanto nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) o número de matrículas é um pouco maior que 2 milhões, totalizando 24,7%.

Todavia, vale ressaltar que esse ensino público, gratuito e de qualidade não está em uma situação segura e confortável, pelo contrário, por meio de um projeto de emenda à Constituição Federal, chamada de PEC 206, apresentada pelo Deputado Federal General Pertenelli (União – SP), em maio de 2022 foi reaceso o debate entorno da possibilidade de cobrança de mensalidade em universidades públicas brasileiras.

Ainda que a proposta preveja que apenas parte dos estudantes paguem por seu ensino superior (os que possuem condição financeira), estudiosos e críticos da proposta indicam que “o pagamento por parte dos estudantes geraria falta de isonomia nos bancos das universidades, o que seria péssimo para a democracia interna e fonte de injustiças” (CNN – Brasil, 2022). Em matéria publicada na BBC News Brasil, por Rafael Barifouse, em 2022, o mesmo indica que quase 71% das/os estudantes das universidades federais são de baixa renda, apresentando uma renda familiar mensal de até 1,5 salário-mínimo por pessoa.

Esses são cenários de organização que diferenciam muito as universidades brasileiras das norte-americanas, todavia, quando pensamos novamente nos corpos que promovem tal debate e nos corpos que estão em cargos administrativos e de liderança, seja nos Estados Unidos ou no Brasil, seja em instituições públicas ou privadas, novamente notamos a super-representação de uma elite masculina e branca, exemplo disso é que apenas em 2018 tivemos uma mulher negra eleita como reitora de uma universidade federal no Brasil, a professora Joana Guimarães, de 63 anos, que está a frente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

De acordo com a autora bell hooks (2014 [1981]), o contexto, seja: espacial, social, político, cultural, religioso, educacional, etc, são chaves de entendimento para as diferentes compreensões de mundo. Para exemplificar, a intelectual disserta sobre a compreensão das mulheres americanas em relação ao racismo, um dos princípios organizadores das

colonialidades, sendo uma leitura limitada deste fenômeno, não pela capacidade de entendimento de tais mulheres, e sim pelo próprio limite das instituições guiadas pela branquitude, que jamais incentivarão a uma leitura política ideológica do racismo.

Por mais que tais mulheres testemunhem a partir da sua própria vivência desdobramentos do racismo, sentir a dor não basta para compreender a sua origem e seu impacto de forma coletiva. bell hooks (2014 [1981]) defende que a continuação do papel de manutenção de ordens coloniais se dá a partir de práticas institucionais da educação acadêmica que “nada fizeram para aumentar a nossa compreensão limitada do racismo como uma ideologia política, ao invés, negaram a verdade, ensinando-nos a aceitar a polaridade racial na forma da supremacia branca e polaridade sexual na forma de domínio masculino” (p. 87).

Nesse sentido, Lelia Gonzalez, no Brasil, também na década de 1980, mais especificamente em 1984, fala sobre os efeitos da articulação do racismo com o sexismo, o que produz, por sua vez, implicações violentas sobre as mulheres racializadas de forma negativa, ou seja, vistas como as outras, ‘o outro tipo de mulher’, mas a autora refere-se sobretudo a mulher negra. Para ela, o racismo visto de forma natural cria o imaginário que “negro tem mas é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal” (p. 225).

Este imaginário racista tido como natural é o que explica, mas não justifica, a invisibilidade e ausência de pessoas negras em determinados espaços, como se determinados lugares fossem para determinadas pessoas, geralmente, as brancas, a exemplo do próprio espaço acadêmico e do espaço de publicações científicas. Quando as mulheres negras entram em foco, “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Entretanto, já passou da hora de mudarmos as lentes com que interpretamos as corporalidades, a própria autora já aponta que a mulher negra tem modos de rejeição e de integração do seu papel social no Brasil, e o exemplo desenvolvido para pensar a integração, ainda que invisibilizada, é por meio das *mammys*, termo cunhado às mulheres negras, geralmente gordas e afetuosas, que criaram os filhos das elites em diferentes momentos históricos, tendo em vista que as mulheres brancas, consideradas as “madames” pouco tinham relação com seus filhos, pois quem trocava as fraudas, dava leite, banho, alimentava, contava estórias, eram as mulheres negras, enquanto as mulheres brancas serviam como reprodutoras

biológicas do sistema capitalista em desenvolvimento, que só foi possível ao se alicerçar sobre o racismo e o machismo.

Outros diversos exemplos são possíveis para visualizarmos (a perspectiva ocidental nos transforma em seres totalmente visuais) como as realidades materiais, corporalidades e os entendimentos subjetivos são formados mutuamente por diferentes atravessamentos, o que entendemos neste trabalho enquanto interseccionalidades.

O conceito de interseccionalidade possui uma longa trajetória investigativa que a partir da ideia de matriz e opressão de Patricia Hill Collins (2019 [1990]) teve uma série de proposições, como argumenta Maria Rodó-de-Zárate (2021). Kimberlé Crenshaw (1992) cunhou o termo para expressar a ideia de multiplicidade de opressões estruturais a que uma pessoa está sujeita, trazendo a classe, a raça e o gênero como sendo os principais traços de hierarquização das sociedades ocidentais.

O termo foi estabelecido para se opor à ideia de identidade como sendo algo à priori, mas que os processos de identificação são forjados na existência das negociações entre estruturas e sujeitas/os. É nessa perspectiva que o conceito de interseccionalidade é adotado nessa pesquisa, a fim de evidenciar a forma com que os eixos de opressão compõe a existência das mulheres cientistas negras e a forma com que elas têm negociado com as estruturas de opressão de raça, gênero e classe.

O que entendemos de comum ao pensamento das autoras é a necessidade de se explorar distintos lugares sociais, que na prática também acabam sendo espaciais, que a priori, antes do próprio reconhecimento pessoal, organizam as posições de diferentes pessoas na sociedade, sobretudo as sociedades ocidentais, marcadas fortemente pelas estruturas de classe, raça e gênero. A universidade ao incorporar tal perspectiva também deve mudar suas práticas, pois como Collins (2019 [1990]) e Rodó-de-Zárate (2021) advogam, é fundamental a elaboração de metodologias próprias que nos permitam entender a prática complexa e caleidoscópica das opressões múltiplas ao quais as pessoas estão sujeitas/os a viver.

A própria experiência que a universidade nos passa coloca as mulheres negras em um lugar de negação na construção de diferentes intelectualidades, como se elas fossem ausentes, todavia, aqui no Brasil as mulheres negras estão produzindo - e não apenas na academia - há pelo menos 150 anos, a exemplo de estudos recentes que tem reconhecido autoras como: Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus.

Maria Firmina escreveu o primeiro romance pós-abolição do Brasil e também é a representante do primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina. Já

Antonieta de Barros foi umas das primeiras mulheres na política, apenas nos anos 1932 as mulheres podem votar, e em 1934 ela se torna a primeira parlamentar negra eleita no país. E Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras autoras negras publicadas no país, escrevendo nas temáticas de romance, crônicas, contos, poemas, peças teatrais, etc.

Ao aproximar este debate da ciência geográfica, Katherine McKittrick (2000) indica que corpos carregam dentro deles, e através deles, hierarquias racializadas e de gênero, que os levam a reprodução de um comportamento racializado e generificado por meio de expectativas, que podem ou não desafiar as reproduções coloniais. Para a autora a complexidade do fenômeno se dá pelo seu caráter não estático, apesar das categorizações de raça e gênero estigmatizarem coletivamente diferentes grupos identitários.

Ela defende que uma geografia feminista antirracista - “anti-racist feminist geography” (p. 128) - é capaz de auxiliar na análise da existência de múltiplas subjetividades dentro da comunidade negra, a exemplo da experiência marcada pela questão geracional das geógrafas negras, onde o contexto, a especificidade, temporalidades e diferentes localidades geográficas não apenas mudam o significado da subjetividade, mas também constroem formações socioespaciais complexas.

Para Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) os diferentes e imbricados eixos de opressão podem facilmente ser interpretados através do acesso e permanência no ensino superior, pois, hoje em dia, muitos estudantes que antes não conseguiam pagar por seus estudos já conseguem adentrar em universidades (questão de classe) ainda que via programas sociais, assim como tem aumentado o ingresso de estudantes que sofriam discriminação desde a matrícula (por questões raciais, de sexualidade, etnia, etc), do mesmo modo que também cresceu o número de estudantes matriculados oriundos de outras espacialidades que não as centrais, sejam as rurais ou as periféricas (questões de origem espacial), dentre outros exemplos.

É neste contexto que as autoras defendem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica útil para refletir e desenvolver estratégias em busca de uma justiça social dentro das universidades. Helena Hirata (2014) nos relembra o quanto a interseccionalidade parte de um enfoque integrado para o entendimento das desigualdades sociais e espaciais, todavia, para que isso seja perceptível é preciso que a gente se atente ao contexto histórico e espacial de cada um dos eixos analisados, buscando entender a sua estrutura ligada a dimensão material, mas também as subjetividades.

Katherine McKittrick (2016) indica que para pensarmos em mulheres negras na academia, devemos também estar atentas ao trabalho interdisciplinar dessas intelectuais negras, tendo em vista que poucos são os espaços abertos a ouvir essas mulheres na geografia. Sendo assim, a música, a arte, a sociologia, história, psicologia, matemática, fotografia, dentre outros, tem sido espaços seguros de acolhimento para que as mulheres negras possam falar e transmitir seus conhecimentos, ao menos na geografia norteamericana.

Geny Guimarães (2020b) nos alerta a indispensabilidade de repensarmos a geografia, para que de forma crítica e inclusiva, a construção de teorias, metodologias e métodos, possam surgir atrelados aos seus subcampos geográficos, neste momento a autora está falando do campo das geografias negras, entendendo que tal ação transformadora nos permite romper com heranças coloniais e modelos epistêmicos racistas. Mas podemos ainda ampliar esta forma de leitura do mundo científico para outras áreas, a exemplo do diálogo entre as geografias feministas e as geografias negras.

Um outro nexos possível na busca da justiça social via ciência geográfica e diversidades se dá por meio do giro decolonial e da desobediência epistemológica, propostos pela teoria decolonial. Luciana Ballestrin (2013) ao falar sobre o giro decolonial, o apresenta como uma renovação epistemológica (teoria decolonial) sustentada por argumentos pós coloniais, todavia, com foco analítico e de produção teórica da América Latina, apresentando novas questões, releituras históricas e metodológicas de se compreender os diferentes níveis de uma colonialidade global.

Para a autora, trabalhos que seguem a linha crítica dos argumentos pós coloniais são: “em essência, (...) um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (p. 91). As duas principais diferenças entre os grupos de estudos pós coloniais e o decoloniais são: 1) crítica latina à incapacidade do primeiro grupo romper com epistemologias centradas no norte global, e 2) divergência entre as pessoas que consideram subalternidade como crítica pós moderna (grupo pós-colonial ancorado nas epistemologias do norte) e outras que a consideram como crítica decolonial (o movimento do giro decolonial).

Uma influência extremamente positiva que a teoria decolonial tem para a geografia diz respeito a sua criatividade científica, incorporando diversas fontes, sensações, experiências, vivências, etc., que tem contribuído para uma renovação epistêmica, analítica e metodológica das ciências sociais e humanas na América Latina, ou seja, também é mais uma possibilidade teórica e prática que busca romper com a herança colonial que também se dá na



forma que produzimos conhecimento, e a geografia não escapa disso sendo uma ciência da era moderna.

Tatiane Silva (2020) em sua dissertação intitulada *Geografia e pensamento decolonial: Um debate necessário*, aponta que essa renovação epistêmica é baseada na crítica ao eurocentrismo, onde este se resume a: “ideia de que a Europa é o centro da cultura, conhecimento, línguas, etc., do mundo” (p. 57, 2020). Em seu trabalho a autora indica o quanto a Europa em uma relação dialética se constrói e é construída como modelo para a dita sociedade moderna, criando um imaginário social que os demais são inferiores e atrasados em uma perspectiva de “desenvolvimento moderno”.

Ainda segundo a autora, uma das principais ações que promovem transformações vindas a partir da teoria decolonial, diz respeito a sua revisão do que é considerado clássico, uma vez que a teoria decolonial busca “novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana em diálogo com a produção de conhecimento” (SILVA, 2020, p. 80). Todavia, Tatiane Silva (2020) fala sobre a urgência da geografia se relacionar mais intensamente com a teoria decolonial, pois segundo a autora pelo fato de as principais referências desse campo não serem da geografia, o espaço é negligenciado e usado de forma equivocada.

A pesquisadora ainda traz em sua dissertação dois grandes motivos para que a geografia de fato assumira seu interesse pela teoria decolonial, sendo eles: 1) “lugar” ser usado apenas como um ponto fixo no espaço, perdendo toda a complexidade que a categoria e a geografia teriam para contribuir com o debate; e 2) em uma busca na base da Capes sobre teses e dissertações com o tema decolonialidade/descolonialidade, entre 317 trabalhos encontrados ao longo de 2010-2018, apenas 7 são da geografia.

Para Tatiane Silva (2020), tanto a geografia quanto a teoria decolonial tem a ganhar ao assumirem um desenvolvimento compromissado e corporificado, onde a geografia ganha ao incorporar visões em sua construção epistemológica, agregando profundidade e complexidade em suas análises, assim como a teoria decolonial ganha ao ter uma real transformação sobre a dimensão espacial, escalar, fronteira, etc, das suas construções investigativas. Estes são uns dos pontos-chaves do giro decolonial, que frisa a importância do lugar de origem, de fala e de vivência (lembrando que nem sempre marginais, mas sempre relacionais) nas experiências pesquisadas.

Maria Dolors Garcia Ramon ao publicar em 2016 um artigo intitulado *Geografía del género y los espacios de encuentro colonial: una nueva mirada a las narrativas de viaje*,

aponta alguns aspectos de estudos que fazem uma crítica colonial como altamente sugestivos para a geografia, e não negando a influência dos estudos pós-coloniais, para a teoria decolonial, é possível observar uma relação sugestiva para ambas as teorias, sendo:

1) O papel central da espacialidade para a construção da alteridade ou do “outro”; A construção “da/o outra/o” se dá em separação a um “nós” (europeus ou do norte global); o outro vive longe, vive em outro espaço, portanto, a dimensão espacial é muito importante.

2) Tais estudos são interessantes para a geografia, pois o período de consolidação e institucionalização da modernidade coincide com o período de máxima expansão colonial europeia. Aqui podemos observar a expansão da própria geografia das sociedades, assim como os papéis sociais que cada lugar teve nas práticas de exploração, sendo colonizador ou colonizado.

Garcia Ramon (2016) ressalta como tem surgido críticas aos pioneiros da teoria decolonial por não aprofundarem as análises de gênero, de sexualidade, de espacialidade, de racialidade, etc., e nesse bojo a geografia contemporânea, que já estuda assuntos marginais ou ‘outros assuntos’, pode contribuir com essa demanda científica.

Um exemplo de questões interseccionais (gênero, raça, idade e lugar de origem, nesse caso) é apresentado pela autora ao indicar em seu artigo o quanto as posições e práticas coloniais eram modificáveis conforme espaço, sendo muitas vezes contraditórias para as mulheres que poderiam usufruir do poder colonial nas colônias ao impor uma suposta superioridade racial, todavia, nas metrópoles sucumbiam ao poder patriarcal, a diferença de gênero. Para a autora em uma verdadeira análise decolonial: “la categoría de género no puede aislarse de las de nación, raza y clase, y el análisis debe incluir la interacción entre todos estos componentes, es decir, se ha de analizar desde la interseccionalidad” (GARCIA RAMON, 2016, p. 53).

Para as geógrafas feministas Susana Maria Veleda da Silva – Brasil, e Diana Lan - Argentina (2007) os movimentos sociais, sobretudo o feminismo, chegam à academia a partir dos anos 1970 no contexto da América Latina, e as ciências sociais e humanas absorvem seu conteúdo inovador escutando demandas de grupos corporificados, marginalizados e oprimidos, como negros/as, mulheres, homossexuais, etc. Para as autoras é neste momento que a geografia começa a dar visibilidade a metade da humanidade (mulheres, sem recorte racial em um primeiro momento), que até então era ignorada nos estudos geográficos, ao questionar a perspectiva patriarcal e androcêntrica da geografia.

A geografia contemporânea do Brasil passa a observar as relações sociais moldadas em relações desiguais corporificadas, a exemplo de: gênero, e, posteriormente de sexualidade e raça. Relembro o que Garcia Ramon (2016) já indicava sobre a geografia assumir tais temáticas, mesmo que de forma lenta, mas não assumir seu diálogo com a teoria decolonial. Para as autoras latinas mencionadas há pouco, esse é um movimento maior que a academia, então nem todos estão se propondo a isso. Para que uma epistemologia libertária, na perspectiva decolonial, seja assumida na geografia, é preciso contato direto com movimentos sociais, além do comprometimento com uma mudança social, ou justiça social, como a interseccionalidade propõem.

Em relação a essa mudança epistêmica, Joseli Maria Silva e Marcio Ornat (2020) apontam alguns desafios para as geografias feministas latino-americanas, mas aqui podemos pensar também nas geografias contemporâneas (ou nas geografias corporificadas), a exemplo da centralidade teórica ligada às epistemologias do norte anglófono. Para os autores, por mais que haja uma geopolítica do conhecimento muito centrada no norte, os movimentos sociais da América Latina e a teoria decolonial possibilitaram um caminho epistemológico e metodológico próprio que demanda ações efetivas em torno de identidades que passam a ser consideradas na atualidade, e podemos pensar que é algo que as geografias feministas e geografias negras brasileiras têm feito.

Outro desafio indicado diz respeito a produção e divulgação marginalizada que há sobre a produção científica geográfica feminista, assim como das geografias entendidas em um lugar de alteridade. Essas discussões não se encontram nos considerados “grandes centros de saberes”, quando se observa a geopolítica das redes de prestígio científico das universidades e veículos de publicação científica no Brasil, Argentina e México. Apesar de sua potência e importância analítica, as geografias contemporâneas ainda são mantidas invisibilizadas no campo disciplinar da geografia latino-americana.

Vale ressaltar que não necessariamente falar de América Latina, de mulheres, de raça, da geopolítica do conhecimento, torna um trabalho crítico na perspectiva decolonial, feminista ou antirracista. Para que isso aconteça é necessário um comprometimento político-científico em busca de transformações sociais. A teoria decolonial tem contribuído com as chamadas geografias subversivas (identificadas neste trabalho como aquelas marginalizadas, e em especial se tratando das geografias feministas, negras e decolonial), no sentido de mostrar como a invisibilidade e criação de alteridade não é por acaso, e sim fruto de relações de poder com tradições das colonialidades.

As geografias subversivas produzidas na América Latina sob um enfoque decolonial tem um desafio de contestar e avançar em relação as bases eurocentradas da geografia hegemônica, para que assim haja visibilidade e reconhecimento de saberes entre grupos marginalizados na ciência. Normalmente, teoria e militância são consideradas como antagônicas, havendo a valorização da produção científica em detrimento da prática social.

Silva e Ornat (2020) indicam que: “a teoria é concebida como um conhecimento puro e neutro e o ativismo como um saber contaminado pelas subjetividades e emoções” (p. 168). Geny Guimarães (2015) fala que mesmo sendo árduo, é mais que urgente a construção e legitimação dos elementos das pesquisas que tenham compromisso político e um caráter afirmativo para quem a história (e a geografia) apresenta como sendo não sujeita/o de direitos e liberdade.

Retornamos a Patricia Hill Collins (2015) que aponta um caminho para trabalhar tais questões, insistindo que temos que adquirir novas (ou próprias, de acordo com Geny Guimarães) metodologias e teorias para lidar com raça, classe, gênero, e outros atravessamentos interseccionais que moldam as experiências não apenas de mulheres negras, mas de todos os grupos sociais. Além disso, a autora indica que a interseccionalidade é capaz de mostrar as “conexões entre essas categorias de análise e as questões pessoais de nosso dia a dia, particularmente na nossa construção de conhecimento, no nosso ensino e nas nossas relações com colegas e estudantes” (COLLINS, 2015, p. 16).

Toda teoria apresentada até agora dialoga com a forma que interpretamos os dados apresentados a seguir. Entender que mulheres brancas e mulheres racializadas negativamente possuem relações diferentes em seus lugares de atuação e se relacionam diferentemente com sujeitos homens, por serem lidas de forma antagônica, é fundamental para a nossa compreensão de como as geógrafas negras vivenciam o espaço discursivo da ciência geográfica, indicado por meio dos periódicos online da geografia brasileira.

Patrícia Hill Collins (2019 [1990]) identifica que ações nesse sentido se encaixam em resistências para a substituição das imagens controladoras por conhecimento, onde a corporeidade de homens brancos héteros e com posses é o padrão. Para a autora é inevitável a transformação social em espaços onde as mulheres negras falam de forma livre, sendo espaços seguros com possibilidade de enunciação e escuta, pois não basta as mulheres negras falarem se outras pessoas não se colocarem para ouvir de fato o que elas dizem.

Na geografia, os dados apresentados nos próximos capítulos indicam o quanto o nosso espaço de enunciação científica geográfica brasileira é fechado às mulheres negras, em

especial quando elas trabalham com temas que fogem ao considerado clássico na geografia. Esses lugares institucionais de conhecimento podem ser analisados de forma dialética, pela opressão ou pela resistência vivenciada pelas mulheres negras cientistas.

Para finalizar, trazemos a geógrafa negra Camilla Hawthorne (2019) que reflete como a teoria feminista negra tem contribuído para o aprofundamento das geografias negras com o objetivo de corporificar seus/suas sujeitos/as de análise e de produção. Ainda que o objetivo não seja apresentar o corpo pelo viés biológico, apontar questões de raça, gênero, e idade perpassa material e subjetivamente pela visualização corpórea de quem interpreta e é interpretada/o. E ao pensarmos na produção científica é impossível não observar as relações de poder que marcam os corpos de quem interpreta e de quem é interpretada/o.

### 2.3 O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GRUPOS RACIALIZADOS NO BRASIL

As geógrafas Linda Peake e Audrey Kobayashi (2002) apontam a importância da entrada no novo milênio e das viradas de século por representarem temporalidades e espacialidades abertas às transformações, tendo em vista que neste momento surge uma oportunidade de reflexão sobre o desenvolvimento histórico das produções científicas feitas e da cultura acadêmica na qual as ciências estão inseridas, é o instante que possibilita, por exemplo, a criação de uma agenda política antirracista, fora e dentro da academia.

Para a autora Cristiane Luiza Sabino de Souza (2020) as diferentes formas de racialidades, por serem uma construção social resultante do racismo estrutural, irão se transformar conforme tempo e espaço, de acordo com sua fala proferida na aula virtual *Branquitude e racismo estrutural*, ministrada no minicurso online *Feminismos Negros e a Luta Antirracista*, promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Na mesma aula um diálogo foi feito com a autora Lia Vainer Schucman (2020) ao indicar como o racismo estrutural é basilar para a criação da subjetividade, onde podemos observar os significados interpretados pela corporeidade de sujeitas e sujeitos por um enviesamento da branquitude. Ser branca também indica uma racialização, embora carregada de privilégios, não estigmas, e a geografia feminista tem sido majoritariamente branca, produzindo uma perspectiva “desde dentro” da estrutura dominante, se colocando como uma geografia feminista universal.

Segundo Débora Brito, (2018) ao analisar os Censos de 2000 e 2010, depois de quase duas décadas das primeiras políticas de ações afirmativas voltadas ao ensino superior, seja para ingresso ou para permanência, a porcentagem de pretos e pardos (que podem ser negras/os ou indígenas) que concluíram a graduação passou de 2,2% em 2000 para 9,3% em 2017. É consenso na literatura brasileira sobre raça e racialidades, que além do aumento no quantitativo de pessoas negras e pardas na academia, houve também um reflexo no que tange a necessidade de se falar politicamente sobre tais sujeitas/os, o que por sua vez representa o crescimento de produções científicas na temática.

Ressalto que o crescimento destas produções científicas não se deu de forma espontânea, pelo contrário, é reflexo dos fenômenos sociais da virada do século, de distintas temporalidades e espacialidades, como: posicionamentos internacionais do país em relação a tratados acordados, mudanças de governo e transformações sociais. Por mais que o crescimento tenha um forte marcador pós anos 2000 é necessário pensarmos sobre as bases que impulsionaram tal feito ainda no século XX.

Segundo Alex Ratts (2011) a década de 1970 é a época de formação do que o autor denomina enquanto “movimento negro de base acadêmica” (p. 29). A característica desse movimento se dá pela “ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico” (p. 29) constituindo assim os NEABs - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e os Coletivos de Estudantes Negros, o que constitui uma forte influência na sociedade que demanda mudanças culturais e políticas na virada do século.

Conforme o autor Rafael Petry Trapp (2011) na década de 1970 há todo um contexto efervescente para os movimentos sociais, onde diferentes pautas surgiram, o comum as demandas levantadas era a luta pela democracia e a centralidade de suas/seus sujeitas/os políticas/os, o que já é uma fagulha na reorganização das forças sociais no Brasil. Com a abertura democrática uma série de organizações e movimentos antirracistas começam a surgir, a exemplo do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Mais tarde, denominado apenas Movimento Negro Unificado (MNU), que se torna uma das principais referências de combate ao racismo no país, sendo considerado o primeiro lugar de formação política de muitas e muitos militantes negros, até antes mesmo de entrarem na academia.

Todavia o autor alerta que o caráter de união nacional não se fez na prática, ou seja, o próprio imaginário de universalizar grupos sociais já é um problema, tendo em vista que as

particularidades e subjetividades são ignoradas em busca de um sentimento maior de unidade, contudo, o mesmo não avançou nesse sentido. O MNU focou no combate a ideia da democracia racial, que pressupõem que a sociedade brasileira não apresenta conflitividade em relação as questões étnico-raciais, tratando de forma igual os brancos, negros e indígenas, o que não passa de um conto do capitalismo racista patriarcal.

Tal ação leva a sociedade a pensar na própria discussão de identidade nacional, pois o mito da democracia racial sugere que uma característica única é o que forma a ideia da nação brasileira, onde “não somos índios, negros nem brancos, somos brasileiros/as e por isso devemos ser tratados/as igualmente”. É o conto da carochinha<sup>14</sup>. Pensar que todos somos e temos oportunidades iguais se torna fantasioso e insustentável.

Focaremos nos movimentos sociais com pautas centrais de combate ao racismo, e para o autor Rafael Trapp (2011) a atuação política dos movimentos negros tem provocado, desde o final dos anos de 1970, uma rediscussão da identidade nacional brasileira e um processo de ressignificação identitária. A questão do reconhecimento identitário positivo é central para o autor pois ele acredita que é essa visão positiva sobre si que permite a constituição de uma busca sobre sua ancestralidade, sobre o entendimento do que é o racismo e o ser negra/o no Brasil, e por sua vez tal movimento fortalece a articulação do movimento negro brasileiro.

Agora se faz necessário entender o contexto que leva a criação do MNU e como isso repercute na espacialidade científica e conseqüentemente em sua produção. No livro denominado *Lélia Gonzalez* de autoria conjunta entre Alex Ratts e Flavia Rios, publicado em 2010, nos é apresentado que mesmo com o período da ditadura militar e sua conjuntura de repressão e silenciamento, diversas organizações e entidades se fortaleciam em todo o país.

Como dito na seção anterior, ao pensarmos em inteligibilidades para além da branquitude, sobretudo no que diz respeito as mulheres racializadas de forma negativa, outras são as formas de resistência e de legados deixados sobre seus saberes, em especial aqueles voltados a oralidade e a seus corpos, em uma articulação entre arte, literatura, cinema, religiosidades e ciências.

Alex Ratts e Flavia Rios (2010) apresentam a criação de diversas associações recreativas e lugares negros de lazer e cultura, como: bailes, festas e casas noturnas, a exemplo do Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo, que promovia a experiência teatral

---

14 Denominação dada a uma pessoa - ou situação - que por meio de repetidas mentiras com tantos detalhes, leva a crer em sua narrativa. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/conto-da-carochinha/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

antirracista e do bloco Afro Ilê Aiyê, que promova uma tensão na Bahia ao questionar o mito da democracia racial, entre outros.

Para o autor e a autora, Lélia Gonzalez não acreditava no caráter de formação política e proteção social de tais espaços, considerados pela intelectual como ‘alienados’, contudo, com o tempo seu pensamento mudou ao reconhecer seu preconceito com tais lugares e observar a potência das relações nos espaços de lazer para a formação política negra. E desta forma, boa parte dessas associações e clubes negros criaram e assinaram o manifesto do MNU, criado em São Paulo em 1978.

O que gostaríamos de frisar ao trazer tais pontos é que ao pensarmos em intelectualidades ou inteligibilidades racializadas para além da branquitude, devemos estar abertas e abertos a outras divulgações e produções além das acadêmicas, além do que é permitido e está em consonância com o rigor científico moderno. Sendo assim, outros meios além da produção científica carregam tais saberes, todavia, ainda que reconhecendo tal aspecto, para entender a história do pensamento geográfico brasileiro e a legitimidade de determinadas epistemologias se faz necessário dialogar com a produção reconhecida nesse meio, aqui analisada por meio dos artigos online da geografia brasileira entre 1939 a 2019.

É nos anos de 1990 que o movimento negro, em sua pluralidade, estabelece um diálogo com outras esferas do governo brasileiro. Rafael Trapp (2011) indica que é no governo de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República durante o período de dois mandatos entre 1995 a 2002, que o diálogo se insere na esfera federal, em especial após reconhecimento oficial do ex-presidente em relação a existência do racismo e suas consequências no Brasil, apenas no ano de 2002.

A ciência não está isolada dos embates políticos que se estabelecem na sociedade. As questões raciais tomaram importância no Brasil no final do século XX com uma sequência de encontros e atividades preparatórias, de acordo com Nilma Bentes (2002), para a *III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, ocorrida na cidade de Durban, na África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. Este importante marco internacional terá reflexo no Brasil com importantes políticas de ações afirmativas, que serão apresentadas a seguir.

Rafael Petry Trapp (2014) apresenta que a *Conferência de Durban* é central para se pensar diversos aspectos sobre o racismo e o antirracismo no Brasil contemporâneo, assim como os desdobramentos políticos ocorridos no país no contexto pós-Durban. O que o autor indica como desdobramentos pós Conferência podemos entender por: um levante nos debates



sobre multiculturalismo, racismo, antirracismo, desigualdades raciais, ações afirmativas (como: cotas em diversos níveis de ensino e em concursos públicos, estímulo a contratação de indivíduos de grupos sociais discriminados, a Lei 10.639/2003 e posteriormente a Lei 11.645/2008, etc), combate à discriminação e tolerância, entre outros, vistos por meio do desenvolvimento de políticas públicas que reverberam na sociedade e na ciência, que passou a desenvolver pesquisas na área para dar conta de um retorno social desta demanda relacionando-a a educação, economia, saúde, cultura, etc.

De acordo com a autora Sueli Carneiro (2002) a Conferência de Durban constituiu “um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional” (p. 210). As mulheres negras criaram diferentes iniciativas de resistência, como: a Organização de Mulheres Negras Brasileiras Pós-Durban; o Instituto Geledés – Instituto da Mulher Negra; entre outros inúmeros exemplos de liderança negra feminina. Tais organizações, lideradas sobretudo por mulheres negras brasileiras, apresentam um rol de demandas em busca de uma ação política transformadora para a realidade social.

Outro marco para o desenvolvimento dos estudos críticos na perspectiva racial, segundo o autor João Rodrigues, (2021) é a *Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos*, fundada no México em 1976. Conforme o autor:

Essa associação tinha como propósito proporcionar parecerias entre os pesquisadores latino-americanos com pesquisadores do continente africano e asiático, com o propósito de promover um intercâmbio na divulgação de estudos referentes a esses continentes, levando-os a impulsionarem a criação de seções em vários países latino-americanos. No Brasil, a primeira seção foi criada em 1984 na Universidade de São Paulo (USP), decorrendo desse processo a fundação de outros centros de estudo em várias universidades brasileiras (RODRIGUES, 2021, p. 21).

O autor ainda complementa ao informar que tanto a *Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos* quanto o MNU são responsáveis por causar uma mudança no campo acadêmico, principalmente no que diz respeito a crítica a ideia de uma única história, majoritariamente contada na perspectiva dos colonizadores, assim como a transformação do local das pessoas negras na produção, passando de objetos de estudos a sujeitos/as intelectuais, lutando pelo reconhecimento e legitimação do campo científico brasileiro voltado às questões raciais de forma crítica e positiva.

Tendo o MNU uma forte influência da esquerda socialista (RODRIGUES, 2021), o discurso sobre raça foi fortemente atrelado a crítica de classe, o que por sua vez influenciava

em suas demandas práticas e teóricas. Todavia, o autor alerta que essa relação também era um dos principais conflitos internos, tendo em vista a polarização entre negros/as consideradas/os revolucionários/as e negros/as burgueses/as, mas vale ressaltar que em diversos partidos de esquerda a questão racial figurou, e até hoje figura, como demandas puramente simbólicas e sem um real aprofundamento.

Dessa forma podemos ver como a intelectualidade negra assim como as produções científicas sobre a questão racial estão profundamente vinculadas a movimentação política de grupos sociais, conforme a geógrafa Azânia Nogueira e as professoras Joana Passos e Tânia Cruz (2013):

A intelectualidade negra no Brasil está intimamente ligada com a trajetória dos movimentos negros no país, uma vez que as pesquisas também são utilizadas como ferramentas de luta antirracista, sendo responsáveis pelas rupturas epistemológicas e conquista de espaços de poder, dentro e fora da academia, atendendo às demandas desta parcela da sociedade. E quando falamos de mulheres negras, falamos de demandas ainda mais específicas que não se satisfazem por completo apenas considerando as questões de gênero nem apenas as questões raciais. Desta forma, é seguro dizer que a pesquisa científica protagonizada por intelectuais negros e negras é um dos elementos fundamentais para a mudança da sociedade brasileira, visto que a ciência, como um produto social, deve ir além de conhecer a realidade, interferindo nela, considerando que as explicações científicas possuem a capacidade de transformar o mundo (NOGUEIRA; PASSOS; CRUZ; 2013, p. 292).

É a partir dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB's, já vinculados as instituições públicas de pesquisa, que o uso de ações estratégicas, levando em consideração o espaço acadêmico reconhecidamente legitimado no que diz respeito as produções científicas, se faz por meio de intelectuais negras/os e não-negras/os, mas aliadas/os na luta antirracista, ponto que tem ocorrido com certa frequência na consolidação de tais núcleos.

Com uma produção crescente de forma afirmativa em relação a questão racial os NEAB's tiveram um papel central para o fortalecimento da intelectualidade negra brasileira, aumentando não só o número de pesquisas sobre a temática, mas contribuindo também para uma maior divulgação, visibilidade e circulação, conforme Ísis Roza e Luciano Roza (2020).

Ainda conforme a autora e o autor, a intelectualidade negra se expressa em diferentes espacialidades, sejam elas oficiais ou não oficiais, nacionais e internacionais, e apresentam os seguintes exemplos:

- A fundação da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os – ABPN, em 2000;

- O grupo de trabalho Educação e Relações Étnico Raciais, vinculado a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPED, em 2001;
- O Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford, em 2002;
- A criação da União de Cultura Matriz Africana – UNIAFRO, que é um programa federal de assistência financeira às instituições de ensino superior, sejam elas federais ou estaduais, visando o fomento de ações de formação continuada a professores da educação básica e elaboração de material didático no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra (2005);

Um destaque central é dado a ABPN por essa associação se propor a “valorização e divulgação do conhecimento produzido por aquelas e aqueles que se colocam política e intelectualmente contra o racismo” (ROZA; ROZA; 2020, p. 101). Algumas ações são proporcionadas a partir da ABPN, como: os Congressos Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os – COPENE’s, a nível nacional e regional; a criação da Revista da ABPN, que a partir de 2018 abre um espaço para as discussões de geografias negras; e a criação e gerência de um banco de teses e dissertações de autoras/es negras/os, para incentivo de leitura, divulgação e citação de tais referências.

Conforme Graziela Lima et al (2019) com o crescimento de possibilidades para publicações sobre a temática Afro-Brasileira e africana há um incentivo e estímulo maior as suas divulgações, o que ocorreu apenas pós entrada de pessoas negras nas universidades e da Lei 10.639/03, “essas produções científicas relatam experiências, vivências e luta pelo reconhecimento das populações de origem africana dentro dos espaços acadêmicos” (LIMA; et al, 2019, p. 2).

A autora Maria Aparecido Silva Bento (2005) fala que a ideia sobre a questão das cotas ainda representa uma surpresa e um desafio de aceitação para muitas pessoas, todavia, a mesma aponta que isso se dá a partir de um cinismo que só existe pelo pacto narcísico da branquitude, pois em nossa sociedade as cotas de 100% para pessoas brancas sempre existiram e são vistas com muita naturalidade. Para Bento (2005) as cotas, em diversas instituições e relações de poder, foram construídas silenciosamente e com muita violência para a população negra e indígena.

Para a autora não basta apenas reconhecer o peso da exclusão para pessoas não brancas, uma verdadeira prática e ética antirracista leva a compromissos de ações concretas

para a alteração do *status quo*, contribuindo, por sua vez, para a implementação de políticas que promovam a correção da discriminação racial, a exemplo das cotas, que no Brasil são vistas como um grande marco na luta antirracista.

De acordo com Arabella Oliven (2007) discutir cotas raciais nas universidades brasileiras toca em diversas contradições sociais em nosso país, alguns levantamentos dessas tensões são pontuadas pela autora quando a mesma aponta: as relações entre universidade e sociedade; a formação da elite nacional; a constitucionalidade das cotas; as mazelas do passado escravocrata; a falsa ideia da democracia racial; a questão da distribuição de renda e nosso projeto de nação.

Tais argumentos mostram problemas das mais diversas ordens, sejam administrativas, políticas, culturais e ideológicas, porém, além dessa visão sobre as dificuldades encontradas pelo debate e ação das cotas raciais, também se faz necessário pontuar o quanto as cotas têm sido vividas como uma forma de reparação a inúmeras gerações de negras/os que no pós abolição foram abandonados pelo estado brasileiro, “uma vez que esse mesmo estado, ao doar terras aos imigrantes europeus, favoreceu esses grupos recém-chegados, em detrimento da população negra brasileira” (OLIVEN, 2007, p. 45).

Hélio Santos, Marcilene Souza e Karen Sasaki (2013) entendem que as críticas as cotas muitas vezes pautadas pela meritocracia ou pelo discurso de “todos somos iguais” são na realidade uma defesa desigual para tratar a todos igualmente, quando historicamente isso nunca aconteceu na prática. Coube ao movimento negro lutar por tais medidas, tendo em vista que majoritariamente foi uma luta isolada, sem contar com o apoio do movimento feminista, de sindicatos, partidos ou outros setores da sociedade.

Para o autor e as autoras:

Somente proibir a discriminação não é suficiente para garantir igualdade de tratamento dentro da diferença. É preciso promover o grupo discriminado, considerando a diversidade e o pluralismo, para que essas ações possam provocar “mudanças na mentalidade dos indivíduos na sociedade, condicionados pela tradição, pelos costumes e pela história” (Gomes, 2001, p. 44). Nesse sentido, o autor citado aponta os possíveis ganhos para a sociedade quando essas ações se tornam eficazes para induzir transformações culturais, pedagógicas e psicológicas no imaginário coletivo (SANTOS; SOUZA; SASAKI, 2013, p. 545).

Podemos falar de intelectualidade negra brasileira, ou de uma intelectualidade preocupada com as questões raciais no Brasil, a partir do momento em que estudos antirracistas começam a circular não mais de forma individual, mas como um coletivo que

crecia para o combate do racismo dentro da ciência moderna, que sempre apresentou estudos racializados na perspectiva negativa e vitimista.

Para as autoras Maria Soares e Rebeca Silva (2021) também se faz necessário evidenciar a centralidade da extensão universitária com foco nas questões étnico-raciais para a transformação do espaço acadêmico em suas práticas cotidianas, representando uma ruptura com o racismo estrutural institucional. Para as autoras tais práticas reconhecem e valorizam outras produções de conhecimento para além das científicas.

Conforme as autoras, alguns projetos de extensão universitária comprometidos com uma práxis antirracista cumprem uma função essencial no espaço acadêmico, pois para muitas pessoas esse é o primeiro contato com a universidade, e vice e versa, sendo o primeiro contato de muitos acadêmicos com a cultura ou saberes negros, tal prática permite um contato mais direto e horizontal entre diferentes grupos.

O caso da Semana de Cultura Afro-Brasileira, promovido pela Universidade Federal Fluminense – UFF, no campus de Rio das Ostras, é enriquecedor ao promover um diálogo entre comunidade externa e acadêmica. Neste projeto de extensão as autoras nos relatam que a partir das demandas de estudantes negras/os bolsistas, a ideia da Semana surgiu para trazer a comunidade quilombola do município de Rio das Ostras para dentro da universidade.

Algumas atividades foram promovidas no pátio da universidade, como: oficinas de tranças ministradas por mulheres negras, desfile para pessoas negras (envolvendo a comunidade externa e acadêmica), mostra de religiosidades afro-brasileiras, roda de capoeira, entre outros. Os relatos levantados durante a Semana resultaram em uma confirmação do impacto positivo, ainda que com algumas tensões, das ações.

Entre elas, um relato de uma técnica administrativa chama a atenção quando a mesma indica que antes, por ser evangélica, ela acreditava apenas no que ouvia em sua igreja, e quando olhava as atividades promovidas pela Semana de Cultura Afro-Brasileira pela janela do seu escritório ela percebeu que o que via não condizia com tudo que era ensinado a ela, até que ela buscou o grupo organizador da Semana para mais informações, o que a fez se auto identificar, reaprender a ser e estar no mundo e se colocar como antirracista.

Através deste relato vemos o papel das universidades na promoção de leituras reais da sociedade brasileira. Para as autoras “é sobretudo, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que as universidades públicas podem contribuir com a superação de opressões históricas e a transformação de realidades social e racialmente desiguais neste país” (SOARES; SILVA, 2021, p. 197).

Todavia, as autoras reconhecem que mesmo com as inúmeras vitórias e conquistas, ainda há muitos desafios a serem vencidos após duas décadas da aprovação das primeiras legislações sobre a inserção de negras/os em universidades públicas via cotas, enquanto estudantes ou enquanto concursadas/os. Um dos exemplos que as intelectuais apresentam refere-se a dificuldade de permanência das e dos estudantes negras/os no ensino superior público, em especial quando analisado junto a questão financeira.

Esta forma de inserção precarizada é complexa e controversa, pois promove uma inserção que é negada de ser vivida plenamente, já que esse mesmo ambiente sempre tratou a população negra como objeto ou como problema. Por isso se faz importante pensar como a intelectualidade negra e os estudos raciais irão se manter no Brasil, um país que constantemente retrai diversos direitos sociais a depender do seu contexto político, como o que vivemos na atualidade.

Henrique Cunha Junior (2007) apresenta que uma das instituições que mais naturalizam e reproduzem aspectos das colonialidades é a instituição educacional, via uma pedagogia do ensino social do racismo. Para o autor é neste momento que se fortalece a tradição que culpabiliza e inferioriza a escravizada e o escravizado, enquanto enaltece o escravizador.

Ao pesquisar sobre o racismo nas instituições escolares e sua influência na identidade de professoras negras, a autora Nilma Lino Gomes (1996) indica que há uma ideologia racial presente no cotidiano do ensino (do básico ao superior) em relação as suas práticas e ideais, a exemplo do discurso sobre a incapacidade intelectual de negras/os, onde “a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as” (p. 69).

Para a pesquisadora, falar de raça e gênero não é só pesquisar esporadicamente, e sim uma postura profissional, sendo uma visão de resistência nas relações do cotidiano das instituições de pesquisas. A mesma autora em publicação mais recente (2011) aponta que apesar de a educação ser uma forte bandeira do movimento negro e os avanços dos debates raciais na educação terem relação direta com as lutas políticas deste movimento, a realidade é que a efetivação de ações afirmativas e a prática de uma educação antirracista se encontram cheia de contradições, conflitos e desigualdades.

Joana Célia dos Passos e Azânia Mahin Romão Nogueira (2016) ao trabalharem com a produção do conhecimento geográfico em relação as questões étnico-raciais no Brasil entre os anos de 2003 e 2017, em um artigo publicado na Revista Terra Livre, acrescentam que na

realidade não estamos propondo e indicando novas formas de análise de trabalhos científicos, e sim ressignificando a forma com que essa temática já foi abordada, a exemplo das geografias feministas brancas.

A raça, entendida aqui enquanto construção social longe de qualquer determinante biológico, tem sido um marcador social importante desde o surgimento das Universidades no Brasil, conforme argumentam Mariza Fernandes dos Santos e Alex Ratts (2015) ao escreverem que enquanto a elite branca no Brasil estava começando a entrar nas Universidades nacionais no início do século XX, a população negra lutava para ter direito a alfabetização.

Para Santos e Ratts (2015) o que acontece no desenvolvimento do ensino superior do Brasil é um projeto de negação e silenciamento do racismo e em sua abordagem racista apresenta as/os negras/os como objetos de ciência que raramente são vistas/os como produtoras/es de conhecimento.

Especificamente na geografia, Maíra Lopes Reis (2015) ao publicar um artigo sobre estudos de gênero na ciência geográfica apresenta que novos olhares para as diversidades da sociedade complexa e múltipla tem ganhado espaço nas ciências, inclusive na geografia feminista, logo, necessitando de novos caminhos para construir o conhecimento e fazer ciência que tem se modificado com a chegada de sujeitas/os que não habitavam formalmente o espaço de produção do conhecimento moderno, a exemplo das mulheres negras.

Para finalizar, este capítulo evidenciou que a ciência é compreendida em um campo de relações de poder que se organizam de diferentes formas, entre elas, a partir da leitura da corporalidade e dos imaginários que se criam por meio de tais leituras. Compreendemos assim que as pessoas produtoras de conhecimento científico são marcadas por imaginários de gênero, raça e idade, como alguns exemplos, o que por sua vez reflete uma produção científica influenciada pela dinâmica social e política, como podemos ver por meio do crescimento dos estudos raciais críticos no Brasil pós anos 2000, inclusive na geografia.

### CAPÍTULO 3 AS GEOGRAFIAS DE GRUPOS RACIALIZADOS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES NEGRAS

O sistema pode até me transformar em empregada  
 Mas não pode me fazer raciocinar como criada  
 Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo  
 As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo  
 Lutam pra reverter o processo de aniquilação  
 Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão  
 Não existe lei maria da penha que nos proteja  
 Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza  
 De ler nos banheiros das faculdades hitleristas  
 Fora macacos cotistas(...)  
 O racismo, os tiros, o eurocentrismo  
 Abalam mais não deixam nossos neurônios cativos

**Mulheres Negras - Yzalú, 2012**

Neste terceiro capítulo são apresentados os argumentos que respondem aos questionamentos que guiaram a pesquisa desenvolvida. O primeiro deles envolve a compreensão da maneira como as racialidades foram interpretadas pela produção científica com enfoque étnico-racial na geografia brasileira e o segundo se relaciona com o entendimento de como as mulheres são retratadas nessa produção científica. Tais caminhos investigativos foram constituídos pelo fato de que há necessidade de criar visibilidades específicas em uma produção geográfica que é hegemonicamente descorporificada, branca e masculina como argumentado por diversas/os pesquisadoras/es, como Joseli Silva (2009a), Tamires Cesar (2015, 2019) e Joseli Silva, Tamires Cesar e Vagner Pinto (2020).

As geografias feministas necessitam ter a raça como um importante horizonte de análise, assim como as geografias negras necessitam trazer o gênero e as sexualidades como elementos de compreensão do espaço como já argumentado por Lorena Souza (2007), Lorena Souza e Alex Ratts (2008, 2009) e Joseli Silva e Maria das Graças Silva (2014). Assim, esse capítulo traz num primeiro momento uma discussão dos temas e conceitos que sustentam o campo das geografias com enfoque racial produzida por mulheres, que se comporta de forma diferente da geografia brasileira em geral, evidenciando uma trajetória singularizada. Na



segunda seção são exploradas as especificidades dessa produção mostrando como as mulheres constroem este campo e suas posições nas redes de poder da produção científica brasileira.

### 3.1 A EMERGÊNCIA DO ENFOQUE RACIAL NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO FOCO DE ANÁLISE

Por meio de uma literatura antirracista na geografia, podemos afirmar que o debate étnico-racial sempre esteve presente na ciência geográfica (CIRQUEIRA, SIQUEIRA 2014; CIRQUEIRA, 2015; GUIMARÃES, 2015; SANTOS, 2020; RATTTS, 2020), em especial se dando via conteúdo racista e colonialista.

Os geógrafos Diogo Cirqueira e Gabriel Siqueira (2014) apontam a influência do debate étnico-racial na geografia do século XIX e XX a partir de nomes como Ratzel, Réclus e La Blache, ao dizerem como suas obras eram fundamentadas em uma perspectiva racista, da relação ‘homem-meio’, sobretudo por uma imaginação geográfica de levantamento e reconhecimento sobre os povos, variando na escala do ‘primitivo ao civilizado’.

Diogo Cirqueira, em sua tese publicada em 2015, com o título de *Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880 – 1930)*, indica que a relação ‘homem-meio’ são categorias centrais acionadas no discurso geográfico para se pensar a constituição do Brasil enquanto nação, bem no início do nascimento de uma ‘Nova República’ que tinha como modelo as nações europeias. Conforme a autora Mariza Santos:

De orientação eurocêntrica, a Geografia do período foi fortemente influenciada pelo que ficou conhecido como darwinismo racial, um pensamento que considerava atributos físicos e fenotípicos como diretamente ligados às características morais dos povos (SANTOS, 2020, p. 58).

Na mesma linha de raciocínio, o geógrafo e antropólogo Alex Ratts (2020) aponta que a discussão sobre raça e etnia sempre estiveram presentes na geografia clássica, no início do século XIX, especialmente nas chamadas “enciclopédias universais e outras obras pontuadas de interesses na diferenciação de lugares e povos, conformando o projeto moderno-colonial geográfico que se assemelha ao antropológico” (p. 5). Para o autor, a geografia mesmo não reconhecendo seu lado racializado, prosseguia a partir de uma visão racializada (pela branquitude) do mundo colonizado para as suas práticas e teorizações.

A geografia que se institucionaliza no Brasil no início do século XX se dá sob a mesma égide de um discurso, práticas e imaginários voltados a documentar e operacionalizar

o tido projeto de desenvolvimento moderno e a marcha sobre a terra, justificando e legitimando o imperialismo europeu. Em tal ponto esta influência se camufla na geografia, fazendo com que seja comum o imaginário que a raça nunca tenha sido algo geográfico.

Neste sentido, a geografia pouco dialoga com o pensamento social brasileiro que é fortemente ancorado na discussão racial, vide Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Florestan Fernandes, dentre outras/os, que mesmo não sendo da geografia, apresentavam uma ‘visão geografizada’ da leitura social nacional, isso nos faz pensar que o debate sobre as questões étnicas e raciais não se fazem presentes na geografia, quando na realidade é o contrário, raça é uma dimensão basilar para se entender a construção nacional e geográfica.

Ao fazer uma análise de parte da história do pensamento geográfico brasileiro, Ratts (2020) identifica o quanto a temática racial faz parte do escopo geográfico, porém, de alguma forma, há uma regulação e controle sobre o imaginário geográfico e as produções geográficas, que se apresenta de modo alienado na perspectiva racial, tendo em vista que no Brasil, os estudos da realidade nacional e de muitas teorias são racializados a partir da branquitude, e quando não, são invisibilizados por distintas relações de poder, controle e censura. Todavia, a existência de fissuras sempre se fizeram presentes.

Diogo Cirqueira (2015) interpreta os esquecimentos geográficos, considerados como uma estratégia para não pensarmos em histórias (individuais e coletivas) que causem dor ou que de alguma forma são negativas, e identifica o motivo de alguns temas e campos serem considerados como malditos na geografia, sendo majoritariamente soterrados na memória da disciplina, ocupando um lugar de ‘não-lugar’, ainda que na prática possuam influência em parte da narrativa geográfica.

Deste modo, entendemos que a geografia não pode ser escancaradamente racista, porém pela sua narrativa universal, racional e objetiva, reproduz diversas cegueiras, como a cegueira de gênero, apontada por Janice Monk e Susan Hanson (1982) e completamos com uma cegueira racial, ainda que na sua concretude apresente teorias, visões, métodos e metodologias que são racializados (branquitude) e generificados (na masculinidade), porém, em ambas situações não são práticas assumidas.

Conforme Cirqueira (2015) são os imaginários hegemônicos sobre os limites do campo temático da geografia que validam o que é considerado geográfico ou não, sendo que precisamos buscar referência em todas as áreas, e na ciência geográfica o autor aponta que há uma lacuna (temporal e disciplinar) para explicar a questão das racialidades na geografia, pois

por muito tempo os trabalhos acabavam buscando referências e criando uma tendência teórica com outras áreas, pelo acesso facilitado de outras ciências ao debate racial, ponto esse que a geografia segue na contramão.

Para o geógrafo é este vácuo nas referências bibliográficas que enfraquece o diálogo e o desenvolvimento do pensamento geográfico nacional. Longe de imaginarmos que a interdisciplinaridade seja um problema, na realidade é uma prática necessária, contudo também não podemos esquecer dos efeitos colaterais que influenciam na legitimação da temática racial na geografia.

O autor apresenta tal posicionamento não como uma crítica simples a tradição de citação de muitos trabalhos por ele analisado, mas sim por entender que esse vácuo de citações dentro do escopo geográfico contribui para a ideia de que não se fala/falou de raça na geografia, como se não fosse uma tradição da nossa ciência, e sim como se fosse uma infiltração recente e de cunho pós-moderno na geografia.

Ainda assim, o autor fala da necessidade de (re)conhecer tais produções e da sua legitimidade, justamente por entender a fecundidade de tais trabalhos na geografia, representando um avanço da discussão geográfica e a amplitude de tais temáticas, em especial com um cunho crítico e antirracista, tendo em vista que não necessariamente todo e qualquer trabalho que aborde a perspectiva das racialidades seja crítico e antirracista. Para que isso aconteça é necessário que haja uma intencionalidade desde o início da produção, passando por suas escolhas ideológicas, teóricas, metodológicas e por ultimo a sua própria forma de divulgação.

Cirqueira (2015) indica que o crescimento que as discussões raciais têm tido nos últimos anos, em especial nos últimos 20 anos, e de forma mais acentuada na geografia brasileira a partir da última década, vide nossos próprios resultados, também é um reflexo das ações afirmativas, do combate ao mito da democracia racial, questões levantadas desde o século passado pelo movimento negro que deixa essa marca na ciência brasileira, e inclusive na geografia, ainda que com certa dificuldade se comparada a outras ciências humanas e sociais.

É este contexto de efervescência nacional após a confirmação da existência do racismo por meio das esferas políticas federais, a preparação para participação de conferências nacionais e internacionais, a demanda por pesquisas que sustentem políticas públicas de combate a discriminação e aos racismos que estimulam o debate, obrigando a

sociedade nacional a questionar, debater e repensar sobre as racialidades e o racismo propriamente dito.

Outra influência importante, ainda que recente, mas que certamente tem aumentado e influenciado neste crescimento das temáticas étnicas e raciais na geografia se dá pela apresentação do Manifesto intitulado “Por uma geo-grafia negra”, lido no XXX Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia em 2019, assinado por discentes e docentes de 20 instituições de Ensino Superior das cinco regiões do país, afirmando o que se entende por racialidades, etnicidade e africanidade.

O manifesto promoveu um destaque para acrescentar que estas constituem o espaço em sua ontologia e na conformação com outras relações, como as de gênero e sexualidades, onde:

(...) não há um projeto único de geo-grafias negras. Trazemos algumas questões: ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas - étnica e racialmente - ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e pela militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior. (Manifesto proferido no ENANPEGE em 2019).

Pensar que um manifesto por uma geografia negra, ou seja, aquela que se preocupa com a dimensão racial do espaço (GUIMARÃES, 2015) ainda se faz necessário no ano de 2019, nos lembra que determinadas ausências e silenciamentos ocorrem na produção do conhecimento justamente pela reprodução das hierarquias e relações de poder que se dão nos espaços, incluindo o espaço acadêmico.

De certo modo, podemos inferir que há um discurso e uma prática social pautada na problemática do ‘sujeito universal’ supostamente neutro que, na realidade, traduz a majoritária visão moderno-colonial de uma ciência branca e masculina, influências fortemente encontradas na geografia. Ao analisarmos os dados que serão apresentados ao decorrer deste capítulo não podemos nos esquecer que estamos vendo um reflexo causado por fissuras dentro de um disputa de poder sobre quem fala o que é geografia e sobre quem tem acesso à divulgação e reconhecimento de seus pensamentos, questão que perpassa por sua vez pela subjetividade de pesquisadoras/es da geografia.

Trabalhos semelhantes têm sido realizados para pensarmos as fissuras provocadas pelas discussões raciais na geografia (CIRQUEIRA, SIQUEIRA, 2014; CIRQUEIRA, 2015; SANTOS, 2022), todavia, todos os trabalhos têm feito análises, a partir de metodologias diferentes, no que diz respeito ao levantamento, sistematização e interpretação via teses e dissertações vinculadas a geografia. Entendemos a importância de tais produções para o desenvolvimento teórico e metodológico da ciência geográfica, mas quando falamos em divulgação e rápido acesso a um debate, pensamos majoritariamente em artigos científicos, que possuem uma recepção para leitura e compartilhamento mais intenso e rápido no mundo da ciência<sup>15</sup>.

No levantamento mais recente, publicado na tese de Mariza Santos (2022), que tem como título *A geografia e a questão racial: A produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)*, apresenta essa discussão como sendo 1,6% de toda a produção geográfica nacional entre teses e dissertações, sendo 86 dissertações e 40 teses vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Geografia, número bem próximo se comparado ao que encontramos nos resultados dos artigos levantados juntos ao OGB entre os anos de 1939 a 2019, totalizando cerca de 1,8% (452 artigos) de toda a produção geográfica nacional via artigos.

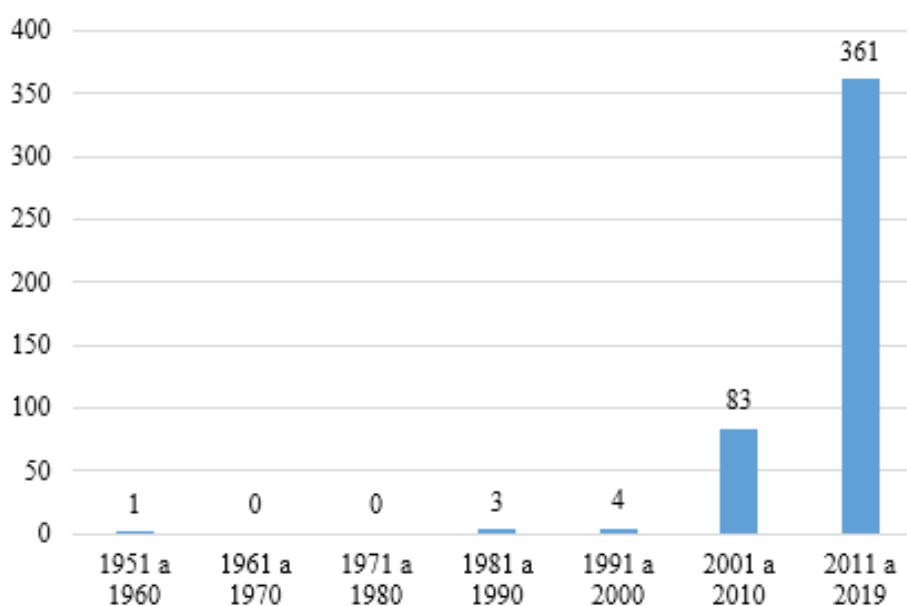
Os dados aqui sistematizados e analisados foram organizados em uma planilha eletrônica com informações que fossem relevantes para esta pesquisa, conforme figura 01, disponível no capítulo 1. A partir desta organização foi possível criarmos tabelas e posteriormente gráficos, que serão apresentados neste capítulo.

Como podemos observar por meio dos dados, há um crescimento na produção e divulgação científica via artigos *online* na geografia brasileira na virada do século, vide gráfico 01, tal observação vai de encontro com o que encontramos nas referências da geografia, conforme Alex Ratts (2010), é a partir da década de 1970 que outras/os sujeitas/os historicamente subalternizadas/os passam a ocupar o espaço científico, provocando um reflexo anos depois em suas próprias pesquisas e em orientações.

---

15 Lilian Nassi-Calò em matéria publicada no site *SciELO em Perspectiva*, em 2016, indica que os artigos representam verdadeira revolução na comunicação científica. Para ela, o formato e meios *online* e gratuitos de publicação ampliam a disseminação e compartilhamentos mais significativos, em especial com o avanço da internet, indicando que o número de leitoras/es de artigos, identificadas/os partir de uma série de levantamento de referências utilizadas, vem aumentando consideravelmente se comparado ao número de pessoas que leem teses e dissertações. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/#.YqOtZXWZOUk>. Acesso em 10 de junho de 2022.

Gráfico 01 – Crescimento dos artigos online de racialidades na geografia brasileira entre 1950 a 2019 divididos por décadas.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Como podemos constatar, é na década seguinte a entrada de sujeitas/os e temas múltiplos na ciência, que temos o indício de um levante na discussão de racialidades na geografia brasileira. Ainda conforme Ratts (2010), é o aparecimento de negras/os, quilombolas e indígenas no cenário nacional e na universidade que marca uma fissura nos estudos acadêmicos pós anos 1970. Para o autor, além das demandas pessoais de novas/os sujeitas/os ocupando o espaço de produção científica, há também um marco legal, fruto da mobilização de tais pessoas.

Para ele, a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer os direitos indígenas e quilombolas, além de criminalizar o racismo e a Lei 10.639/03<sup>16</sup>, são algumas das motivações institucionais e legais para o aumento do interesse nas pesquisas acadêmicas, que neste momento eram demandadas para se pensar as políticas públicas compensatórias da virada do século, a exemplo da adoção de ações afirmativas “sobretudo para a população negra, mas também para indígenas e quilombolas” (RATTS, 2010, p. 126). Segundo o autor:

No campo da Geografia, com desdobramentos para o ensino da disciplina, nota-se o crescimento do interesse acerca desses temas conquanto tem implicações diretas na reinterpretação da formação étnica, racial, social e territorial brasileira, bem como de situações que perpassam da escala local à mundial, passando por conflitos

<sup>16</sup> Esta Lei altera a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) e institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar de todos os níveis e em todas as disciplinas.

funditários, segregação espacial, e constituição de lugares étnicos (expressões espaciais da identidade negra, indígena, quilombola, cigana, migrante) num mundo cada vez mais racializado (RATTS, 2010, p. 126).

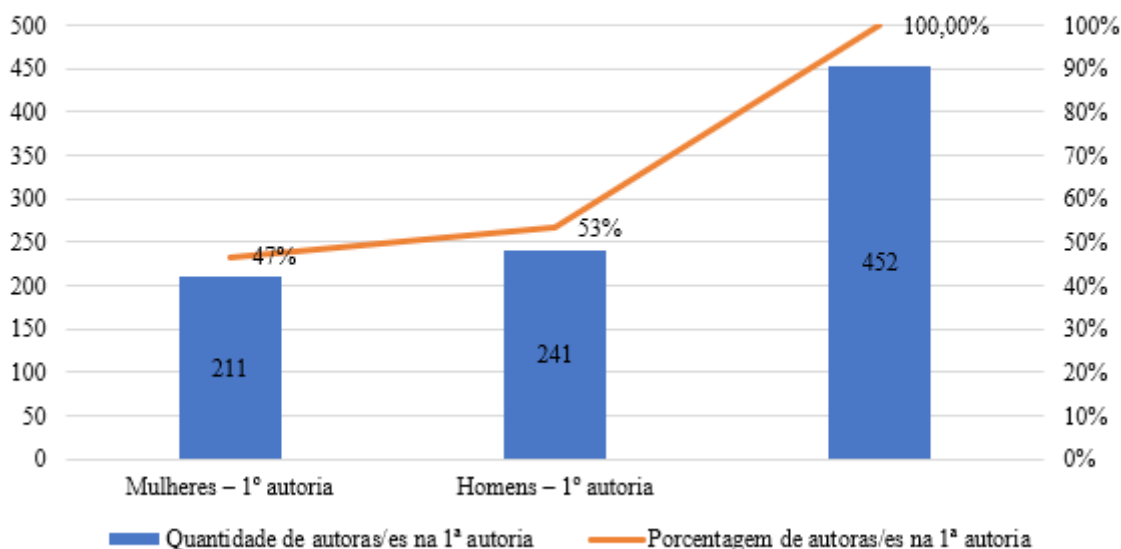
Todavia, se faz necessário ter em mente que apesar do aumento de corpos subalternizados no espaço de produção e divulgação científica estarem crescendo, em especial a partir da virada do século, também é preciso levar em conta o racismo institucional, que neste caso em específico reverbera também no racismo acadêmico, tendo em vista que mesmo com a elevação desta temática na geografia, a população negra ainda “está sub-representada nos corpos discentes, na graduação e sobremaneira na pós-graduação, além de também estar sub-representada na composição do corpo docente” (RATTS, 2010, p. 137).

Vale ressaltar que o resultado encontrado a partir da análise via artigos *online* coincide com o resultado encontrado por Mariza Santos (2020) nas teses e dissertações. Para a autora as pesquisas que envolvem a questão racial na geografia brasileira tem aumentado em volume e em multiplicidade de temáticas também nas últimas décadas, sendo resultado de dois fatores demarcados pela mesma, como: a histórica luta dos movimentos negros na educação, e as ações afirmativas que passaram a ser adotadas no país no início dos anos 2000.

Outro ponto que podemos refletir acerca do crescimento das temáticas de racialidades na geografia na virada do século, diz respeito ao forte estreitamento que há na ciência geográfica atrelada as necessidades do Estado. Tal ponto é trabalhado na tese de Mariza Santos (2022) quando a autora indica que a institucionalização – e o desenvolvimento – da geografia se dão junto as dinâmicas que ocorrem a âmbito estatal, a autora relembra o quanto a geografia tem sido uma ciência que faz o levantamento e a sistematização de informações sobre a população em prol da gestão nacional, estando fortemente ancorada junto aos interesses estatais e se beneficiando dessa relação. Deste modo, podemos pensar que apesar do aumento no interesse temático das racialidades, muitos deste trabalhos não avançam em uma análise crítica e antirracista, como veremos a seguir.

Ao avançarmos no debate interseccional e buscar os marcadores de gênero das autorias dos artigos *online* sobre racialidades na geografia brasileira, por meio dos dados encontrados no OGB, identificamos, em um primeiro momento apenas em relação a primeira autoria, e em um segundo momento por meio de todas as autorias (artigos publicados com 1, 2, 3 e em alguns casos até com 6 autoras/es), observamos que o caráter androcêntrico presente na geografia (SILVA, 2009a; CESAR, 2019), assim como na ciência como um todo, também se reproduz no campo das geografias negras, conforme o gráfico 02, a seguir:

Gráfico 02 – Divisão por gênero da primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Ao propormos uma divisão por gênero (feminino X masculino) das primeiras autorias dos artigos *online* de racialidades, observamos, conforme a literatura da geografia feminista já vem apontado (SILVA, 2009b), que o caráter androcêntrico da ciência moderna se reproduz em diversas escalas, seja na ciência geográfica como um campo do conhecimento, mas também em subcampos dentro da própria geografia (SILVA, SOUZA, 2021).

Ressaltamos que apesar de haver pouca diferença entre a primeira autoria entre homens e mulheres, há um reconhecimento maior voltado aos homens, conforme as próximas análises indicam. Tal questão também deve ser preocupante, pois mesmo que as mulheres sejam preocupadas e produzam sobre as questões raciais, a maior divulgação e aceitação dessas produções se dá pelo produto masculino, informação disponível a partir da análise do índice H, o que por sua vez reverbera em uma prática e teoria pouco preocupada com a problematização do gênero no campo racial.

Apesar de não ser uma diferença considerada tão grande, apenas 6% de homens a mais, isso representa uma característica maior da nossa sociedade, calcada em relações sexistas, misóginas e patriarcais, onde a maioria dos espaços públicos e de prestígio são ocupados por homens cis e héteros. Os homens não são maioria apenas na geografia que discute a questão racial (ainda que com uma porcentagem pequena), são também super representados na

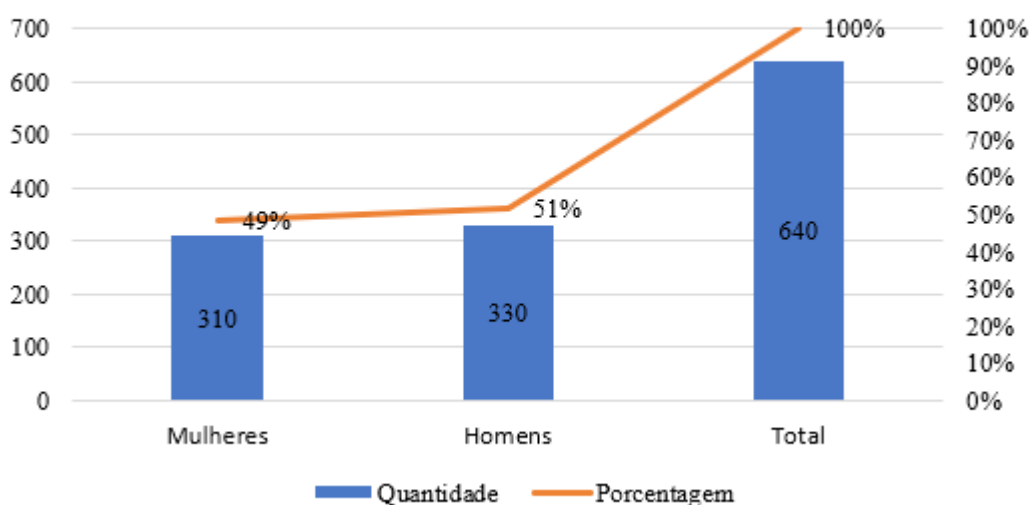


geografia, na ciência como um todo, mas também fora de ambientes acadêmicos, como na política, nos cargos de liderança, etc.

Não se trata de uma briga de mulheres *versus* homens, aqui estamos trazendo um exemplo que reflete uma estrutura colonial-patriarcal (SEGATO, 2012) que coloca os homens em posição social de vantagem diante as mulheres, pois quando os casos não são isolados, mas sim frequentes, deixam de ser exemplos únicos para serem reconhecidos como um resultado estrutural.

Reforçando a concepção que não se trata de casos isolados e sim de uma conjuntura estrutural, podemos observamos a mesma variação de predominância masculina quando somadas todas as autorias envolvidas no desenvolvimento dos artigos de racialidades na geografia brasileira, vide gráfico 03, a seguir:

Gráfico 03 – Divisão por gênero de todas as autorias dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

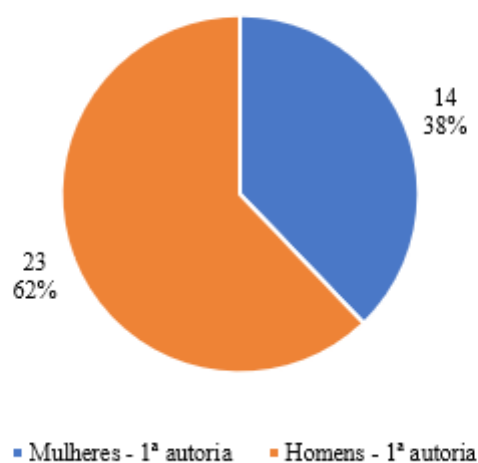
O mesmo padrão se faz presente quando somamos todas as autorias dos trabalhos e analisamos a divisão por gênero, desta vez com uma diferença ainda menor, mas sempre com o mesmo padrão. Das 640 pessoas envolvidas na produção dos 452 artigos *online* sobre racialidades na geografia brasileira, entre 1939 e 2019, novamente a maioria é composta por homens, representando desta vez cerca de 51%.

Conforme a autora Helena Hirata (2014) a sobre representação de homens ocorre em diversos espaços, todavia, precisamos analisar de forma interseccional, pois apesar de homens brancos e negros serem a maioria em espaços de prestígio e em espaços públicos, os homens

negros estão em menor proporção tendo em vista que suas trajetórias são marcadas pela instabilidade e vulnerabilidade social provocada pelo racismo estrutural. Do mesmo modo que podemos ampliar esta análise para a representação majoritária de homens cis em tais espaços.

Temos então a maioria de homens em diversas escalas e complexidades de análise na estruturação do campo temático das racialidades na geografia brasileira por quase 80 anos. Ao separarmos os trabalhos a partir da origem espacial dos países de onde as primeiras autorias são oriundas, temos novamente a mesma percepção, dos 452 artigos, 37 são provenientes de outros 16 países espalhados por todos os continentes, porém, indicando uma relação mais intensa com países da América Latina, onde dos 16 países, 9 são latinoamericanos. Em uma terceira forma de análise, os homens são maioria, conforme gráfico 04:

Gráfico 04 – Divisão por gênero da procedência internacional da primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Novamente, ao identificarmos o gênero da primeira autoria dos artigos *online* sobre racialidades que são provenientes de outros países, o mesmo padrão se repete, onde a autoria masculina é predominante, desta vez com uma diferença um pouco maior, sendo 62% de homens na primeira autoria (23 trabalhos) e 38% de mulheres na primeira autoria (14 trabalhos), conforme gráfico acima.

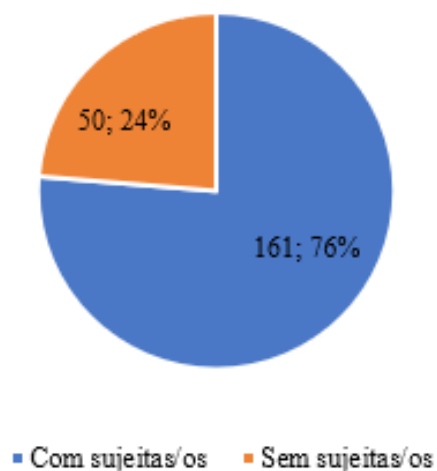
Após identificarmos que o campo das racialidades emerge de forma acentuada a partir da virada do século e que se estrutura conforme o modelo colonial-patriarcal androcêntrico via produção de artigos *online* na geografia brasileira, buscamos identificar como se estrutura epistemologicamente este campo, apresentando quais foram as abordagens temáticas mais

trabalhadas e se aparecem sujeitas/os, indicando o campo como uma geografia corporificada ou descorporificada.

Como explicitamos na figura 1 desta dissertação, encontrada mais especificamente no capítulo 1, na página 25, a forma de análise dos artigos se centrou na produção feita por mulheres na primeira autoria, ou seja, em 211 artigos *online*. Nestes trabalhos buscamos encontrar se havia a existência de sujeitas/os de diálogo na pesquisa ou se os trabalhos eram apresentados de forma mais geral e universal.

Para tanto, fizemos a leitura completa dos 211 artigos, tendo em vista que em muitos trabalhos apenas ler o resumo e a introdução não indicavam esta primeira informação, de modo que neste momento a leitura buscava a seguinte informação “estes artigos possuem grupos de sujeitas/os analisadas/os?”. A partir desta perguntamos, encontramos o resultado expresso no gráfico 05:

Gráfico 05 – Quantidade de artigos com sujeitas/os produzidos por mulheres na primeira autoria dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



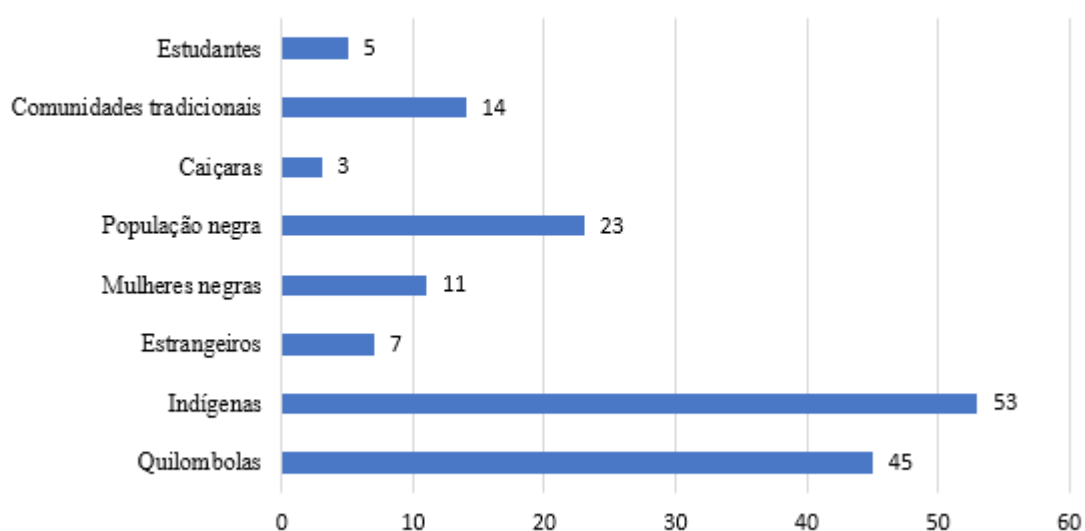
Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Como resultado encontramos que a grande maioria dos trabalhos produzidos por mulheres na primeira autoria apresentam grupos de pessoas em sua análise, representando 76% dos 211 trabalhos, ou seja, 161 artigos. Nestes trabalhos encontramos uma grande variedade espacial e temporal de análise junto a tais sujeitas/os, sendo identificados a partir de suas particularidades, como: “quilombolas; comunidades negras e quilombolas; quilombolas kalungas; quilombolas piauienses; indígenas; indígenas karajás; indígenas tapuias; indígenas

kaioiwá; etc”, deste modo optamos por unir tais sujeitas/os em identidades mais gerais, ainda que possamos correr o risco de em algum momento generalizar.

Deste modo encontramos 8 grandes grupos de sujeitas/os analisadas/os, sendo apresentadas/os como: indígenas (33%), quilombolas (28%), população negra (15%), comunidades tradicionais (9%), mulheres negras (7%), estrangeiros (4%), estudantes (3%) e caiçaras (1%), como podemos visualizar no gráfico 6.

Gráfico 06 – Grupos de sujeitas/os analisadas/os nos artigos onde as mulheres estão na primeira autoria.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Inicialmente o resultado foi identificado com muita empolgação científica, pois em uma análise quantitativa podemos pensar que majoritariamente o trabalho que vem sendo produzido por mulheres nas temáticas raciais da geografia brasileira podem ser entendidos como trabalhos corporificados, o que cientificamente seria uma vitória para as geografias feministas, contudo, em uma análise mais aprofundada de tais trabalhos, percebemos novamente a reprodução de um padrão estrutural e organizacional na estruturação deste campo científico.

Apesar de podermos construir imagetivamente os corpos dos grupos de sujeitas/os encontradas/os, a quase totalidade destes artigos apenas usa os termos, a exemplo de ‘mulheres negras’, ‘população negra – homens, mulheres, idosas/os, crianças’, etc, para marcar sobre quem está sendo abordada/o nos artigos, contudo, a grande maioria não permite uma voz ativa de tais pessoas por meio de uma pesquisa coletiva, reproduzindo fortemente

uma abordagem metodológica onde a/o cientista é a sujeita/o da pesquisa, enquanto os grupos identificados são objetos de análise.

Sendo assim, a emergência das racialidades na produção geográfica brasileira tem se dado de forma descorporificada, pois marcadores essenciais que constituem outras relações de poder e são dados por meio da multiplicidade corporal, transformada em desigualdade, neste caso em específico sobre o gênero e raça, mas podemos pensar também em marcadores religiosos, de classe e de sexualidades, que em muitos casos são expressos por nossa corporalidade, não são aspectos levados em conta em tais produções.

Retornamos a um diálogo com referências das geografias negras que indicam o quanto a questão racial se desenvolve cientificamente via análises de comunidades tradicionais (RATTS, 2010; 2020). O nosso resultado é mais um reforço de tal afirmativa, quando dos 8 grupos encontrados, os dois maiores são a comunidade indígena, representando 33% com 53 trabalhos e a comunidade quilombola, sendo cerca de 27%, com 45 trabalhos, ou seja, 60% dos grupos de sujeitas/os referem-se as comunidades tradicionais.

No levantamento organizado em teses e dissertações pela autora Mariza Santos (2022), a mesma indica que em sua busca foram encontrados muitos estudos que abordam a questão quilombola apenas como uma problemática exclusivamente territorial, sem passar pela questão racial e se ancorando muitas vezes na chamada geografia cultural para apresentar o quilombo como uma categoria de análise, e não como uma espacialidade de resistência, circunstância similar ao que identificamos nos artigos.

Para Alex Ratts (2010) tal tendência pode ser explicada pela forte relação da geografia nacional com as demandas estatais, onde a partir dos marcos legais e com o reconhecimento da existência do racismo, houve a demanda da União em demarcar e ‘proteger’ terras que passam a ser reconhecidas às comunidades tradicionais, mas não sem antes passar pelo reconhecimento oficial do Estado que emite os títulos de tais áreas, onde:

No nosso entender, as questões contidas nestes trabalhos tem pouca ressonância nos debates geográficos e, em específico, no ensino de Geografia, em face do primado de certas leituras do marxismo em que a classe social é considerada a principal variável, senão única da desigualdade socioespacial. Além disso, na análise do conflito entre capital e trabalho havia pouca ou nenhuma condição de incluir a variável raça, mesmo se tratando de uma sociedade como a brasileira em que as relações de trabalho restauraram uma forma pré-capitalista de produção como o escravismo, apoiada, sobretudo, na mão de obra africana e afrodescendente. Olhando para a geografia brasileira, podemos dizer que na vertente crítica que se tornou hegemônica, o que era rarefeito quase desaparece. Dizendo de outra maneira, os estudos acerca de grupos étnicos ficam restritos e tratam sobretudo da questão territorial (RATTS, 2010, p. 128).

Em texto mais recente, Alex Ratts (2020) retoma o debate sobre o reconhecimento de sujeitos de direitos as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, em especial a partir da Constituição Federal de 1988, influenciando sobretudo no direito territorial de tais sujeitas/os. Para o geógrafo e antropólogo, estas conquistas possuem inúmeras limitações, mas ainda assim devem ser valorizadas para a concepção de um mundo, e de uma geografia, multiétnica, multirracial e multicultural.

Para finalizarmos essa seção, resgatamos a ideia que raça já foi um tema central na geografia (SANTOS, 2020; 2022), sobretudo de forma racista e a subjugar, desprezar e categorizar comunidades de pessoas que não estão nos acordos da branquitude. Deste modo, vemos que apesar da geografia falar de raça, seja no seu início, ou até mesmo de forma mais recente, como identificamos nos artigos mais atuais sobre essa discussão no Brasil, não necessariamente será uma análise e um debate crítico na perspectiva antirracista.

Na realidade isso nos mostra que mesmo a geografia estando atenta a demandas mais recentes, de um debate mais inclusivo, ainda carregamos resquícios de uma ciência moderna, e da forma que somos ensinadas/os a ver o mundo, pois ainda que sujeitas/os não brancas/os estejam na centralidade da análise, muito desses trabalhos ainda são de descrição, da relação sociedade-natureza, da paisagem e do ambiente ao entorno de tais sujeitas, e longe de mim dizer que isso não é geografia, pois notadamente é, todavia não em uma perspectiva de entendimento complexo dessa sociedade-natureza, mas sim de forma clássica, como os primeiros estudos de descrição do espaço e relação com seus habitantes, ou muitas vezes como uma resposta a uma demanda estatal.

### 3.2 AS MULHERES NEGRAS E SEU LUGAR NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA: SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

A interpretação aqui defendida diz respeito a um modelo interseccional de análise, onde além da preocupação racial como um eixo estruturante das relações sociais e espaciais, buscamos compreender como isso se dá junto ao recorte de gênero associado as mulheres, sendo aproximado das preocupações tidas pelo que se tem denominado de teorias feministas latino-americanas, conforme Cláudia de Lima Costa (2012), que incluem o feminismo decolonial, o feminismo comunitário ou indígena e o feminismo negro.

Assim, o feminismo aqui praticado e pensando muito dialoga com o reconhecimento que as pessoas, em especial as racializadas de forma marginal (indígenas, negras, asiáticas) e mulheres, sofrem com a colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero, entendida como o patriarcado colonial moderno e a colonialidade de gênero para Rita Laura Segato (2012). E mais especificamente na geografia sendo apresentado como geografias feministas (SILVA, 2003) por se preocupar em discutir as relações de poder e hierarquias assimétricas a partir do gênero, seja pelas feminilidades ou masculinidades, na ciência geográfica.

Susana Maria Veleda da Silva (2009) fala que a geografia brasileira ao incorporar as temáticas de gênero se influencia muito pelas produções estadunidenses e europeias que já eram produzidas nessa linha desde os anos de 1970. A autora ainda ressalta que estudos de gênero ou de/sobre mulheres não são necessariamente feministas, para isso é preciso ser um trabalho político, que fale das relações de hierarquia e desigualdades que múltiplas/os sujeitas/os se encontram.

Vívian Matias dos Santos (2018) salienta que esse processo complexo e de desconstrução da colonialidade do saber, que ao firmar uma desobediência epistêmica rompe com um legado colonial que há muito está naturalizado nas estruturas de conhecimento e em nossa subjetividade, trata-se de um processo permeado de conflitividade sobre quem naturalizamos enquanto ‘cânones do conhecimento’ e o que naturalizamos como bases reflexivas. Para a autora é neste momento que “permitimo-nos perceber aquilo que nossa formação teórico metodológica norte-americana e eurocentrada desconsidera” (2018, p. 7).

Pensar o espaço da universidade e conseqüentemente a sua produção científica perpassa por uma análise de conflitos e disputas sobre os diferentes corpos que conseguem chegar, pesquisar e publicar neste espaço. Marcos Leandro Mondardo (2009) fala sobre o controle do espaço através das relações de poder que se dão nas esferas: política, econômica, cultural, etc, que direcionam ou retiram corpos de determinados espaços.

Ter controle sobre este espaço de produção do conhecimento vai influenciar nas possibilidades de relação e na própria direção de vida das pessoas, que por falta de representatividade e de expectativas acreditam que o espaço da universidade não é para as mulheres negras, mães, pobres, travestis, trans, mais velhas, e com alguma deficiência, é o que Mondardo (2009, p. 4) apresenta como “im-possibilidade e/ou i-mobilidade territorial através da servidão dos corpos”.

Vale ressaltar que esse controle se dá tanto pela presença como pela ausência desses corpos nos espaços. Lorena Francisco de Souza e Alex Ratts (2017) no texto intitulado *Escritas e Inscrições de Geógrafas Negras* indicam que há espaços em que determinados grupos sociais ou indivíduos/os sentirão estranhamentos, enquanto outras/os se sentirão habituadas/os. Nesta pesquisa nos propomos pensar na invisibilidade das mulheres negras no espaço da produção do conhecimento geográfico.

Pensar na produção do conhecimento, de qualquer área, remete a ideia da permanência neste espaço. A universidade, assim como qualquer outro espaço no país, reproduz organizações e discursos calcados no mito da moderno-colonialidade<sup>17</sup> e no mito da democracia racial<sup>18</sup>, apresentando-se como um espaço plural, dinâmico, aberto a pessoas e ideias, todavia, o que se tem na prática é uma universidade como espaço contraditório e desigual, de complexa articulação de poderes e hierarquias.

Souza e Ratts (2017) ao apresentarem uma leitura que insere a mulher negra na análise geográfica sinalizam que:

Tal leitura é capaz de desvendar os jogos de dominação e violência simbólica impostos por uma parcela da sociedade que detém o poder econômico, político, social e cultural. A partir do trabalho de Souza (2007) com professoras negras de escolas públicas, percebemos a invisibilidade destas mulheres em seus locais de atuação profissional, as dificuldades enfrentadas no ensino superior, inclusive colocando em dúvida a sua permanência nele (SOUZA, RATTS, 2017, p. 156).

Notadamente uma pesquisa que se atenha a reflexões feministas, antirracistas e decoloniais também se enquadra nos estudos interseccionais que questionam a representação de uma ciência moderna que apresenta o sujeito universal na figura do homem, assim como não privilegia um feminismo branco como o representativo legítimo do “ser mulher”, dentro um padrão patriarcal.

Cada vez mais é necessária uma visão que busque uma emancipação acadêmica complexa, no sentido de entender que não é uma visão mono conceitual de mundo que trará respostas a problemas reais que são complexos.

Propor uma produção geográfica feminista antirracista e decolonial, que apresenta em seu cerne mulheres negras, é atentar cautelosamente para a passagem da condição dessas

<sup>17</sup> O mito da moderno-colonialidade diz respeito ao entendimento crítico da efetivação da “modernidade”, onde as Américas exerceram um papel fundamental para a formação do sistema-mundo-moderno-colonial. A Europa só se firmar como centro geopolítico do mundo sobre a exploração das Américas, trata-se de reconhecer o lado oculto da modernidade.

<sup>18</sup> O que entendemos como mito da democracia racial corresponde a fantasiosa ideia de um convívio harmônico entre as raças no Brasil, fruto de uma “miscigenação” – estupro de muitas mulheres indígenas e negras, dita como amigável e que prega direitos iguais para todas/os.



mulheres, saindo de “objetos de pesquisa” a produtoras do conhecimento e agentes reflexivas, como elucidam Mariza Santos e Alex Ratts (2015).

Lorena Souza e Alex Ratts (2008) apontam que:

O enfoque racial e de gênero na ciência geográfica pauta-se na possibilidade de instigar demais sujeitos preocupados/as com a temática racial e de gênero na busca de questionar mitos e repensar as práticas racistas que são frutos das representações sociais estereotipadas (SOUZA; RATTTS, 2008, p. 153-154).

O padrão moderno, ou seja, o homem, branco, heterossexual e cristão, produz hierarquias, nomeado por Aníbal Quijano (2005) de colonialidade, sendo o lado obscuro da modernidade, o lado sem voz e sem ciência, nas palavras de Walter Mignolo (2004). Joseli Silva (2009b), alega que a geografia hegemônica é marcada por privilégios de gênero e raça, o que por sua vez significa dizer que há desigualdades e barreiras a mulheres e não brancos, dentre outros padrões coloniais que também resultam em desigualdades.

Todavia, é a partir do confronto das relações de poder que busca a eliminação das ausências e silêncios produzidos pela epistemologia hegemônica que conflitos e tensões científicas surgem, entendidas como resistências, onde: “as ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos” (SILVA, 2009b, p. 25).

No texto *Por um feminismo afrolatinoamericano*, de 1988, da autora Lélia Gonzalez, o sistema patriarcal-racista é abordado junto as suas consequências para as mulheres indígenas e negras, que por viverem múltiplas leituras sociais, dentre elas uma leitura racializada (diferente da branquitude, que não se vê racializada), não são reconhecidas plenamente enquanto mulheres, vivenciando por sua vez experiências distintas de uma mulher considerada padrão (a mulher branca).

Para a autora, essas mulheres vivenciam múltiplos lugares, tendo em vista que em determinados momentos o seu corpo está em posição central de observação, quase não sendo possível a experiência da passabilidade<sup>19</sup> espacial e social. Quando esta leitura da

---

19 Passabilidade é entendida como a experiência narrada e vivida por pessoas trans, que ao estarem mais próximo de uma corporalidade ‘tida como cis’ (pessoas que possuem sua identidade de gênero conforme o que lhe foi atribuído socialmente a partir de sua genitália), ou seja, que ao não serem notadas como diferente do que é considerado a norma, possuem passabilidade mais acessível, conseguindo mais facilmente empregos formais se comparadas as pessoas com menor passabilidade social. Sendo assim, amplo a ideia de passabilidade para corpos que estão dentro de outros padrões coloniais, a exemplo da questão de gênero, raça e classe, nesse caso, homens brancos e ricos possuem a plena passabilidade social, em muitos casos seus corpos nem são notados por não serem destaques, diferentes das mulheres, de pessoas negras e pobres, que trazem outros marcadores em seus

corporalidade das mulheres já está feita, cabe socialmente às que não são brancas um espaço totalmente estigmatizado, um espaço de inferioridade, de não reconhecimento das suas intelectualidades, sentimentos, de seus direitos, etc.

Sendo assim, Gonzalez (1988) aponta como mulheres racializadas colonialmente vivenciam o esquecimento e apagamento nos poucos lugares em que se fazem presentes, e aqui complementamos a vivência do silenciamento a que tais mulheres muitas vezes são submetidas, precisando recorrer a outras formas e lugares de fala e escuta. Dois exemplos ligados a movimentos políticos são identificados, no feminismo que por muito tempo pareceu esquecer a dimensão racial das mulheres, assim como no movimento negro, que esquecia as particularidades de gênero de suas pautas.

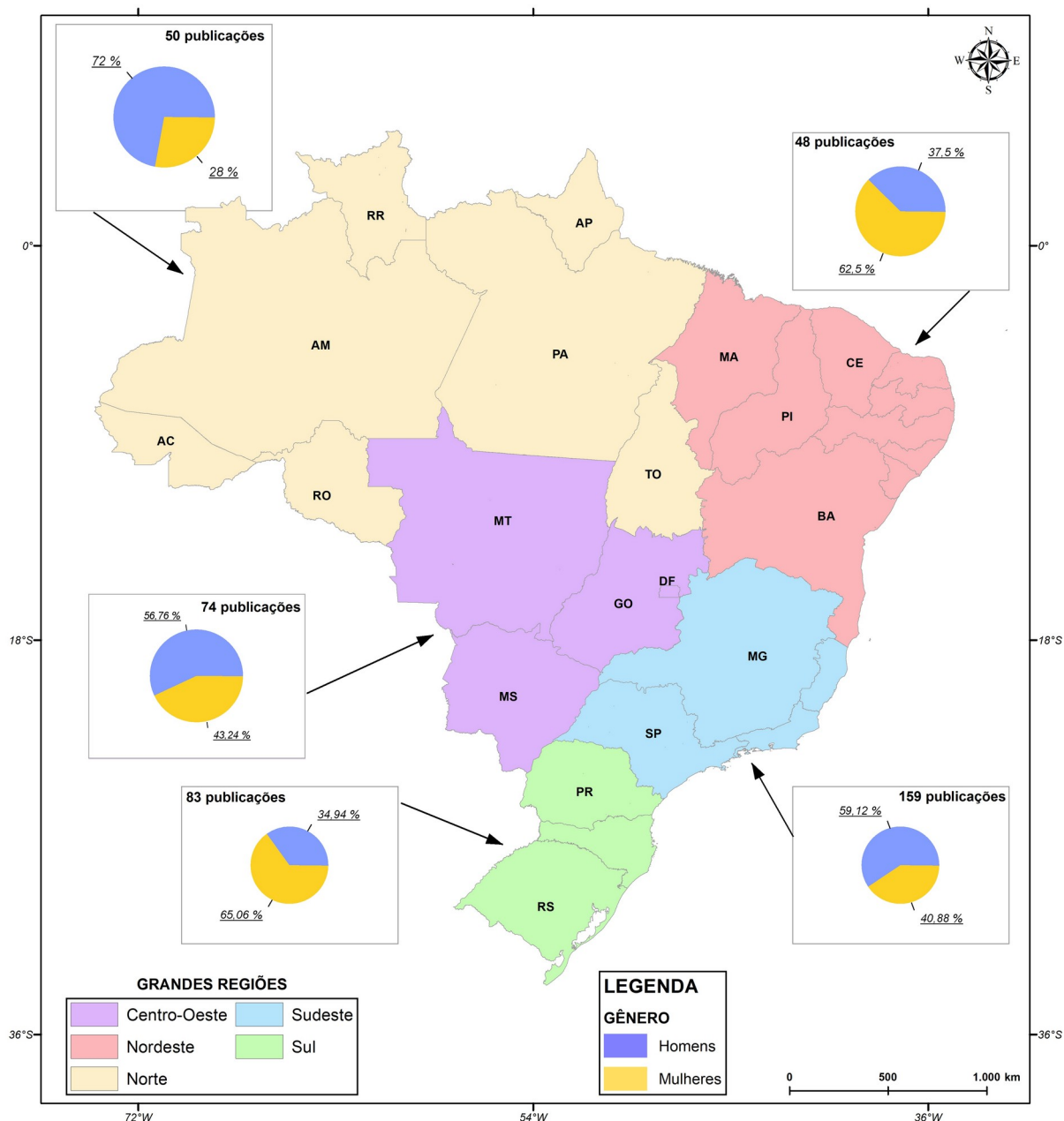
Tal característica, observamos hoje, que não se restringe apenas aos espaços de lutas políticas, elas estão presentes em nosso cotidiano. Quando Frantz Fanon (2008), nos leva a refletir sobre como a inferioridade é internalizada pelas/os colonizadas/os por meio da alienação, identificamos que este imaginário se estende a toda construção do que entendemos enquanto sociedade. Os imaginários estereotipados, e neste trabalho estamos pensando em especial as mulheres negras, afetam a nossa forma de pensar, de agir, de nos projetar e de como as pessoas nos enxergam.

De acordo com Lorena Souza et al (2020) nos últimos anos os estudos de gênero e sexualidades tem sofrido transformações qualitativas na geografia, ao questionarem a sua suposta universalização ou abrangência, identificadas em pesquisas que correspondam aos estudos ‘das mulheres’, ou que fale sobre ‘a mulher’. Interpretando nossos dados a luz desta discussão, quando separamos as 452 primeiras autorias dos artigos *online* sobre racialidades na geografia brasileira, por gênero e procedência, de acordo com as regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), obtivemos o resultado apresentado no mapa 01, a seguir:

---

corpos, se não o padrão, e por isso tem redução em sua passabilidade. Este entendimento foi tirado a partir do site: <https://projetocolabora.com.br/ods5/passabilidade-a-aparencia-tambem-como-barreira-para-trans-no-mercado-trabalho/>. O acesso ocorreu em 11 de junho de 2022.

Mapa 01 - Divisão por gênero da procedência regional da primeira autoria dos artigos online sobre racialidades na geografia brasileira entre os anos de 1939 a 2019.



Em relação a procedência dessa discussão, as regiões que mais originaram os artigos, pensando que não necessariamente se publica na mesma região em que a pessoa trabalha, foram, em ordem decrescente: Sudeste (159 artigos), Sul (83 artigos) Centro-Oeste (74 artigos), Norte (50 artigos) e Nordeste (48 artigos). Dividindo as autorias de cada região por gênero, identificamos que apenas nas regiões Sul e Nordeste o número de mulheres em primeira autoria é maior, sendo respectivamente: 54 mulheres e 29 homens, e 30 mulheres e 18 homens, conforme mapa 01.

Ao pensarmos na discussão sobre a origem destes trabalhos e o que pode ser considerado como central e periférico, observamos que as regiões que menos há trabalhos são Norte e Nordeste, entretanto, o Nordeste, com apenas 48 trabalhos têm a maior porcentagem de autoria feminina, com 30 trabalhos escritos por mulheres, ou seja, 62%. Já as regiões tidas como centrais para o ‘desenvolvimento’ do país, são as mesmas onde o número de autores homens é maior que o número de autoras mulheres, com exceção para a região Sul do país, onde há predominância de autoria feminina. Logo, podemos pensar que a discussão sobre racialidades na geografia ainda é um espaço masculinizado.

Com uma forte influência do feminismo negro podemos entender um pouco do complexo jogo de poder que se faz presente no imaginário que “delimita alguns poucos sujeitos identitários como produtores de conhecimento” (SOUZA, et al., 2020, p. 50). O feminismo negro tem muito a contribuir com a geografia ao articular uma demanda conjunta da análise de gênero e raça, apontando para uma apreensão das diferenças corpóreas para a consolidação de espaços, aqui neste trabalho analisado através dos efeitos do sexismo e do racismo na Geografia.

Souza (2007) ao fazer uma análise sobre as dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica nos reafirma que “a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social” (p. 7) nos levando a refletir sobre a inclusão e exclusão que os marcadores, sobretudo os de gênero, raça e classe simbolizam na vida das mulheres produtoras de conhecimento na geografia, e aqui neste trabalho visto por meio das mulheres autoras sobre a temática de racialidades na ciência geográfica.

Outra vez os resultados vão de encontro com o que vem sendo apresentado na geografia, tanto no trabalho desenvolvido por Diogo Cirqueira e Gabriel Siqueira (2014), quanto na tese de Mariza Santos (2022), a maior parte dos trabalhos sobre a questão racial encontrados em teses e dissertações, também são provenientes do Sudeste em primeiro lugar. Nos trabalhos citados é sugerido que essa relação com o Sudeste pode estar vinculada ao fato da região possuir mais programas de pós-graduação em geografia se comparado as outras regiões, além de também concentrar os programas mais antigos, o que certamente influencia nessa centralidade de produção tanto em teses e dissertações como nos artigos *online*.

Para Walter Mignolo (2004) a colonialidade foi colocada como inexistente, como não tendo efeitos colaterais na organização espacial e social pós fim das colônias. Segundo o autor, para se alcançar o patamar moderno, tendo como ideal a Europa, era necessário a

colonialidade. Edgardo Lander (2005), relata que o conhecimento produzido fora da Europa é ignorado, além de desconsiderar a forma de viver, e que “as outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas” (LANDER, 2005, p. 13).

Com a ideia de privilegiar o conhecimento europeu como central e único caminho, Anibal Quijano (2005) argumenta sobre as relações de poder impregnadas na ciência, privilegiando temas, conceitos, espacialidades e sujeitos - sim, no masculino apenas. As relações de poder no campo científico fazem parte das discussões de Edgar Morin (1996), em que epistemologias consideradas hegemônicas e modernas, são consideradas como o único caminho a ser seguido, criando assim tradições epistêmicas que possuem sujeitos, espacialidades e temporalidades específicas.

Quando pensamos em como se dá o processo de criação de tradições epistêmicas, conceituais e de referências, pensamos na importância de identificar o índice H das principais autorias no campo das racialidades na geografia brasileira, no período aqui analisado. Com este objetivo fizemos o levantamento das pessoas que publicaram 5 ou mais artigos na área de racialidades nos periódicos *online* da geografia brasileira, resultando em 11 nomes, figurando apenas 2 mulheres brancas, entre homens brancos e negros.

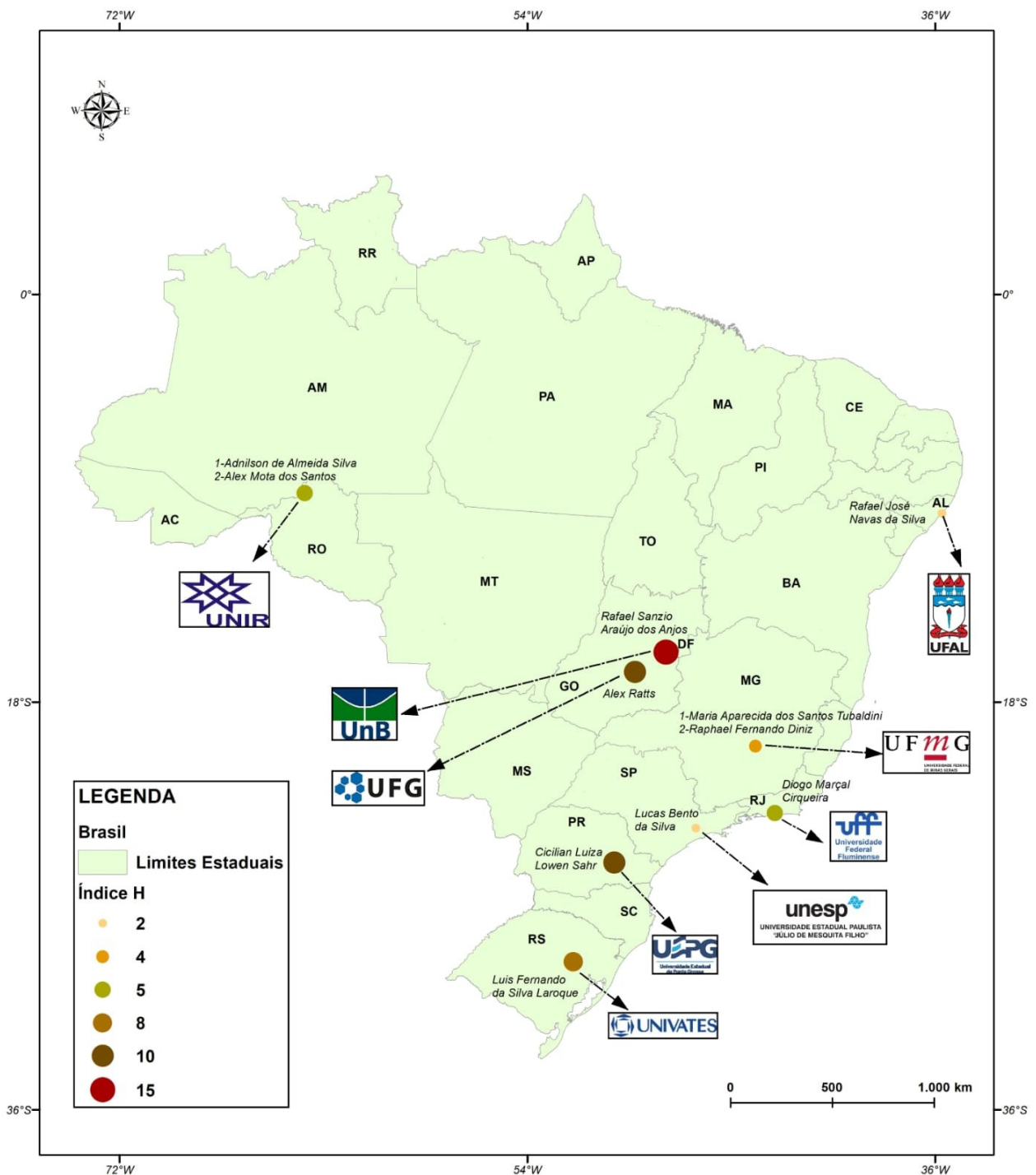
Vale ressaltar que a análise do índice H já possui algumas problematizações, como: 1) críticas ao isolamento da análise do índice e do número de citações em algumas publicações, onde entende-se a apresentação do índice H de forma isolada apenas como um índice bibliométrico, deficiente em relação a análise da qualidade das publicações; 2) críticas a tradicional avaliação por pares, ao entender que neste processo de valoração há uma subjetividade que não é levada em conta, deste modo, o ideal seria a junção de critérios qualitativos e quantitativos, e não apenas um ou outro.

O índice H combina a análise da produtividade com o fator de impacto de determinada/o cientista, utilizado mundialmente a nível científico para avaliar um/a pesquisador/a de forma individual. Seu cálculo é feito a partir do número de artigos publicados por alguém que tenham citações maiores ou iguais a esse número publicado, por exemplo, ter o índice h 15 significa dizer que a pessoa tem, no mínimo, 15 trabalhos publicados, cada um deles com no mínimo 15 citações, ou seja, essa pessoa possui, ao menos, 225 citações.

Retornando a importância de se verificar o índice H junto a outras interpretações, os autores Petrônio Thomaz, Renato Assad e Luiz Moreira (2011) defendem que é igualmente necessário se pensar além das métricas, que de forma isolada são apenas números, sendo assim, refletir sobre a qualidade dessas publicações é fundamental, pois isso nos mostra o interesse de determinada comunidade científica, o que indica a aceitação e legitimidade de uma referência ou de um trabalho, construindo assim uma tradição científica.

Buscando identificar como tem se estruturado a aceitação e legitimidade no campo temático das racialidades na geografia brasileira, por meio dos artigos *online* na área de geografia, temos de forma gráfica o resultado a seguir, no mapa 02.

Mapa 02 – Índice H das/os autoras/es sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Como já pontuado, podemos encontrar 11 nomes que, a partir do índice H, podemos considerar como as pessoas mais aceitas e referenciadas na área da racialidades por meio dos artigos *online* em periódicos da geografia brasileira. Das 11 pessoas identificadas, 9 são homens (brancos e negros), todos cis, e das 2 mulheres encontradas, ambas são brancas e cis.

Ao identificar os artigos produzidos por tais pessoas, observamos que as referências com os maiores índices de fator de impacto na área tem suas pesquisas vinculadas as temáticas apresentadas na seção anterior, onde a maioria dos artigos versam sobre comunidades tradicionais, ainda que seus leques de pesquisa, ensino e extensão também estejam atrelados a outros temas de pesquisa.

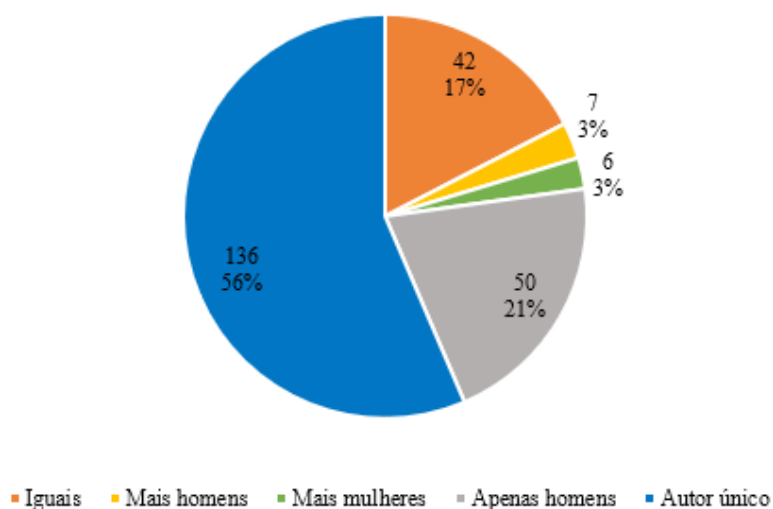
Sérgio Rego (2010) fala da importância da ética na política e na ciência ao pontuar alguns cuidados que devemos ter a partir da naturalização de tradições científicas, onde de certa maneira há um círculo vicioso central, pois uma revista ‘bem avaliada’, assim como um/a cientista com alto índice H tende a ter mais legitimidade e citações, podendo chegar em uma fase de produção onde não importa mais a qualidade da discussão apresentada, e sim o nome da referência ou da revista.

Para Fabrício Marques (2017), em especial nas humanidades, devemos ter em mente que a divulgação científica também ocorre por outros meios, a exemplos de livros e anais de eventos, sendo assim, basear o índice H apenas em artigos e periódicos não diz respeito a totalidade do real impacto de pesquisadoras/es das ciências humanas e sociais. Essa foi uma das principais influências para ampliarmos a pesquisa a partir de um viés qualitativo via entrevistas com 6 geógrafas negras que possuem quantitativos de publicações na área de racialidades e também são reconhecidas por seu impacto e inovação na área, mas que não figuram nos resultados estatísticos por não publicarem majoritariamente em periódicos da área da geografia.

Ao explorar outros padrões observáveis em nossos dados, verificamos os comportamentos e a rede, a partir do gênero, que há para a composição de trabalhos com mais de um/a autor/a e obtivemos um mesmo padrão identificado através dos gráficos 07 e 08, a seguir:



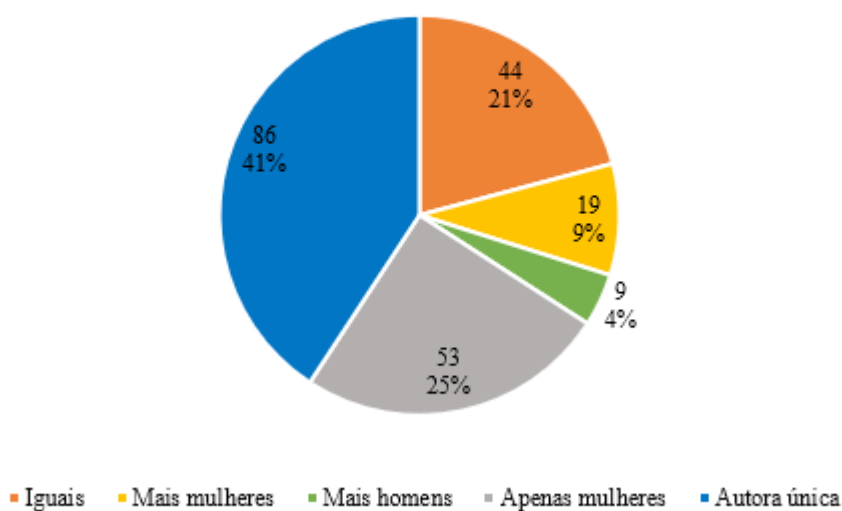
Gráfico 07 - Comportamento da autoria de homens como primeiros autores dos artigos analisados.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Como podemos observar, o comportamento identificado na configuração de artigos produzidos por homens na primeira autoria indica uma prevalência em trabalhos escritos por autor único (56%), seguido por trabalhos escritos apenas por homens (21%) e em terceiro lugar tendo a mesma equivalência entre autores e autoras (17%).

Gráfico 08 – Comportamento da autoria de mulheres como primeiras autoras nos artigos analisados.

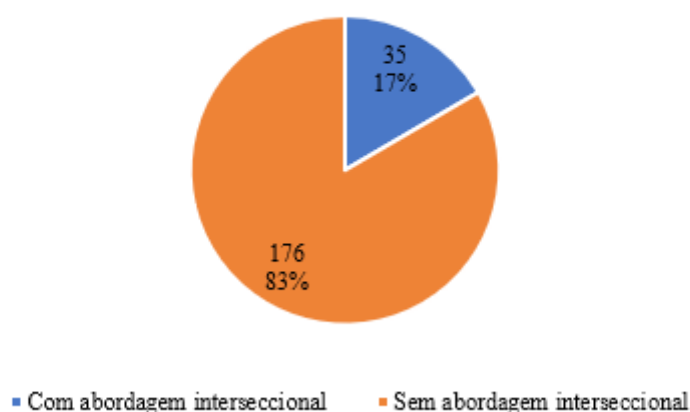


Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

O mesmo padrão de comportamento observado no gráfico 07 se repete no gráfico 08, onde de 211 trabalhos que possuem mulheres como primeiras autoras, 86 trabalhos (41%) são escritos apenas por uma intelectual, e 53 trabalhos (25%) são escritos por duas ou mais intelectuais – apenas mulheres, seguido de 44 trabalhos (21%) de autoria igual entre mulheres e homens.

Aprofundando a análise de forma qualitativa, observamos dentre os trabalhos escritos por mulheres na primeira autoria, se a abordagem interseccional se faz presente, e caso esteja, a partir de quais eixos, ou de que forma, essa análise interseccional é apresentada, o que resultou no gráfico 09:

Gráfico 09 – Quantidade de artigos escritos por mulheres na primeira autoria com abordagem interseccional.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

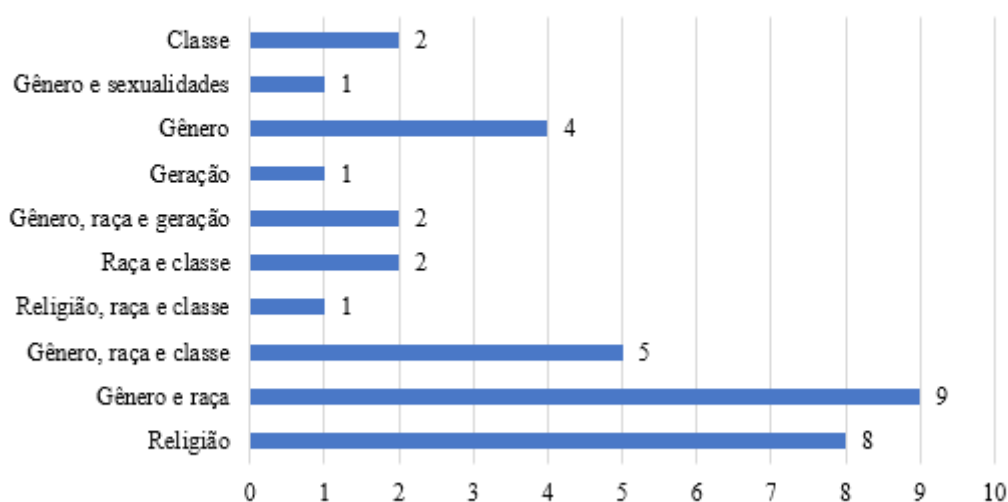
Dos 211 artigos online com mulheres na primeira autoria, apenas 35 trabalhos (17%), apresentam um debate interseccional, o que por sua vez já nos apresenta que a teoria e concepção de mundo preconizada fortemente pelo movimento feminista negro, não tem tido um espaço de aceitação na área de racialidades na geografia brasileira, mesmo nos trabalhos escritos por mulheres.

O estabelecimento do padrão moderno homem/branco, faz com que a produção científica elaborada fora desse eixo não seja considerada, criando hierarquizações no campo científico. Silva (2009a), explica que a epistemologia da geografia brasileira, com fortes raízes no caráter eurocêntrico, é o elemento que inviabiliza os estudos que abordam mulheres, não brancos e LGBTQIAP+, dentre outras/os sujeitas/os e temas considerados marginais. A

ciência moderna que privilegiou um olhar branco e eurocentrado, pouco se preocupou em construir visibilidade de grupos sem os privilégios epistêmicos da racionalidade moderna.

Identificamos 10 grandes campos temáticos que pontuavam, mesmo que de forma simples, um diálogo interseccional, apresentamos essa informação no gráfico 10:

Gráfico 10 – Temáticas interseccionais dos artigos sobre racialidades, escritos por mulheres na primeira autoria.



Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

A separação nas 10 temáticas se deu por meio da leitura completa de tais artigos, onde separamos ‘classe’, ‘gênero’, ‘geração’ e ‘religião’, pois todos os trabalhos, minimamente dialogam com as racialidades, contudo, nestas 4 temáticas em questão era nítida a predominância desses temas em relação as questões raciais, diferente de outras temáticas que apresentam o diálogo interseccional sem predominância de um ou outro tema, como: ‘gênero e sexualidades’, ‘gênero, raça e geração’, ‘raça e classe’, ‘religião, raça e classe’, ‘gênero, raça e classe’ e ‘gênero e raça’.

Como tem sido convencional na abordagem interseccional, grande parte dos trabalhos apresentam um diálogo entre raça, gênero e classe, ora dialogando mais intensamente com dois eixos de opressão e ora intensificando um terceiro eixo estrutural de opressão. Um outro campo temático que se destacou, com 9 entre os 35 trabalhos com abordagem interseccional, foi o da religião, onde 8 trabalhos tem a religião como foco central e 1 trabalho dialoga com religião, classe e raça.

Vale destacar que tais trabalhos estão mais ligados a esfera cultural de análise, pois mesmo as expressões religiosas afro-brasileiras, o debate de classe e gênero fazendo parte do

escopo dos trabalhos, em grande parte o aspecto estrutural das múltiplas relações presentes não são pontuados. Questão similar foi identificada na análise feita na tese de Mariza Santos (2022) onde há uma tendência ao apagamento da questão racial crítica e antirracista nos trabalhos produzidos.

Outro aspecto importante dos trabalhos com abordagem interseccional é que os mesmo não apresentam uma geografia corporificada pela singularidade, apresentando o debate de classe, gênero, raça, religião e sexualidade como se fossem eixos de estruturação organizacional vivenciados de forma homogênea por separações binárias, como uma análise territorial apenas dividida entre homens e mulheres ou entre brancos e negros.

A partir dos 35 trabalhos que apresentam sujeitas/os em uma abordagem temática interseccional, ainda que muitas vezes de forma universal, encontramos 11 artigos que centralizam sua análise e dialogo com as mulheres negras, são eles:

Tabela 01 - Artigos sobre racialidades na geografia brasileira escritos por mulheres na primeira autoria que centralizam sua análise nas mulheres negras.

<b>Artigo</b>	<b>Autoras</b>	<b>Identificação da Revista</b>
Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: Espaço e representação	Lorena Francisco de Souza; Alecsandro Ratts	Boletim Goiano de Geografia, v. 28 n. 1, 2008
Meninas quilombolas: Um olhar sobre gênero e lugar	Juliana Berg; Carla Luciane Blum Vestena	Terr@ plural, v. 8. n. 2, 2014
Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: Uma perspectiva para as políticas públicas	Jessica Mara Raul	E-metrópolis, n. 22, ano 6, 2015
Ação política e pensamento das mulheres negras nas américas: Uma perspectiva sobre a diáspora africana	Sônia Beatriz dos santos	Espaço e cultura, n. 38, 2015
Mulheres negras, remoção e alinhamentos discursivo: A vida no bairro carioca de triagem	Jessica Mara Raul	Espaço e cultura, n. 38, 2015
Proposta de geração de renda para o desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais da região amazônica	Iracema Pinto de Souza; Carlos Itsuo Yamamoto; Elaine Vosniak Takeshita; Alvaro Luiz Mathias	Revista Ra'e Ga, v. 33, 2015
Histórias de trabalho de mulheres negras com ensino superior	Denise Macedo Ziliotto; Leticia Laureano dos Santos	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 6, n. 2, 2015
Femmes en négritude: Intelectuais negras silenciadas	Rosânia Oliveira do Nascimento	Entre-Lugar, v. 7, n. 13, 2016
Inserção da mulher negra brasileira no mercado de trabalho no período de 1980 – 2010	Andréa aparecida esteves mendes; Maria Luiza Lilan	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 7, n. 2, 2016
A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra dentro da universidade	Ariane Senna	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, 2018
A territorialidade dos corpos femininos negros	Thaís Gomes do Santos	Revista Tocantinense de Geografia, ano 7, n. 13, 2018

Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Identificamos a repetição do padrão de comportamento da rede de autorias nestes 11 artigos, tendo em vista que 6 trabalhos possuem autoria feminina individual, 3 trabalhos possuem autoria conjunta apenas de mulheres e por fim, 2 trabalhos possuem autoria mista (mulheres e homens). Outro ponto que vai de acordo com a análise inicial dos dados é que todos os trabalhos são da virada do século, onde apenas 1 é anterior a 2010, e os outros 10 trabalhos estão publicados entre os anos de 2014 a 2018.

Retornamos a uma análise dos 211 artigos produzidos por mulheres na primeira autoria sobre a temática das racialidades via periódicos *online* da geografia brasileira para



A análise topológica da rede unimodal de palavras-chave (grafo 02 – página 27) identifica as palavras-chave mais importantes por métricas de centralidade de grau e as conexões mais significativas identificadas por peso das arestas. Isso quer dizer que as palavras mais importantes estão no topo da rede topológica, enquanto as linhas que ligam as palavras-chave são as arestas, e quanto mais grossa e visível for a linha, mais ligação essa palavra teve com outras palavras utilizadas, vale destacar que a rede topológica que vemos corresponde a cerca de 30% da rede topológica total, tendo em vista que neste momento nos interessa uma melhor visualização e maior unidade das palavras, os outros 70% da rede são termos bem periféricos e desagregados.

Desta maneira podemos identificar que as palavras mais centrais, as mais utilizadas nos artigos sobre racialidades publicados em periódicos *online* da geografia brasileira escritos por mulheres na primeira autoria, são as palavras: ‘índios’, ‘território’, ‘comunidades tradicionais’, ‘quilombolas’, ‘conflitos’, ‘territorialidade’ e ‘comunidade quilombola’. Outra vez, os dados, a partir de diferentes análises, nos mostram a mesma configuração deste campo temático.

Observamos que a entrada da discussão racial na geografia brasileira está fortemente atrelada aos estudos junto as comunidades tradicionais, sem todavia, apresentar uma análise crítica e antirracista desta dimensão espacial, se aproximando de um debate cultural acrítico ou da identificação e mapeamento de terras tradicionais, muitas vezes apresentado a existência de conflitos por meio das esferas institucionais e legais, sem se atentar a outras dimensões e relações de poder que tais pessoas vivenciam, em especial negando visibilidade as relações que se dão perpassando pela linguagem e leitura corporal, ou seja, novamente temos uma geografia descorporificada, que fala de índios, vistos pelo Estado, mas não de indígenas, como sujeitas/os múltiplos e complexos.

Outra informação que identificamos em diálogo com a teoria que orienta esta dissertação é que palavras como ‘gênero’, ‘raça’, ‘racismo’, ‘mulheres negras’, figuram mais próximo da base da rede topológica, sendo que gênero possui a menor centralidade se comparado as outras palavras, o que pode ser entendido como as palavras-chave mais periféricas dos 211 trabalhos.

Isso nos leva a refletir sobre a dificuldade de aceitação, divulgação e afirmação de tais debates na ciência geográfica. Lembrando o que nos diz as geografias feministas e as geografias negras, falar de gênero e de raça na geografia, e em outras ciências, não necessariamente transforma o trabalho em crítico nas perspectivas feministas e antirracista.

O grau que utilizamos para o desenvolvido da rede topológica, acima, pode ser melhor entendido a partir da tabela 02, a seguir, onde PCH corresponde as palavras-chave utilizadas nos artigos e o grau corresponde a centralidade de grau do nó, ou seja, o número de vezes que esta palavras-chave se conecta a outras palavras-chave utilizadas nos artigos.

Tabela 02 – Palavras-chave.

<b>PCH</b>	<b>Grau</b>
ÍNDIOS	38
TERRITÓRIO	34
COMUNIDADES TRADICIONAIS	25
QUILOMBOLAS	24
CONFLITOS	15
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	14
TERRITORIALIDADE	14
IDENTIDADE	10
POLÍTICAS PÚBLICAS	10
CULTURA	9
AMAZÔNIA	7
MULHERES NEGRAS	7
PAISAGEM	7
RACISMO	7
TERRAS INDÍGENAS	7
COMUNIDADES INDÍGENAS	6
POVOS INDÍGENAS	6
RAÇA	6
TURISMO	6
AFRODESCENDENTES	5

Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Já a rede modular nos ajuda a identificar grupos, famílias e comunidades temáticas de um determinado conteúdo, agora não estamos falando necessariamente da importância de tais palavras-chave, e sim quais as relações centrais dessas palavras. Agora estamos analisando os relacionamentos mais significativos entre as palavras-chave, de acordo com o peso das arestas, ou seja, o número de vezes que ambas palavras compartilham o fato de serem palavras-chave em um mesmo artigo, conforme tabela 03:



Tabela 03 - Arestas com maior peso de relação entre as palavras-chave.

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
ÍNDIOS	TERRITÓRIO	12
QUILOMBOLAS	TERRITÓRIO	6
CERRADOS	ÍNDIOS	4
IDENTIDADE	TERRITÓRIO	4
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	TERRITORIALIDADE	3
COMUNIDADES TRADICIONAIS	CONFLITOS	3
COMUNIDADES TRADICIONAIS	POLÍTICAS PÚBLICAS	3
EDUCAÇÃO INDÍGENA	SABERES TRADICIONAIS	3
GÊNERO	RAÇA	3
ÍNDIOS	POVOS INDÍGENAS	3
ÍNDIOS	TERRAS INDÍGENAS	3
TERRITORIALIDADE	TERRITÓRIO	3

Fonte: Dados sistematizados pela autora via OGB, 2021.

Podemos identificar agora uma tradição existente nos artigos *online* produzidos por mulheres como primeiras autoras sobre racialidades na geografia brasileira, onde há um caminho teórico, epistemológico e conceitual que as mulheres que conseguem divulgar suas produções seguem.

As principais ligações expressam grupos e comunidades temáticas abordadas nos artigos, onde novamente a grande maioria se refere a comunidades tradicionais e ao debate territorial, fortemente vinculada a geografia tradicional que serve ao Estado no levantamento e mapeamento da relação sociedade-natureza, não avançando no debate crítico e antirracista das pesquisas sobre racialidades.

Ao criarmos a projeção gráfica de tal relação, temos a rede de modularidade das palavras-chave, indicando as principais comunidades temáticas e grupos trabalhos nos artigos, a partir do grafo 08, a seguir:



‘afrodescendentes’, enquanto quem fala sobre ‘raça’, ‘gênero’ e ‘movimento negro’ é representado pela comunidade verde escura, e por fim, a comunidade rosa fala de ‘educação indígena’ e ‘curricular’.

Com tal resultado, podemos inferir que as principais comunidades são as que de forma clássica se fazem presentes no imaginário e no discurso geográfico, indicando a forte divulgação da visão racial na geografia atrelada a uma demanda de mapeamento e levantamento das condições de povos e o seu entorno, ou seja, a sociedade e natureza, não aprofundando de forma crítica a discussão racial. Contudo, alguns pontos na contramão deste discurso tem se sobressaído, como as comunidades roxa e amarela, onde uma geografia corporificada, seja pelas ‘mulheres negras’, e uma geografia crítica e antirracista se firma via ‘racismo’.

Para finalizar o capítulo 3, retornamos a ideia do quanto o campo das racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019 se estrutura de forma masculinizada e concentrada em regiões específicas do país, em especial no Sudeste. Identificamos também um comportamento padrão na criação da rede entre mulheres e homens, onde há uma tendência a publicação individual, e quando coletiva a preferência tem se dado em colaborações a partir do mesmo gênero. Por fim, a análise epistemológica sobre a produção dos 211 artigos escritos por mulheres na primeira autoria vai de encontro com a literatura das geografias negras, onde o debate racial em um primeiro momento é negado na geografia, e quando se assume tal debate, ele se dá inicialmente por meio de uma demanda, muitas vezes, da União, a partir dos estudos das comunidades tradicionais.

Todavia, apesar de ser um campo marginalizado, tanto a questão de gênero, quanto as questões raciais na perspectiva antirracista, observamos que tal debate tem crescido a partir da virada do século, sobretudo após a década de 2010, o que por sua vez representa uma elevação da tensão e da transformação na ciência geográfica e na própria ciência moderna.

Porém, devemos ainda nos atentar as contradições que se fazem presentes, contradições essas que são próprias as estruturas, pois ao mesmo tempo que mulheres já figuram dentre as principais referências no campo das racialidades na geografia brasileira, via uma leitura interseccional, percebemos que enquanto há um avanço no que se refere a dimensão de gênero atrelado as feminilidades, há também uma barreira no que diz respeito a dimensão racial, pois são mulheres dentro do padrão da branquitude.

#### **CAPÍTULO 4 AS MULHERES NEGRAS PRODUTORAS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E SUAS TRAJETÓRIAS CIENTÍFICAS**

Olha, eu não quero ser o primeiro  
E nem ser melhor do que ninguém  
Eu só quero ser compreendido e considerado  
E ser for possível ser amado  
Pois não interessa o que eu tenho  
E sim o que possa fazer com o que eu tenho  
Pois eu já não sou o que foram os meus irmãos  
Pois eu nasci de um ventre livre (...)  
Essa é pra fazer a cabeça essa é cabeção  
Alô geração do século XXI está tudo aí, energia

**Abenção Mamãe, Abenção Papai - Racionais MC's (part. Ben Jor), 2006 [1984]**

Este capítulo tem por objetivo construir a visibilidade de como as mulheres negras que produzem as geografias negras interpretam o gênero na sua trajetória. Nos capítulos precedentes demonstramos que a produção científica em forma de artigos científicos que fazem parte das 98 revistas da área da geografia no Sistema Qualis-CAPES é ainda pequena, constituindo apenas 1,8% de um total de 25.437 artigos considerados. Foi constatado ainda que os temas e conceitos mais evidentes foram as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) estudadas do ponto de vista do território. Além disso, ficou evidente que as pessoas que se destacam como referências intelectuais desse conjunto de artigos estudados são homens, apesar de que está claro que as mulheres constituem grande parte de sua produção, sem receber o mesmo prestígio conquistado pelos autores masculinos.

Fazemos aqui uma divisão entre os trabalhos analisados no capítulo anterior, entendidas enquanto trabalhos que abordam a questão racial na geografia mas não necessariamente são vinculados as geografias negras. O mesmo pode ser entendido como os trabalhos que discutem gênero na geografia, mas sem necessariamente serem considerados trabalhos das geografias feministas. Para que os trabalhos sejam atrelados as geografias feministas e negras, é necessário que seja assumido seu caráter político, crítico e que almeje uma mudança social calcada na justiça social, como já apontado nos capítulos 2 e 3 como proposta do feminismo negro.

Sendo assim, as geógrafas entrevistadas estudam a questão racial por uma perspectiva antirracista, o que as vincula as chamadas geografias negras, ponto reconhecido em suas próprias produções, de acordo com o exposto anteriormente, na proposta do Manifesto por uma Geo-grafia Negra (2019), indicando que um trabalho deste subcampo geográfico precisa atentar para a dimensão política e de mudanças sociais, diferente do que majoritariamente encontramos nos artigos analisados, que discutem a perspectiva racial sem muitas vezes entrar em um debate crítico e antirracista. Por tal motivo que fazemos a distinção entre os tipos de produções geradas a partir de distintas intencionalidades e posicionalidades políticas.

Trazer as vozes femininas de pesquisadoras negras comprometidas com o desmantelamento da branquitude se coloca como ponto fundamental da pesquisa que contou com seis mulheres que compartilharam suas experiências. O grupo de colaboradoras tem em comum o fato de produzirem pesquisas geográficas que contemplam questões raciais de forma crítica e antirracista, se auto identificarem como negras e fazerem parte do campo das geografias negras. Para além desses pontos comuns, elas possuem estágios de formação acadêmica diferentes, bem como idades, renda, religião, parentalidade e histórias familiares que variam. No quadro a seguir é possível identificar algumas das características das mulheres colaboradoras.

Quadro 1- Características gerais das geógrafas negras entrevistadas.

Nome <sup>20</sup>	Acotirene	Aminata	Luiza Mahín	Zeferina	Anastacia	Dandara
Intervalo de idade	36 - 40	50 - 55	56 - 60	20 - 25	40 - 45	40 - 45
Religião	Ifaísta	Não possui	Espírita Kardecista	Cristã	Candomblé	Não possui
Autodeclaração de sexualidade	Heterossexual	Bissexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Autodeclaração racial	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra
Autodeclaração de gênero	Mulher cis	Mulher cis	Mulher cis	Mulher cis	Mulher cis	Mulher cis
Estado civil	Casada	Solteira	Casada	Solteira	União estável	União estável
Filhos/as	1	0	2	0	1	2
Região de origem	Centro – Oeste	Sudeste	Norte	Norte	Sudeste	Sul
Região atual	Centro – oeste	Sudeste	Norte	Sudeste	Sudeste	Sul
Deficiência	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Trabalho	Professora de ensino superior	Professora de ensino superior e médio	Professora de ensino superior	Estudante de pós	Estudante de pós e diretora de ONG	Estudante de pós e professora do ensino médio
Renda	8600	12000	17000	2200	5000	2700
Nível de formação	Doutorado	Doutorado	Doutorado	Doutoranda	Doutoranda	Doutoranda
Educação Superior	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública

Fonte: Entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2021.

Estas mulheres possuem trajetórias singulares que foram narradas a partir de suas memórias que também acabam por ter pontos comuns, produzindo experiências coletivas. Nesse sentido, esse capítulo traz na primeira seção os pontos de maior convergência da narrativa do grupo que gira em torno das relações familiares e da busca pela formação superior para superar o destino que a sociedade brasileira busca traçar para mulheres negras, conforme Lélia Gonzalez (1984; 1988) e Patrícia Hill Collins (2017). Na segunda seção do capítulo será evidenciada a narrativa sobre como as geógrafas negras interpretam sua vivência generificada na sua trajetória científica, tendo em vista os efeitos do gênero na produção científica, como já comprovado por Vagner Pinto e Joseli Silva (2018).

20 Todos os nomes são fictícios a fim de preservar o anonimato das pessoas.

Os nomes aqui apresentados foram escolhidos por mim, a autora deste trabalho, apesar delas darem o nome original. Fizemos esta alteração no decorrer da pesquisa, para não provocar exposições desnecessárias em um ambiente que tem se tornado cada vez mais conservador. Hoje esta exposição não é prejudicial, mas no futuro não podemos afirmar, então achamos melhor a preservação.

A escolha pelos nomes ‘Acotirene’, ‘Luiza Mahín’, ‘Zeferina’, ‘Anastacia’ e ‘Dandara’, se deram a partir da leitura de uma matéria no canal de notícias *Catraca Livre*, em 2017, chamada *17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra a escravidão*, indicando nomes de 17 mulheres negras que fizeram parte de quilombos brasileiros e que foram fundamentais em algum momento para a comunidade negra, assim como essas geógrafas são para a luta antirracista na geografia brasileira. O nome de ‘Aminata’ foi o único mantido por não ser seu nome próprio, apesar de ter sido sugestão da própria entrevistada. O nome é de origem africana, mais especificamente de origem senegalesa.

Como podemos observar, todas as mulheres entrevistadas são negras, cis, formadas em geografia via universidades públicas, a maioria é heterossexual (apenas uma é bissexual), e sem deficiência, sendo essas características comuns a grande parte das entrevistadas, todavia, suas trajetórias são múltiplas, demarcando também a singularidade de cada história e como foram seus trajetos na formação superior geográfica, ainda que 3 delas já sejam docentes universitárias e outras 3 estão do meio para o final do seu processo de doutorado.

Acotirene, Aminata e Luiza Mahín são as 3 professoras vinculadas a instituições públicas de nível superior, enquanto Zeferina, Anastacia e Dandara são, dentre outras ocupações, estudantes de doutorado. Em uma análise a partir da renda dessas 6 geógrafas negras, podemos indicar que nesta fase de estudante, embora acompanhada de outras jornadas de trabalho, o seu reconhecimento salarial ainda é bem baixo, se comparado as 3 geógrafas concursadas, sendo que Zeferina vive exclusivamente da sua bolsa de doutorado em uma grande cidade do sudeste, que não é sua região de origem.

Um outro ponto que é individual da trajetória de cada uma dessas geógrafas, mas que em alguns momentos se torna uma experiência coletiva, é que 4 das 6 geógrafas negras, dentre elas, as 3 professoras, precisaram sair de seus respectivos estados de origem, em algum momento, para dar continuidade em seus estudos. As 4 geógrafas saíram de seus lares, de suas cidades de origem, para cursar a pós-graduação fora, todas em regiões diferentes, ainda que posterior a este processo de formação todas regressaram a seus estados e origem e passaram em concursos para universidades públicas.

As entrevistas foram realizadas entre setembro e novembro de 2021, dando flexibilidade para a agenda das geógrafas, sendo dividida em três grandes momentos, um primeiro que já expomos a partir do quadro 01, sendo uma apresentação mais geral e de diferentes intersecções na vida das 6 geógrafas, como renda (classe), religião, autodeclaração de sexualidade, filhos (maternagem), capacidade física, etc. Outros 2 grandes momentos serão apresentados via análise de rede do discurso de tais mulheres, onde o primeiro momento diz respeito a um diálogo sobre suas trajetórias, enquanto o segundo momento é mais específico em relação as percepções dos marcadores interseccionais de gênero e raça nas suas experiências acadêmicas.

No grafo 09 é possível verificar a importância dada a determinados termos no conjunto das narrativas dessas mulheres. A partir deste grafo podemos visualizar as maiores frequências evocativas em suas falas, ou seja, quanto mais elas falam uma palavra, ou um tema, maior frequência ele tem e maior destaque é dado na rede, neste caso, a partir da sua trajetória de vida em torno das relações familiares e da busca pela formação superior.





experiência coletiva, em especial com outras pessoas negras, é vivida como uma relação de segurança e de fortalecimento mútuo.

A tabela 04 a seguir, organizada por grau ponderado, nos ajuda a entender melhor as hierarquias encontradas nas falas das geógrafas negras. Temos ‘falar’, ‘professor’, ‘geografia’, ‘cidade’ e ‘mãe’, como representantes de um segundo nível bem próximo, o que nos remete a necessidade de grupos identitários falarem e serem ouvidos, do mesmo modo que apresenta a importância da geografia como um marco mediador desta relação e o papel das/os professoras/es, para que esse conhecimento seja possível.

As outras palavras como ‘cidade’ e ‘mãe’ dizem respeito a uma trajetória marcada pela mobilidade familiar, o que representa um trânsito nacional por muitas cidades, seja na fase infantil, por diferentes motivos, acompanhadas da família, ou seja na vida adulta, em especial por escolhas pessoais ligadas a sua formação científica enquanto geógrafas negras. Ao relatarem memórias sobre a família, a figura da mãe é central.

Tabela 04 – As 30 palavras com maior grau ponderado.

<b>Ranqueamento das palavras</b>	<b>Grau ponderado</b>
Nós_pessoas_negras	1509
Falar	1049
Professor	923
Geografia	912
Cidade	818
Mãe	810
Pessoa	743
Dizer	701
Conseguir	690
Entrar	633
Graduação	559
Mulher	551
Mestrado	527
Estudar	522
Escola	514
Trabalhar	508
Doutorado	490
Universidade	415
Tempo	389
Casa	387
Sair	387
Colega	377
UFG	374
Negro	374
Pensar	374
Entender	367
Pai	352
Importante	349
Escrever	340

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

Nas entrevistas realizadas identificamos que as 6 geógrafas negras, em diferentes espacialidades e temporalidades, foram as primeiras da sua chamada ‘família nuclear’ (neste caso, mãe, pai e irmãs/ãos) a entrarem em universidades. Em três casos, refletindo sobre a

concepção de família ampla, ao pensarem em primas/os de segundo e terceiro grau, elas foram a segunda ou terceira pessoa a entrarem em universidade.

Quando refletimos sobre suas trajetórias, seja por meio da literatura científica aqui utilizada e por meio das próprias falas, notamos esse repetido esforço de romper com imaginários que socialmente eram impostos a tais mulheres. Contudo, isso não se dá a partir da ideia que ‘mulher negra é forte, aguenta tudo’, como já foi relatado, e sim pela responsabilidade que tais mulheres apresentam em seus contextos familiares.

Ser a primeira, da família nuclear a entrar na universidade é um peso muito forte, que em algumas das entrevistas é pontuado a partir de falas como “ser a primeira a entrar na universidade cansa, ser a primeira e única negra nos espaços acadêmicos também cansa” (fala de Aminata, em entrevista concedida em outubro de 2021).

Todavia, não gostaríamos de analisar a trajetória de tais mulheres apenas pelo seu caráter de inspiração e resistência, tendo em vista que mesmo eu não sendo uma mulher negra, também me vejo refletida em algumas dessas experiências, principalmente no que diz respeito a necessidade de locomoção estadual, de afastamento da família, de criação de novas redes de apoio, de vivência conturbada financeiramente, etc.

Sendo assim, mesmo a academia sendo um espaço contraditório, a inserção dessas mulheres no universo científico ampliou seu reconhecimento e consciência racial, do mesmo modo que modificou diversos relacionamentos a partir de um novo mundo conhecido. A universidade muitas vezes amplia horizontes políticos, de posicionamentos sociais, de afetividades, etc, fazendo com que a formação das geógrafas negras seja educacional e social.

A seguir temos a tabela 05 que nos mostra as 30 maiores interações entre as palavras. Temos neste momento: ‘cidade’ – ‘pessoa’; ‘cidade’ – ‘falar’; ‘nos\_pessoas\_negras’ – ‘professor’; ‘pessoa’ – ‘falar’; ‘nós\_pessoas\_negras’ – ‘falar’; ‘escola’ – ‘mãe’; ‘cidade’ – ‘interior’, como as 7 maiores ligações entre as palavras usadas nas entrevistas. Novamente vemos como o aspecto espacial é importante em suas trajetórias, a partir da palavra ‘cidade’, ‘escola’ e ‘interior’, influenciando no seu entendimento pessoal, o que por sua vez reverbera na necessidade que as pessoas negras passam a ter para ‘falar’ de si, de suas experiências, se entendendo enquanto sujeitas políticas necessárias.

A figura do ‘professor’ e ‘mãe’ indicam as/os sujeitas/os políticas que mais marcam suas vivências. Coincidentemente temos uma figura representativa de cada espacialidade, sendo ‘professor’ associado a ‘escola’, e ‘mãe’ as dinâmicas mais amplas que se dão na

‘cidade’ e no ‘interior’. Todas as experiências marcadas pela coletividade de ‘nós\_pessoas\_negras’.

Tabela 05 – As 30 arestas com maior interação entre as palavras.

<b>Palavra</b>	<b>Palavra</b>	<b>Peso</b>
Cidade	Pessoa	82
Cidade	Falar	54
Nós_pessoas_negras	Professor	47
Pessoa	Falar	45
Nós_pessoas_negras	Falar	44
Escola	Mãe	42
Cidade	Interior	41
Nós_pessoas_negras	Geografia	39
Geografia	Falar	37
Nós_pessoas_negras	Negro	32
Cidade	Nós_pessoas_negras	31
Mãe	Avô	31
Nós_pessoas_negras	Projeto	29
Cidade	Goiânia	28
Nós_pessoas_negras	UFG	28
Professor	Graduação	26
Professor	Negro	25
Professor	UFG	25
Pessoa	Interior	25
Pai	Mãe	24
Mãe	Conseguir	23
Nós_pessoas_negras	Sair	23
Professor	Colega	23
Cidade	Sair	22
Mãe	Casa	22
Nós_pessoas_negras	Pessoa	22
Nós_pessoas_negras	Entrar	22
Nós_pessoas_negras	Discutir	21
Nós_pessoas_negras	Conseguir	21

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

É possível afirmar que o conteúdo discursivo dessas mulheres que narram sua história de formação é que elas se colocam como negras em busca de uma formação em



O grafo 10 apresenta a rede sobre a percepção/constituição da posição social de mulher negra pesquisadora na geografia. Este grafo topológico evidencia o peso discursivo no reconhecimento de sua negritude em sua formação como pesquisadora na geografia e a importância de poder falar e pensar sobre raça nesse campo científico em que entender sua posição no mundo se realizou no processo de fazer uma geografia própria em que sua existência pudesse ser reconhecida, em especial no tange o reconhecimento enquanto mulher negra.

Novamente a ideia coletiva de ‘nós\_pessoas\_negras’ se dá como central, dessa vez associada principalmente as ideias que se relacionam as suas experiências científicas na geografia. A universidade se constitui enquanto um espaço transformador, seja individualmente ou coletivamente, por meio da família ou por grupos políticos, sobretudo coletivos negros da universidade e das cidades em que moram/moravam, padrão esse que vai de encontro a teoria desenvolvida por Zenaira Santos (2020) e Luyanne Azevedo (2019; 2022).

Na tabela 06 podemos verificar as maiores concentrações discursivas quando fizemos perguntas específicas em relação as vivências científicas das 6 geógrafas negras.

Tabela 06 – As 30 palavras com maior grau ponderado sobre a vivência científica generificada das geógrafas negras entrevistadas.

<b>Ranqueamento das palavras</b>	<b>Grau ponderado</b>
Nós_pessoas_negras	4005
Geografia	2705
Achar	2313
Falar	2228
Pensar	2112
Ficar	1379
Fazer	1327
Entender	1315
Mãe	1291
Professor	1126
Estar	1117
Mulher	1057
Discutir	1046
Ser	1009
Colega	927
Só	913
Cabelo	882
Pesquisa	878
Gênero	835
Trabalhar	792
Precisar	732
Sentido	724
Perceber	655
Certo	650
Pai	633
Começar	632
Discussão	599
Ensino	587
Universidade	581

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

O reconhecimento da centralidade das narrativas das geógrafas negras colaboradoras com a pesquisa permitiu detectar determinados eixos de argumentação que estão centrados em um forte reconhecimento de sua posição racial negra que gera opressão em uma sociedade racista como a brasileira, da importância da educação em suas vidas, bem como o suporte familiar. Entretanto, o reconhecimento do gênero se dá mais voltado à sua percepção corporal como mulher, o papel materno e o desempenho do cuidado do que propriamente um discurso



claramente feminista. Há de se evidenciar que o peso discursivo da discussão de gênero pelo viés do feminismo é mais claro nas narrativas das mulheres mais jovens do que as mais velhas.

Neste sentido a tabela 07 nos ajuda a compreender as principais ligações no discurso sobre as vivências científicas das geógrafas negras.

Tabela 07 – As 30 arestas com maior interação entre as palavras sobre as vivências científicas das geógrafas negras entrevistadas.

<b>Palavra</b>	<b>Palavra</b>	<b>Peso</b>
Geografia	Nós_pessoas_negras	131
Achar	Nós_pessoas_negras	114
Nós_pessoas_negras	Falar	88
Nós_pessoas_negras	Fazer	86
Geografia	Pensar	83
Pensar	Nós_pessoas_negras	82
Nós_pessoas_negras	Precisar	75
Nós_pessoas_negras	Mulher	58
Achar	Geografia	55
Nós_pessoas_negras	Estar	54
Falar	Mãe	54
Professor	Geografia	49
Nós_pessoas_negras	Entender	48
Achar	Falar	46
Achar	Pensar	44
Nós_pessoas_negras	Pesquisa	44
Nós_pessoas_negras	Certo	43
Mãe	Cabelo	42
Geografia	Falar	41
Achar	Mãe	40
Nós_pessoas_negras	Geografias_Negras	40
Professor	Nós_pessoas_negras	39
Achar	Entender	39
Falar	Estar	39
Nós_pessoas_negras	Discussão	38
Pensar	Ficar	36
Pai	Mãe	36
Nós_pessoas_negras	Movimento	35
Falar	Cabelo	35

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

A partir da tabela 07 podemos afirmar que o conteúdo discursivo das geógrafas entrevistadas que comentam suas experiências científicas, seja no momento de formação,

enquanto estudantes, ou mesmo em suas experiências científicas profissionais, enquanto professoras, nos apresentam a importância da geografia para a construção racial das mesmas.

Vale ressaltar que essa construção racial, que acaba sendo um marco que transforma a vida, percepção de si no mundo e sobre o mundo, não se dá única e exclusivamente pela geografia enquanto ciência. A geografia se torna um marco no sentido de ‘quando eu entrei na geografia’, ‘a partir da geografia’ e até mesmo o entendimento de acontecimentos que só foram possíveis por serem estudantes de geografia.

Deste modo, geografia está ligada diretamente a ideia coletiva de ‘nós\_pessoas\_negras’, que passam a ‘achar’, ‘falar’, ‘fazer’ e ‘pensar’ uma geografia própria, vide Geny Guimarães tem apontado (2015; 2020). Outro ponto que identificamos, tendo em vista que fizemos perguntas específicas sobre suas vivências científicas generificadas, refere-se a rede de apoio fortemente marcada pela relação com outras mulheres, sejam da família ou amigas.

O marcador de gênero não é fortemente situado nas pesquisas das geógrafas negras entrevistadas, apenas 2 delas, ambas professoras, pesquisam e discutem as questões de gênero em seus trabalhos. Todavia, a experiência generificada se dá de forma vivenciada, e não necessariamente de forma científica, pois a partir do reconhecimento racial surge a ideia não apenas de ser uma pessoa negra, mas sim de ser uma mulher negra.

Tal experiência se materializa no consumo e produção do espaço dessas mulheres, partindo inclusive do seu corpo enquanto um espaço, onde o cabelo figura como a principal materialidade em disputa, pois todas relataram a importância da mudança em seus cabelos, todas passando a assumir cabelos crespos. Outros pontos que surgem a partir desse reconhecimento se dão sobre adereços utilizados, como: brincos, lenços, estampas, tatuagens, entre outros, que carregam simbolicamente e visivelmente aspectos raciais, a exemplo de brincos e tatuagens em formato do continente africano, camisas com falas racializadas e antirracistas, lenços e roupas com estampas étnicas, etc.

Neste ponto, apesar de não ter sido uma palavra identificada, entendemos a importância do direito aos nossos corpos, onde a principal forma de resistência material, apenas pela presença de corpos com tais características, se torna acolhedor para alguns/algumas, ao mesmo tempo que se torna problemático para alguns/algumas, notadamente pessoas racistas.

As palavras que formaram os grafos 09 e 10 foram interpretadas, já que o sentido das palavras não é dado, mas significado. As significações das palavras nos contextos discursivos



Deste modo, observamos que as duas principais categorias que marcam suas trajetórias referem-se a ‘família’ e ‘mãe’, ambas em destaque no grafo 11 e na tabela 08.

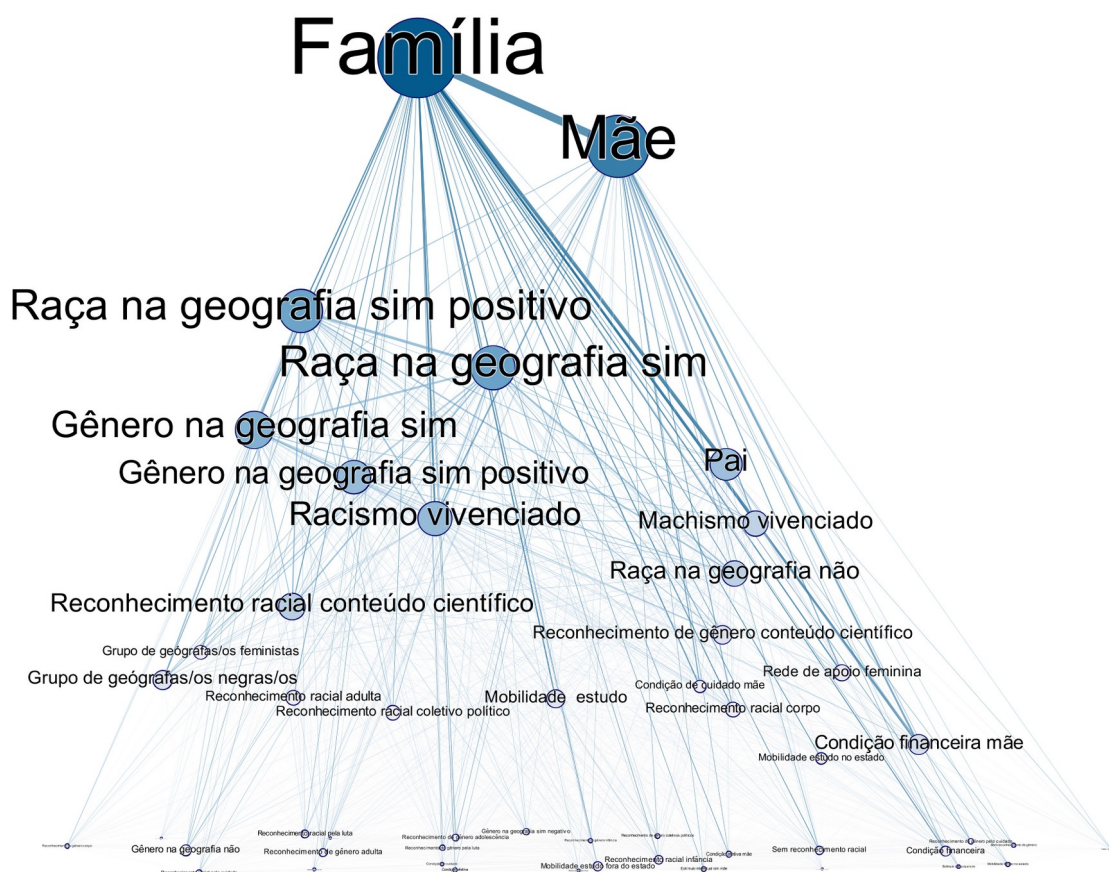
Tabela 08 – As 30 palavras com maior grau ponderado em relação as categorias identificadas.

<b>Categoria</b>	<b>Grau ponderado</b>
Família	56781
Mãe	43921
Raça na geografia sim	30988
Raça na geografia sim positivo	30300
Gênero na geografia sim	26259
Racismo vivenciado	23667
Gênero na geografia sim positivo	23184
Pai	22185
Reconhecimento racial conteúdo científico	18294
Raça na geografia não	17576
Machismo vivenciado	17288
Condição financeira mãe	13667
Grupo de geógrafas/os negras/os	12780
Reconhecimento de gênero cont. científico	12645
Mobilidade estudo	12066
Rede de apoio feminina	10787
Reconhecimento racial corpo	9755
Reconhecimento racial adulta	9727
Reconhecimento racial coletivo político	9620
Grupo de geógrafas/os feministas	9274
Condição de cuidado mãe	7882
Mobilidade estudo no estado	7214
Gênero na geografia não	6994
Condição financeira	6316
Mobilidade estudo fora do estado	5712
Reconhecimento racial infância	5263
Sem reconhecimento racial	5045
Reconhecimento de gênero adulta	4788
Reconhecimento racial pela luta	4576

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

Para identificar as hierarquias dentro dos sentidos atribuídos as falas das geógrafas, a partir das categorias, identificamos vide grafo 12, a centralidade da presença familiar, aqui neste momento de forma mais ampla, as principais categorias desta rede topológica referem-se a comunidade com relação a trajetória familiar das entrevistadas.

Grafo 12: Rede topológica de categorias com maior centralidade de intermediação.



Fonte: Entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2021.

A principal categoria da rede é ‘família’, o que significa dizer que em muitos trechos das entrevistas, suas memórias retornavam a experiências com a família como um todo, seja em relação a irmãs, irmãos, avós, avôs, tias, tios e primas/os, entretanto, quando a família nuclear é acionada em suas memórias, a figura da mãe é central.

Já as outras categorias, que figuram a partir do segundo nível hierárquico da rede topológica, referem-se a comunidade com relação as vivências científicas das geógrafas. Nesta comunidade, e por nível hierárquico, podemos observar o quanto a raça discutida na geografia de forma afirmativa e positiva tem uma maior centralidade em suas falas, e consequentemente em seus trabalhos, se comparada a questão de gênero.

Ao buscar as principais categorias ligadas no discurso, a tabela 09 nos mostra as maiores interações, onde temos:

Tabela 09 – As 30 arestas com maior interação entre as categorias discursivas identificadas.

<b>Categoria</b>	<b>Categoria</b>	<b>Peso</b>
Família	Mãe	11637
Família	Pai	5152
Raça na geografia sim	Raça na geografia sim positivo	4013
Pai	Mãe	3586
Família	Condição financeira mãe	3133
Gênero na geografia sim	Raça na geografia sim	2945
Gênero na geografia sim	Raça na geografia sim positivo	2873
Mãe	Condição financeira mãe	2658
Gênero na geografia sim positivo	Raça na geografia sim	2599
Família	Racismo vivenciado	2543
Gênero na geografia sim positivo	Raça na geografia sim positivo	2539
Gênero na geografia sim	Gênero na geografia sim positivo	2471
Mãe	Racismo vivenciado	2082
Raça na geografia sim	Raça na geografia não	2054
Família	Machismo vivenciado	2002
Raça na geografia sim positivo	Raça na geografia não	1997
Raça na geografia sim	Reconhecimento racial conteúdo científico	1952
Raça na geografia sim positivo	Reconhecimento racial conteúdo científico	1911
Família	Mobilidade estudo	1835
Família	Raça na geografia sim	1829
Família	Rede de apoio feminina	1808
Família	Raça na geografia sim positivo	1780
Família	Condição de cuidado mãe	1696
Raça na geografia sim	Racismo vivenciado	1652
Raça na geografia sim positivo	Racismo vivenciado	1602
Família	Gênero na geografia sim	1538
Mãe	Condição de cuidado mãe	1537
Gênero na geografia sim	Raça na geografia não	1504
Mãe	Rede de apoio feminina	1487

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021.

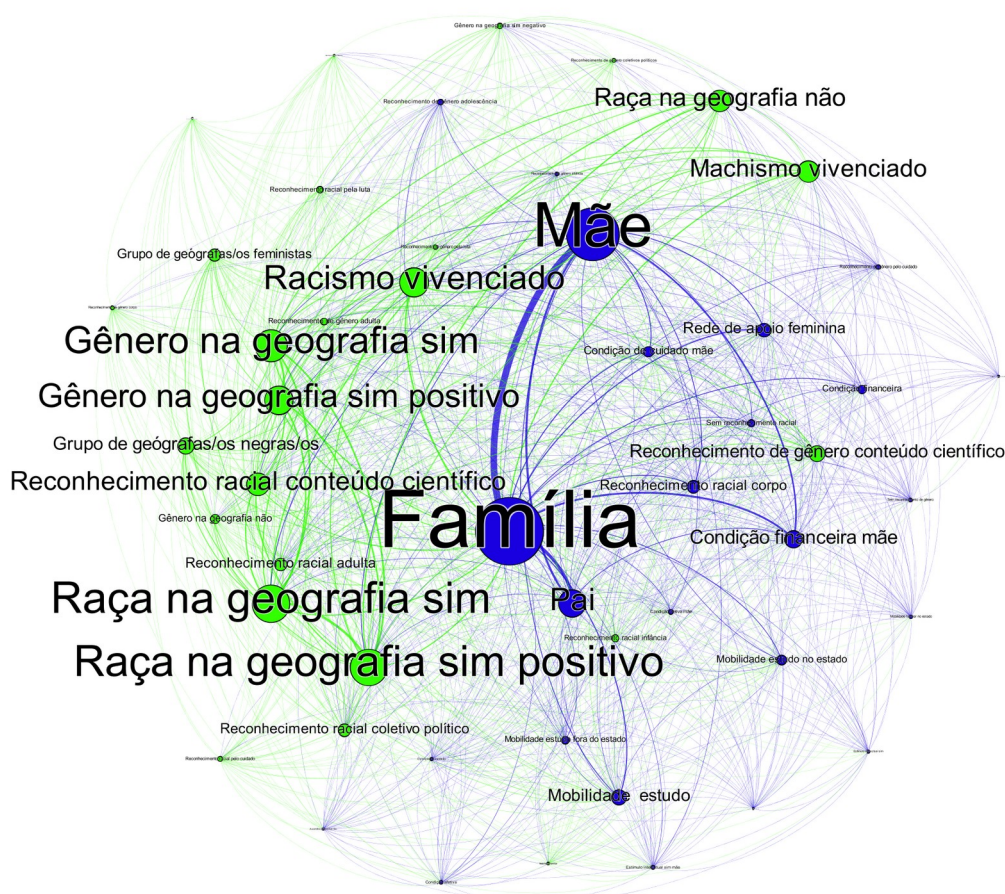
Deste modo observamos que as 5 principais interações entre as categorias discursivas são: ‘família’ – ‘mãe’, ‘família’ – ‘pai’, ‘raça na geografia sim’ – ‘raça na geografia positivo’, ‘pai’ – ‘mãe’, ‘família’ – ‘condição financeira mãe’. Esse resultado nos mostra a importância coletiva que percebemos em outras análises, sempre fortemente marcada pela coletividade de ‘nós\_pessoas\_negras’, em especial no que diz respeito a família e a figura dos responsáveis, como a mãe e o pai.

Outras ligações que observamos com a ‘família’, se dá em especial sobre a condição da mãe em um aspecto financeiro e no cuidado, reafirmando a necessária rede de apoio, sobretudo, feminina. A figura do ‘pai’, que também se faz presente, ainda que com menos

relações que a mãe, se dá em especial por decisões mais gerais da família, como a relação ‘família’ – ‘mobilidade estudo’, que apresenta o papel do pai como central na escolha de mudança familiar em proveito dos estudos das/os filhas/os, ainda que a ‘mãe’ seja a figura com maior importância na condição financeira, o que relembra as teorias que confirmam o papel do homem, em um estrutura patriarcal, como o detentor das tomadas de decisões.

Desta forma, organizamos a rede semântica das categorias discursivas das geógrafas negras em duas grandes comunidades, para maior aprofundamento da análise, o que resultou no grafo 13, a seguir:

Grafo 13: Rede Semântica Unimodal de Categorias Discursivas Organizada por Comunidades com Modularidade 1.0.



Fonte: Entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2021.

Temos visivelmente a criação de duas grandes comunidades, que vão de encontro com a divisão da análise das entrevistas, em um primeiro momento vinculado a trajetória das

geógrafas, pela cor azul, e em um segundo momento pelas questões específicas de gênero e raça nas suas vivências científicas, identificadas pela comunidade de cor verde.

Podemos analisar a forte presença da família, a partir de diferentes membras/os, mas em especial pela figura da mãe e do pai, sendo a mãe a pessoa ligada a condição financeira dessas mulheres, e geralmente pela própria família, enquanto o pai tem uma relação forte com a decisão de mobilidade familiar, geralmente com foco nos estudos. Quando olhamos as redes já trabalhadas aqui, a centralidade de uma coletividade é colocada via perspectiva racial, a palavra ‘nós\_pessoas\_negras’, que também podemos identificar por meio dessas famílias, ainda que algumas famílias sejam inter-raciais.

Já a comunidade verde, referente as vivências científicas dessas geógrafas, nos mostra a compreensão de qual tem sido a abordagem desenvolvida e vivida pelas mesmas, tendo em vista que as principais categorias, como: ‘raça na geografia sim’, ‘raça na geografia positivo’, ‘gênero na geografia sim’, ‘gênero na geografia positivo’, ‘racismo vivenciado’, ‘reconhecimento racial científico’, ‘raça na geografia não’, ‘machismo vivenciado’, ‘reconhecimento racial adulta’ e ‘grupo de geógrafas/os negras/os’, revelam seus posicionamentos e experiências científicas.

Para explicarmos melhor como compreendemos cada categoria de análise, ‘raça sim na geografia’ indica que elas tiveram em sua formação, ou que praticam em suas pesquisas, o debate racial na geografia, sobretudo de forma positiva e afirmativa, sendo que quando esta categoria se referia as suas experiências enquanto estudante, a raça poderia estar presente na geografia mas de forma negativa, todavia poucos relatos nesse sentido foram identificados, fazendo com que tal categoria nem figure entre as principais no grafo 13. O mesmo raciocínio vale para a categoria ‘gênero na geografia sim’.

Em relação as categorias ‘racismo vivenciado’, ‘machismo vivenciado’, estas experiências perpassam por múltiplos lugares, mas nos relatos via entrevistas, a maioria dos casos foram relatados em espaços educacionais, desde as séries iniciais até a fase universitária, seja enquanto estudantes ou mesmo enquanto professoras universitárias concursadas em universidades públicas.

‘Reconhecimento racial’, ‘reconhecimento racial adulta’ e ‘grupo de geógrafas/os negras/os’ foram categorias identificadas a partir de sentidos que remetem a importância da universidade, em especial da geografia, para a construção dessas mulheres em uma perspectiva crítica sobre quem elas são no mundo e sobre como o mundo as enxerga, infelizmente, muitas vezes. Sendo assim, o grupo mencionado, de geógrafas/os negras/os,



simboliza uma retroalimentação, a partir de uma rede coletiva (nós\_pessoas\_negras), para o tensionamento de uma geografia que se apresenta enquanto neutra, objetiva e racional.

Por fim, 'raça na geografia não' simboliza vivências científicas pautadas por uma negativa do debate racial na geografia, em especial durante o período de graduação. Vale ressaltar que esta rede é uma materialidade a partir da trajetória de 6 geógrafas negras específicas, o que não vale para ser tomado como referência do comportamento de uma geografia tida como nacional. Muitas dessas experiências só foram possíveis a partir da mobilidade realizada por essas geógrafas durante a sua formação, seja uma mobilidade regional ou apenas institucional, tendo em vista que no mesmo estado é possível encontrarmos universidades mais abertas ao diálogo de raça e gênero e outras universidades que rejeitam ou marginalizam tal expressão geográfica.

Nesta rede é possível verificar duas importantes comunidades discursivas que estruturam dois eixos narrativos, que embora estejam conectados entre si, apresentam uma coesão maior dentro dos grupos representados por cores diferentes. Com base nessas duas comunidades que segue a análise do conteúdo discursivo das mulheres negras pesquisadoras das geografias negras.

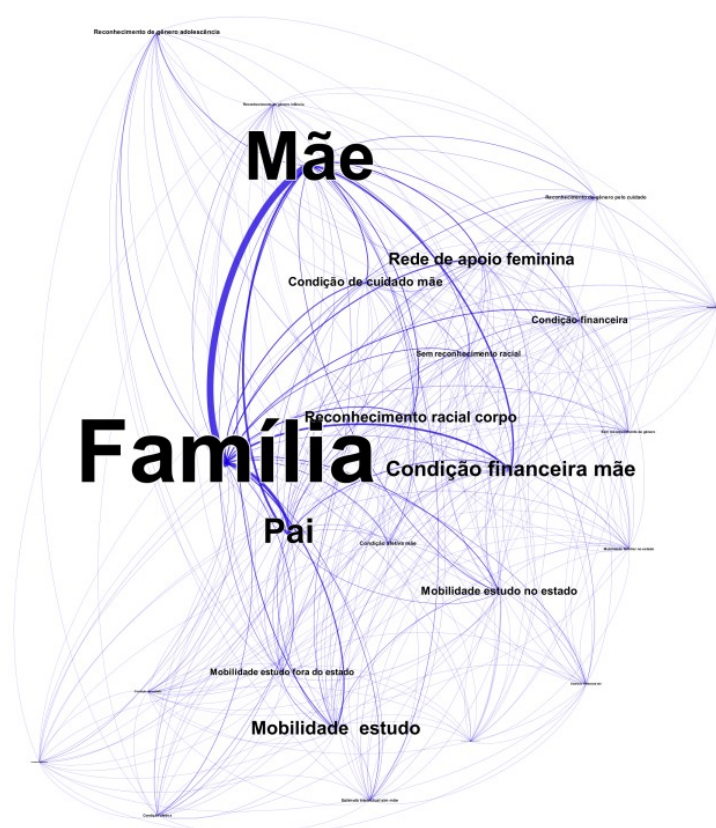
#### 4.1 A SOCIEDADE E A INDIVIDUALIDADE NA FORMAÇÃO DE GEÓGRAFAS NEGRAS

Buscamos agora um reconhecimento a partir do conteúdo discursivo das 6 geógrafas entrevistadas junto as redes já apresentadas neste capítulo. Sendo assim, procuramos em seus discursos trechos que evidenciem as relações aqui apresentadas de forma estatística a partir das redes. Tal intuito se dá com a proposta do reconhecimento e da legitimação de suas narrativas, em especial na geografia, que, como pudemos ver a partir dos artigos *online*, se mostra com uma certa resistência a incorporação de um debate antirracista.

Nesta primeira seção, pontos que nos remetem a comunidade discursiva 1 (azul), já apresentada no grafo 13, são trabalhados de forma a elucidar os aspectos de uma trajetória fortemente marcada por relações familiares, seja na sua construção coletiva ou na individualidade, influenciando nas suas possibilidades e sonhos.

Para tanto, separamos as comunidades discursivas e a seguir, no grafo 14, expomos as principais ligações (ou as arestas mais importantes) das falas das geógrafas negras dentro do que consideramos como comunidade discursiva 1.

Grafo 14: Comunidade discursiva 1.



Fonte: Entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2021.

As categorias que serão expostas dizem respeito a: ‘família’, ‘mãe’, ‘pai’, ‘condição financeira mãe’, ‘rede de apoio feminina’, e ‘mobilidade estudo’. Correspondendo as 6 categorias com maiores interações dentro da comunidade sobre trajetória familiar, ou seja, a comunidade azul.

Iniciamos a análise conjunta (a partir da frequência discursiva vista nas redes e dos trechos transcritos das entrevistas) pela categoria ‘família’ que se mostra como a mais importante ligação na comunidade azul, para tanto, apresentamos trechos de 4 entrevistas, 2 professoras e 2 doutorandas:

Eu só me dedicava aos estudos mesmo, como eu sou a caçula então eu tive esse privilégio, das minhas irmãs trabalharem, e hoje eu sempre gosto de lembrar isso né, que tudo que eu almejei, com relação aos estudos, eu consegui porque eu tive uma família que me desse muito apoio. Meu pai saiu do campo também para que a gente conseguisse continuar os estudos, porque na cidade pequena que a gente estava não tinha o ensino médio, então ele achou que a gente deveria sair da roça para ter mais condição. A minha irmã mais velha já teve que ficar um período morando com a minha tia na cidade, para poder fazer o final do ensino fundamental e foi um período muito ruim, muito traumático né, meu pai e minha mãe sempre foram muito protecionistas, gostavam da gente ta junto. Quando chegou o momento de eu

começar essas outras fases do ensino fundamental e não tinha mais, aí nós fomos para cidade de vez né, e aí meu pai começou a fazer bico, de vender alho aqui na cidade, que era uma tradição, muitos vendedores ambulantes de alho, de réstia de alho, e também vendeu milho verde (Fala de Acotirene, 2021).

Eu acho que família é tudo, como eu disse, depois que a gente se torna adulta algumas coisas são tão mais nítidas para gente, então eu penso que eu sou o que eu sou hoje por causa da minha família, é por conta do que foi o meu pai, de todos os sacrifícios que ele passou, de tudo que ele viveu, de todas as privações que a minha mãe também viveu, então eu acho assim que eu sou o que eu sou hoje principalmente pelo meu pai e minha mãe (Fala de Aminata, 2021).

No ensino médio eu já estava muito ciente de que deveria buscar meios de me capacitar para tentar entrar em uma universidade pública. Isso foi muito precoce pra mim, eu não sei explicar porquê, talvez eu saiba na verdade né, pela situação financeira da minha família, e eu já entendia que esse era o meio de conseguir alguma coisa, uma melhoria. Então eu fui atrás de uma escola que nesse tempo estava vinculada com a religião que eu frequentava, que é a da igreja adventista, e eu fui atrás da escola adventista pra ver se eu conseguia alguma bolsa de estudo. Eu mesma fui atrás, e aí me disseram que tinha como, eu lembro que peguei um bocado de papel e eu fui na minha mãe, que já trabalhava o dia inteiro e não tinha tempo pra ver isso, ela trabalhava em comércio, era muito corrido pra ela. E aí eu falei “mãe, tem essa possibilidade aqui de eu conseguir estudar o ensino médio nessa escola, eu acho que vai ser melhor, é uma escola particular, vou ter uma maior atenção na minha formação” (Fala de Zeferina, 2021).

O ponto de incentivar né, minha mãe fez de tudo pra que eu e meu irmão só estudasse, até o ensino médio. E sempre em escolas boas, particulares e com bolsa. Ela dizia que o nosso dever era estudar para ser alguém, o que me permitiu poder focar e criar esse gosto pelo estudo (Fala de Anastácia, 2021).

Como nenhuma categoria está sozinha, nos trechos acima, sobre a importância da família, já podemos observar algumas relações como a mobilidade para estudo, presente na fala de Acotirene, e a presença do pai nessa situação. Já na fala de Aminata vemos a importância conjunta da figura da mãe e do pai, sobretudo no que diz respeito ao incentivo ao estudo. Na fala de Zeferina vemos a centralidade da educação como uma mudança social não apenas para a pessoa em si, mas também para a família, sendo a mãe a figura mais importante, representando a condição financeira, de cuidado e a própria rede de apoio feminina. Por fim, Anastácia também refere-se a sua mãe como a figura provedora e de sustentação familiar que vê na educação a possibilidade de melhoria e transformação em suas realidades.

Zenaira Santos (2020) identifica a relevância dos estudos na vida de mulheres negras quando muitas delas são a primeira geração de suas famílias a entrarem na universidade pública, indicando que esta oportunidade é mais do que uma realização pessoal, sendo também um vislumbre de possibilidade de ascensão social para sua família, marcando assim “uma perspectiva de mobilidade social intergeracional, que perpassa diferentes gerações da

mesma família facilmente percebida ao verificarmos a escolaridade de somente três gerações” (p. 57 – 58).

Nas entrevistas realizadas identificamos que as 6 geógrafas negras, em diferentes espacialidades e temporalidades, foram as primeiras da sua chamada ‘família nuclear’ (neste caso, mãe, pai e irmãs/ãos) a entrarem em universidades. Em três casos, refletindo sobre a concepção de família ampla, ao pensarem em primas/os de segundo e terceiro grau, elas foram a segunda ou terceira pessoa a entrarem na universidade.

Quando refletimos sobre suas trajetórias, seja por meio da literatura científica aqui utilizada e por meio das próprias falas, notamos esse repetido esforço de romper com imaginários que socialmente eram impostos a tais mulheres. Contudo, isso não se dá a partir da ideia que ‘mulher negra é forte, aguenta tudo’, e sim pela responsabilidade que tais mulheres apresentam em seus contextos familiares.

Ser a primeira, da família nuclear a entrar na universidade é um peso muito forte, que em algumas das entrevistas é pontuado a partir de falas como “ser a primeira a entrar na universidade cansa, ser a primeira e única negra nos espaços acadêmicos também cansa” (fala de Aminata, em entrevista concedida em outubro de 2021).

Um outro trecho, dessa vez da entrevista com Luiza Mahín, professora, a mesma nos fala sobre a ideia da importância da educação, sobre seguir os estudos na pós-graduação, no relato que segue:

Eu fui a primeira da minha família a entrar na universidade, e a primeira também a ter título de mestre e doutora! Meu pai era seringueiro e ele entendia a importância do estudo, eu lembro que quando eu terminei o doutorado, eu não sei como é que ele absorveu isso, mas ele andou 17 km para fazer uma ligação para mim, me dar os parabéns pelo título de doutora! (Fala de Luiza Mahín, 2021).

Pensando nas principais relações da categoria ‘família’, temos ‘mãe’ se ligando a ‘condição financeira mãe’. Trazemos exemplos a partir de alguns trechos:

O meu pai não é vivo, ele é falecido desde os meus 10 anos, mas a minha mãe foi essa grande base. Primeiro financeiro, lógico, mas também emocional. (Fala de Zeferina, 2021).

Um tempo depois minha mãe fez enfermagem, incentivada a continuar os estudos pela patroa dela, porque ela era empregada doméstica, aí passou em um concurso para o Hospital Municipal, como auxiliar de enfermagem mas minha mãe queria mais, e aí eu e meu irmão ficamos com nossa avó, porque ela se separou do meu pai, aí a gente ficava na Penha e minha mãe ajudava minha avó financeiramente, até que ela faz concurso pra rede federal e passa, a minha mãe vira funcionária federal (Fala de Anastácia, 2021).

Já a rede de apoio feminina se dá em âmbito familiar, sobretudo a partir da figura da mãe, da avó e da irmã, mas também se dá fora desse contexto, com ligações em distintos ambientes, a começar por professoras do ensino básico que serviram de inspiração para a continuidade nos estudos, mas também, além da educação básica, outras figuras femininas compõe essa rede de solidariedade, em especial amigas, durante a vivência acadêmica, sendo da academia ou não.

Nos relatos a seguir é possível vermos como a trajetória das 6 geógrafas aqui entrevistadas se dá a partir de uma coletividade feminina (nós\_pessoas\_negras) em distintos espaços e tempos. Tal vivência é marcada desde a infância em uma relação familiar, contudo, na vida universitária essa rede se expande a outros meios, como novas pessoas, mas de forma especial com outras mulheres negras que compartilham experiências distintas e comuns no mesmo espaço.

Então foi quando eu consegui me ver e me compreender como negra, como mulher, tiveram amigas muito importantes também, que me ajudaram nesse processo, poucas mas tiveram (Fala de Acotirene, 2021).

Então eu acho que tem muita coisa que eu guardo de muito difícil no meu doutorado, mas o que foi também maravilhoso, foi o fato de eu estar em Salvador e eu fazer amigas para vida toda, eu tenho amigas que não eram amigas do doutorado, mas que eram amigas que eu conheci na cidade de Salvador e que são assim queridas, queridas e muito queridas (...) E aí foi uma das cenas mais lindas que eu vi na vida acadêmica no doutorado, porque quando eu cheguei tinha um mutirão de mulheres negras, as terceirizada, limpando o auditório para mim, que quando elas disseram que era minha defesa elas falaram “não, imagina, eu não sabia que o nome dela era Aminata, aquela que passa por aqui que fala com a gente, que brinca, dá abraço... pera aí” e aí elas fizeram mutirão para limpar o auditório, foi uma coisa super linda ter visto aquilo, depois vieram minha amigas trazendo comidas e montamos uma mesa! Então vivi esse espaço com pessoas que não eram da academia em si, mas que eram da cidade (Fala de Aminata, 2021).

Sim, eu tinha uma amiga que passou pelo processo de transição capilar comigo, de se entender enquanto mulher negra, e foi muito importante pra mim, principalmente por ela ser uma mulher negra da pele retinta (Fala de Zeferina, 2021).

Com os relatos expostos nesta seção verificamos que mesmo a academia sendo um espaço contraditório, a inserção dessas mulheres no universo científico ampliou seu reconhecimento e consciência racial, do mesmo modo que modificou diversos relacionamentos a partir de um novo mundo conhecido. A universidade muitas vezes amplia horizontes políticos, de posicionamentos sociais, de afetividades, etc, fazendo com que a formação das geógrafas negras seja educacional e social.

Vale destacar que essa coletividade, ainda que entre pessoas negras, não se faz apenas entre professoras/es e estudantes no espaço acadêmico, esse apoio e afeto vinham também de técnicas e terceirizadas no serviço de limpeza da universidade, o que nos mostra a amplitude do olhar e dessa rede tão importante na trajetória das mulheres negras, além de em muitos relatos a experiência de uma rede de apoio também se encontrar além dos muros da universidade, a partir de amigas da própria cidade, tendo em vista que majoritariamente o processo de vivência dessa mulheres se dá por uma mobilidade nacional, fazendo com que parte do seu processo formativo seja em outras regiões.

Foi durante o processo universitário, em especial na graduação e no mestrado, que muitas das nossas entrevistadas nos relatam o seu processo de reconhecimento racial, tendo em vista que foi na universidade que tiveram a compreensão política do que é ser uma mulher negra naquele espaço. Um outro ponto relatado por muitas das entrevistadas e que coincide com a centralidade desta categoria é em relação ao ‘cabelo’, pois na fase de formação dessas geógrafas que muitas passaram a ‘assumir’ seus cabelos, deixando-os de forma natural e não mais recorrendo ao alisamento.

Tais experiências são marcantes e muito fortes na vivência de qualquer pessoa, são histórias que carregam emoções, memórias dolorosas e de liberdade, peso esse que é sentido não apenas de forma individual, mas que também ecoa como um grito de guerra e resistência por todas as suas ancestrais.

Ainda que cada uma tenha relatado sobre suas experiências que são individuais, por questões estruturais, causadas pelo racismo e pelo machismo, em alguns pontos suas vivências se cruzam, tornando-se um infeliz padrão.

Finalizamos esta seção sobre a trajetória das 6 geógrafas negras entrevistadas em 2021, indicando o quanto essas mulheres, mesmo sendo únicas, compartilham experiências sociais como resistência para a sua manutenção no espaço acadêmico, sobretudo no que se refere a ideia da sociabilidade por meio de uma rede apoio feminina, que não seja a familiar.

Para continuar e fechar este quarto capítulo apresentaremos uma seção a partir de questões específicas ligadas ao gênero e a raça em suas experiências na universidade, seja enquanto estudantes ou enquanto professoras. Tal análise continuará sendo por meio de trechos das entrevistas que nos ajudem a elucidar os aspectos visíveis nas redes a partir de seus discursos.



Deste modo, analisamos nesta seção as vivências acadêmicas a partir das principais ligações na comunidade verde, também visíveis na tabela 09, com as arestas de maior interação entre as categorias discursivas identificadas, sendo: ‘raça na geografia sim’, ‘raça na geografia sim positivo’, ‘gênero na geografia sim’, ‘gênero na geografia positivo’, ‘grupo de geógrafas/os negras/os’, ‘reconhecimento racial científico’, ‘racismo vivenciado’ e ‘machismo vivenciado’, tendo em vista que neste bloco de entrevista as perguntas foram mais direcionadas a dimensão generificada das suas experiências como mulheres negras.

Para tanto, iniciamos pela relação das percepções das entrevistadas sobre o seu consumo espacial, trazendo relatos transpassados pelas estruturas racista e machista em suas experiências, ainda que no ambiente acadêmico, onde temos:

Acho que foi um momento de muitas, muitas e muitas descobertas, inúmeras descobertas, até porque eu entrei muito nova, hoje eu vejo as meninas de 18 anos e vejo como eu era boba! Então foi um espaço de muitas descobertas, não só as descobertas do conhecimento acadêmico da geografia, mas de conhecimentos do mundo mesmo. Eu me relacionei com muitas pessoas diferentes, e eu não tinha, quando eu entrei, a dimensão do que era uma universidade, como eu te falei eu fui ali fazer a inscrição porque eu queria faltar o trabalho. Quando eu cheguei ali, eu acho que isso de qualquer forma me facilitou, de eu não ter determinados bloqueios e medos. Se bem que eu lembro de uma coisa patética que eu vivi com uma amiga, a gente fazia curso de inglês na Cultura Inglesa em Madureira, e aí eu passei para geografia e ela passou para biologia, e quando a gente chegou, na minha época era muito diferente de agora que era de fato muito elitizado, e a gente achava que as pessoas não iam entender o que a gente falava, mas olha que lembrança interessante essa agora... E a gente ficava andando com o dicionário para qualquer coisa dá pra entender, cheia de medo, a gente achou que a gente não sabia falar, foi assustador o mundo acadêmico mas eu acho que foi menos pior eu não saber onde tava entrando (Fala de Aminata, 2021).

Eu já tinha estabilidade pelo concurso de técnica na universidade, e quando passei para o mestrado eu precisei entrar com processo de afastamento para um ano. Eu pedi um ano, que era o tempo que eu fazia disciplina e tudo mais, aí o reitor da época disse: “nunca aconteceu um caso desse, de um técnico administrativo pedir para fazer mestrado, mas eu sei que você é esforçada, eu sei que se você entrar na justiça você ganha, porque é um direito seu, mas eu não posso fazer uma portaria com esse seu pedido, eu posso fazer uma portaria para você para acompanhar seu marido, que está lá na pós\_graduação”. Eu disse: “não, eu não quero uma portaria para acompanhar meu marido, quero uma portaria porque eu passei no processo de seleção, eu não tô indo para acompanhar ele”, aí ele ficou irado e negou. Eu entrei com recurso aí ele pediu para um assessor dele conversar comigo, para eu aceitar a primeira proposta, mas eu bati o pé e disse que iria entrar com todos os meus recursos porque eu passei no programa de pós-graduação, eu não passei para acompanhar meu marido, eu passei no processo seletivo (Fala de Luiza Mahín, 2021).

A universidade foi boa pra mim, eu tive um despertar, a nível teórico mesmo, de pensar sobre a violência epistêmica, mas enquanto eu não tinha esse despertar, a universidade foi crucial, porque entrei muito cedo, então o meu descobrimento como mulher negra foi na universidade, a partir dos movimentos estudantis, desses espaços que a universidade fornece para pensar, mas além da militância, outros



espaços formativos, como ir a uma palestra do curso de história da África e achar muito massa, e pensar: “nossa, não vi isso no ensino médio”. Era viver a universidade, e eu vivi muito a universidade, principalmente nesses anos em que fui bolsista, eu participava de todos os eventos, ia para eventos fora, eu vivi tudo que eu podia viver, então foi um grande momento de formação, não só para geografia, mas pra minha vida e com certeza tem as experiências ruins também. Eu lembro muito de um professor que falava que a gente ia ter que sofrer muito pra poder conseguir alguma coisa, eu discutia muito com ele, porque ele colocava a gente em um lugar menor, parecia que os meninos tinham mais capacidade para entender a disciplina dele, que era de solos, do que a gente que era menina (Fala de Zeferina, 2021).

Foi um espaço muito duro para mim, aquele sonho que eu tinha foi quebrado, eu precisei sair para dar o devido valor, apesar de ter sido um espaço muito duro para mim, eu não posso reclamar porque quando eu precisei de bolsas de pesquisa, eu consegui. Mas também teve o caso da coordenadora da geografia, que era uma mulher preta, mas quando eu ia falar com ela sobre racismo ela dizia que era coisa da minha cabeça, era uma parada punk minha irmã, essa foi uma relação muito difícil pra mim, era muito louco porque ao mesmo tempo que via ela como uma referência, ela era uma pessoa vazia, e aí era um homem branco que falava o que eu queria ouvir, que era o professor Fred. Outra questão é que a minha bolsa de pesquisa necessitava que eu estivesse vinculada a um grupo de pesquisa, e o grupo era da geografia física, só tinha meninos brancos, isso causou algumas situações tensas por ser a única mulher preta de lá (Fala de Anastácia, 2021).

Como verificado em Érica Silva (2019), a trajetória de muitas mulheres negras se marca por aspectos inter-relacionados que se constituem enquanto obstáculos para que se tornem docentes em nível superior. Todavia, a trajetória científica das 6 geógrafas negras colaboradoras deste trabalho, no indica aspectos de estratégias para que as suas narrativas afirmativas, críticas e antirracistas sejam possíveis de existirem no espaço científico.

Isso se dá inicialmente por um reconhecimento político que as coloca em uma posição ativa sobre si e sobre uma comunidade, neste caso, a comunidade negra que é múltipla. Esse reconhecimento racial de forma crítica aconteceu majoritariamente no espaço acadêmico, em sala de aulas e em outros espaços formativos, espaços esses marcados também pela coletividade de pessoas negras.

Ao perguntamos sobre como se deu o contato inicial com a discussão racial, por meio da academia, temos o exposto a seguir:

O contato com as discussões raciais eu tive no segundo ano de graduação com o professor Alex, ele trabalhava alguma disciplina de teoria da região e regionalização e foi o meu primeiro contato, então não tinha nenhuma disciplina específica na matriz curricular sobre isso, mas o Alex fazia essa menção, ele discutia regionalidades a partir das construções identitárias, foi o meu primeiro contato, e depois mais para o final da graduação teve uma disciplina de geografia do Brasil, alguma coisa assim, foi discutido sobre a formação da sociedade brasileira, mas o que me marcou nessa disciplina foi ter lido um pedaço do Darcy Ribeiro sobre o povo brasileiro e só (Fala de Acotirene, 2021).

Esse contato eu tive apenas no doutorado, mas não pela geografia, mas porquê no doutorado você pode tentar disciplinas de outros departamentos, então como estava na UFBA, eu fiz as disciplinas da geografia, que nenhuma tocava nem de longe nas questões raciais, e fiz sobre questões raciais no CEAO, que é Centro de Estudos Afro Orientais, agora não sei de qual departamento que ele é vinculado, não sei se é Ciências Sociais. Aí fiz a disciplina de literatura e questões raciais, com a professora Florentina, eu tinha um sonho de estudar com essa professora. E fiz mais algumas outras disciplinas por lá, fiz uma sobre a escola de Chicago, essas coisas. Fiz umas 2 ou 3 disciplinas que eu escolhi, e não dada pela geografia (Fala de Aminata, 2021).

Dentro da geografia não eu não tive essa discussão. A única coisa diferente que eu li, mas não dentro de um corpo de uma disciplina, foi com a minha orientadora do mestrado, que ela tinha um olhar para as mulheres na época. Se eu tivesse acesso a esse tipo de trabalho tinha despertado muito cedo para essas questões, então demorou muito, muito para entender, falar sobre racialidade, acho que não tinha nem texto para isso né. Por exemplo, Milton Santos, eu o conheci! Ia para sala dele, descia aquelas rampas lá com ele, mas ele não faltava de racialidade, ele discutia a questão da pobreza, da desigualdade, e pode ser, que ali, a gente entendesse que ele tava falando de racialidade, mas não tava escrito, não tava estampado tipo: “nós vamos ter uma aula sobre a condição do negro no Brasil”, não tinha isso, eu não lembro disso no mestrado, não lembro disso no doutorado, e poucas lembranças de evento da geografia que falavam das questões de gênero e de racialidade, que são coisas muito recentes (Fala de Luiza Mahín, 2021).

Eu comecei a ter esse contato não pela geografia em si, e sim pelo PIBID, no meu primeiro ano da graduação. Mas lembro disso negativamente, eu lembro de alguns momentos de questionamentos em relação ao que a gente desenvolvia, até mesmo no PIBID. Que era essa ideia de pensar as relações étnicorraciais como não sendo coisa da geografia. E isso começou a ser algo negativo pra mim porque começou a me dar a ideia do não lugar na pesquisa. Pensando em currículo, o currículo do curso de licenciatura na UFT, no meu período, não apresentava disciplina sobre questões étnicorraciais, nada institucionalizado assim. As discussões sobre questões étnicorraciais que eu me deparei foram de forma extra, eram palestras, oficinas, minicursos de eventos, coisas que a minha orientadora pontuava, coisas que uma ou outra pessoa trazia, mas infelizmente não houve essa discussão. (Fala de Zeferina, 2021).

E agora eu também lembrei de um evento, e que foi assim, um divisor de águas para mim, quando eu tava estudando para o mestrado, já tava formada, e em 2013 foi meu primeiro congresso de pesquisadores negros, o meu primeiro COPENE, e foi o primeiro da região sul, em Pelotas. Porque tipo assim ó, foi o primeiro congresso onde eu fui e eu não era praticamente a única negra, ou não tinha só um pesquisador negro, ou todos os negros se juntavam para uma mesa, era um evento negro, a maioria de nós, que foi nesse evento, hoje estamos na pós-graduação (Fala de Dandara, 2021).

Verificamos com estes relatos como o contato com a discussão racial na geografia, em especial uma discussão racial crítica e antirracista, se dá por uma intencionalidade, por uma nítida posição política, seja das/os professoras/es que apresentam essa discussão em sala de aula e em suas orientações, ou seja em relação as próprias entrevistadas que precisaram ir atrás desse contato.

A busca por um desenvolvimento racial crítico e antirracista na geografia nos leva a entender a importância da mobilidade para estudo, dessa vez não mais pautada pela família,

mas sim por escolhas próprias, que as levaram a mudar de instituição e muitas das vezes de estado, para então se aproximarem de professoras/es que estimulassem, ou que ao menos aceitassem, o debate racial crítico na geografia.

Outro ponto importante proveniente da busca individual de cada geógrafa sobre a questão racial, se interliga novamente a importância da rede ‘nós\_pessoas\_negras’, onde outros espaços da universidade e de outros cursos passam a ser acessados, tendo em vista as novas redes de apoio, de afeto, de acolhimento e de estímulo que são construídas neste caminho com outros estudantes.

Sendo assim podemos afirmar que o debate racial na geografia, ainda que presente para todas as nossas entrevistadas, sobretudo a partir da pós-graduação, se dá de forma escassa e não antirracista na geografia, de acordo também com o que observamos a partir das publicações via artigos *online* presentes nos periódicos nacionais.

Muitas dessas experiências com o debate racial se deram de forma estratégica e por uma nítida intenção, por uma demanda apresentada pelas próprias geógrafas, que a partir do seu reconhecimento racial crítico, entendem que não precisam separar tais experiências de suas análises geográficas, o que por sua vez reflete nos conteúdos trabalhos pelas mesmas, vide próximos relatos:

Na sexta-feira eu conversei com uma turma de estágio, do professor Roberto da UFRJ e com o professor Serra, aí eu vim aqui trazendo a discussão de como trabalhar a perspectiva de uma educação antirracista, então eu gosto de trabalhar primeiro a questão teórica e depois eu dei exemplos, que eu mostrei para eles a aula que eu tinha dado nesta semana para uma turma de 2º ano, que eu falava de paisagem, da transformação da paisagem de natural-campo, do campo para a cidade, eu queria falar disso, e fui parar em Gana, falando dos panos africanos, dos adinkras, foi muita curtidão aquilo! Partindo das cores, pra conseguir fazer um gancho pra chegar em Gana, de ir a África e voltar, eu costumo dizer que minha construção possui africanidades, a minha construção ela não é afro-centrada, ela possui africanidades, porque para ser afrocentrado eu teria que trabalhar o tempo todo com África, e eu não faço isso, eu faço várias viagens, eu vou lá, eu me alimento e eu volto, porque a minha discussão é diaspórica, agora não tem como discutir diáspora\_negra se não entender de África (Fala de Aminata, 2021).

E aí nesse período também, de aulas e doutorado, eu fui tentando puxar um pouco a sardinha para tentar continuar a discussão sobre gênero e raça né, porque eu já tinha feito isso mestrado com as professoras\_negras, e aí eu sabia que eu queria estudar isso, mas eu não sabia como, mas eu queria estudar (Fala de Acotirene, 2021).

Na graduação foi a partir das pesquisas que eu precisava fazer pela bolsa\_de\_pesquisa, aí eu fiz o trabalho na geografia contemporânea com a professora Gisela, falei sobre o economia do funk, e a partir dessas estratégias eu ia falando da questão\_racial né, estratégias para sobreviver no momento, não tinha como falar de raça como se fala hoje (Fala de Anastácia, 2021).

Foi no meu TCC que isso começou a ser aprofundado, e foi muito natural, fui em um trabalho de campo sobre os territórios negros na Porto Alegre, coisa que eu não conhecia, e no dia seguinte acordei, abri o olho, tomei café, abri o computador e tipo assim: “territórios negros em Porto Alegre”, daí só foi. (Fala de Dandara, 2021).

Assim como as principais arestas que ligam as comunidades do grafo 13 nos indicam, a questão racial, seja na geografia ou na vida das 6 geógrafas negras entrevistadas, possui um destaque maior do que se comparada a questão de gênero. Alguns trechos nos ajudam a elucidar tal aspecto:

Eu trabalho raça e questões urbanas, um pouco de gênero também (Fala de Dandara, 2021).

Na pesquisa eu acho que as questões raciais me marcam mais, apesar do meu tcc ter sido mais voltado para as questões de gênero (Fala de Zeferina, 2021).

Então, a dimensão racial ela existe, ela faz parte disso, assim como a dimensão de gênero também, mas a dimensão racial ela faz parte porque o mundo é racializado, eu não tenho como pensar esse mundo sem isso, e essa história não se fez num vácuo, ela se fez num espaço geográfico (Fala de Aminata, 2021).

Eu acho que o que é mais forte em mim, que eu falo o tempo todo né, é o fato de ser mulher negra, é importante para mim (Fala de Acotirene, 2021).

Com isso, ilustramos, com base nas falas de nossas colaboradoras em diálogo com a literatura científica e com os resultados encontrados via redes, quais tem sido as experiências formadoras das trajetórias identitárias enquanto mulheres, geógrafas e negras. Constatamos a importância da educação pública, gratuita e de qualidade para esse reconhecimento político e crítico.

Como apresentado anteriormente, as trajetórias das geógrafas negras se dão por uma coletividade de pessoas negras, em uma rede familiar e não familiar, que estimulam, por uma retroalimentação, a demanda de seus corpos e vozes para se tornarem sujeitas políticas visíveis nos espaços, em especial aqui analisado a partir do espaço de enunciação científica.

Finalizamos indicando que o objetivo deste capítulo se deu com a preocupação de falarmos e expressarmos cientificamente junto as geógrafas negras sobre como tem se dado suas produções científicas, ponto este que não seria possível apenas com a análise dos dados via artigos *online*.

Ressaltamos que este capítulo é uma visão complementar e qualitativa que pode ser relacionada junto a análise quantitativa, desenvolvida no capítulo 3. As entrevistas realizadas com 6 geógrafas negras em diferentes instituições, regiões e contextos profissionais nos

mostram trajetórias que são específicas por meio da vivência de cada uma delas, e mesmo o resultado sendo positivo em relação as discussões de gênero e raça na geografia, não podemos tomar este resultado como representante para as múltiplas experiências na geografia. Eu mesma não tive nenhuma dessas discussões em sala de aula na graduação, meu trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido com muita solidão e porque eu lutei contra diversas dificuldades para que pudesse pesquisar sobre gênero, do mesmo modo que apenas agora na dissertação a discussão racial foi somada em meu pensamento científico e pessoal.

## CONCLUSÃO



### Armandinho e o conhecimento – Alexandre Beck

Iniciamos esta conclusão propondo um teste a você, leitor/a desta dissertação. O teste em questão chama-se *Teste do Pescoço*<sup>21</sup>, publicado em matéria online no *Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra*, em 2013. A partir deste teste podemos ter uma noção mais crítica, e não naturalizada, sobre quais corpos ocupam quais lugares em nossa sociedade.

Inicialmente o teste parte de uma visão racial, nos chamando atenção para esta dimensão do espaço, todavia, aqui neste trabalho propomos a ampliação dessas percepções a partir das perguntas: quais corpos ocupam os lugares de destaque nos espaços por você frequentados? Quais os gêneros desses corpos? Você sabe a sexualidade ou parte da ideia que a priori todas/os são héteros? São apenas pessoas cis? Apenas pessoas brancas? Sem deficiência? Podemos fazer outras inúmeras perguntas sobre quais corpos ocupam quais posições socioespaciais.

É nesta perspectiva que surge o desenvolvimento deste trabalho, tendo um olhar atento a dimensão racial e de gênero na conformação de corpos produtores do conhecimento científico sobre racialidades na geografia brasileira. A questão central que guiou o desenvolvimento desta dissertação foi ‘Como o gênero feminino compõe a produção científica geográfica brasileira sobre racialidades após os anos 2000?’.

Sabemos que o espaço não é neutro, e pensar no espaço acadêmico, de produção e divulgação do conhecimento científico, assim como em quem consegue adentrar e se manter neste espaço, é fundamental na compreensão de quem tem falado o que se tem falado na geografia brasileira, em especial no âmbito da discussão racial na geografia.

A ciência considerada hegemônica, aquela que cria e mantém as normas, também entendida enquanto a ciência moderna, dispõe de uma prática específica que privilegia determinados corpos, temas, teorias, conceitos, métodos, metodologias, etc, criando, por sua

21 O teste estará disponível nos anexos deste trabalho. O mesmo pode ser acessado originalmente em: <https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/>. Data de acesso: 17 de junho de 2022.

vez, um perfil representativo do conhecimento legitimado e validado, diante as normas e grande parte da sociedade.

A geografia que se preocupa com os impactos do corpo no consumo e produção espacial, considerada uma geografia corporificada, como: as geografias feministas, geografias negras, geografias da sexualidade, geografia decolonial, etc, já vem apontando como a dimensão corpórea é fundamental para entendermos como o corpo, enquanto materialidade mediadora na sociedade, intervém em práticas espaciais distintas.

A partir deste pensamento nos atentamos a uma leitura espacial de acordo com as especificidades de quais corpos são presentes ou ausentes, de quais corpos consomem ou não consomem o espaço, seja por raça, etnia, gênero, faixa etária, porte físico, classe, e demais leituras sociais que podem se dar a partir de um corpo.

Neste trabalho focamos na dimensão racial e generificada do espaço, em especial no espaço de produção e divulgação científica na geografia brasileira via artigos *online*. Para tanto, realizamos um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira - OGB, entre os anos de 1939 a 2019, a partir de termos relacionados ao que entendemos enquanto questões ligadas as pesquisas que envolvam uma discussão racial. Tais termos foram: 'raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639', resultando em 452, entre os 25.437 artigos que se encontram na base de dados do OGB, até o final de 2019.

O resultado encontrado foi analisado a partir da perspectiva das feminilidades, ou seja, dentre os 452 artigos divididos por gênero (feminino e masculino), encontramos 211 escritos por mulheres na primeira autoria (47%), e 242 escritos por homens na primeira autoria (53%). Os dados foram organizados e sistematizados em uma planilha eletrônica, visando obter informações referentes a origem da espacialidade e instituição das autoras, temas trabalhados, principais conceitos e palavras-chave utilizados, se possuíam sujeitas/os, e se sim, com quais sujeitas/os dialogavam, o comportamento das autorias em conjunto e o índice H das principais referências, tais discussões foram trabalhadas no capítulo metodológico e no capítulo 3.

Identificamos com isso que a produção das racialidades na geografia brasileira via artigos *online* se dá espacialmente com maior destaque para a região sudeste, sul e centro-oeste, e que há um pequeno predomínio de homens na primeira autoria, sejam nacionais ou internacionais. Os temas, conceitos e palavras-chave utilizados na produção onde as mulheres são primeiras autoras vão de acordo com a literatura científica geográfica, desenvolvida em

especial no capítulo 2 e 3, indicando que os trabalhos falam sobre grupos de pessoas mas sem necessariamente corporificar sua análise.

Nossos resultados mostram que são trabalhos que falam de quilombos e quilombolas, de ‘índios’, de caiçaras, e comunidades tradicionais no geral, mas fortemente atrelados a dimensão territorial de tais grupos, desenvolvendo trabalhos em relação a dinâmica sociedade-natureza, e não aprofundando um debate crítico sobre o racismo e na perspectiva antirracista.

A partir deste resultado inicial encontramos que as autoras sobre a discussão racial publicada via periódicos online na geografia brasileira que mais se destacam, via índice H, são apenas 2 e são geógrafas brancas, o que ia na contramão da ideia inicial de dialogar com e valorizar as geógrafas negras, sendo assim, optamos pelo desenvolvimento de entrevistas com 3 geógrafas concursadas e professoras universitárias e 3 doutorandas, todas negras e pesquisadoras das geografias negras, entre outros campos e temas.

As entrevistas permitiram um diálogo com os resultados quantitativos levantados a partir do OGB, além de complementar os resultados finais desta dissertação com a voz ativa de tais mulheres, sem tantas interferências subjetivas da minha parte, tendo em vista que a metodologia de análise em rede atrelada a análise do discurso e conteúdo, permitiu uma interpretação do discurso das 6 geógrafas negras a partir de uma análise de frequência do que era posto em suas falas, tal ponto foi aprofundado e desenvolvido no capítulo metodológico e no capítulo 4.

As entrevistas apresentam uma realidade distinta do que encontramos nos artigos, considerando que pela interpretação epistemológica da produção de racialidades via artigos *online* na geografia, a grande produção teórica, conceitual e metodológica se dá por uma clássica reprodução da discussão racial na história da geografia, onde esse debate volta a ser inserido e reconhecido por uma demanda estatal, enquanto as geógrafas entrevistadas, consideradas como produtoras das geografias negras, ou seja, uma geografia corporificada, possuem uma produção científica com um cunho crítico e antirracista da dimensão racial do espaço, diferente dos artigos que majoritariamente apresentam o debate racial mas não necessariamente adentrando na crítica antirracista e do racismo.

Deste modo podemos indicar que há uma diferença epistemológica, que parte da intencionalidade das/os pesquisadoras/es, entre quem pesquisa e desenvolve trabalhos sobre ‘racialidades na geografia’ e sobre quem pesquisa e produz nas chamadas ‘geografias negras’,



atentando ao fato que o primeiro campo temático não humaniza e corporifica o seu debate, enquanto as geografias negras intencionalmente o fazem.

As geógrafas negras argumentaram que sua família teve importância nas suas oportunidades de estudos, sendo a mãe a principal figura familiar, bem como apontam que a geografia conhecida por elas teve apenas abordagens pontuais sobre raça e gênero durante a graduação. Vale ressaltar, que essa abordagem pontual se dá sobretudo pela intencionalidade de professoras/es, todavia, pela própria estrutura curricular o debate não é aprofundado.

Tal aspecto é um dos principais motivos para a mobilidade para estudo durante a vida adulta, pois é com tal intuito que as geógrafas migram de instituição, e muitas vezes até de região, para concluírem suas formações, ao longo da pós-graduação, almejando o contato com grupos de pesquisas e orientadoras/es que possam trazer o aprofundamento, muitas vezes não possível durante a graduação, ou simplesmente que aceitem o desenvolvimento de pesquisas antirracistas na geografia.

A partir do exposto reforçamos a ideia da interseccionalidade para a compreensão do complexo jogo de poder que se faz presente no imaginário que constrói a ideia que apenas poucos sujeitos, nesse caso, homens brancos e com posses, sejam os verdadeiros representantes da produção intelectual e científica. Utilizamos muito do feminismo negro para a ampliação de articulações na geografia, em especial por uma demanda conjunta da análise de gênero e raça, apontando para uma apreensão das diferenças corpóreas desses marcadores para a consolidação de espaços, aqui neste trabalho analisado através dos efeitos do sexismo e do racismo na geografia.

Finalizamos indicando a importância da maior divulgação das geografias corporificadas, tendo em vista que trabalhos que falem de gênero e raça na geografia já são amplamente apresentados, vide a clássica geografia da população que nos mostra divisões por gênero, assim como a história do pensamento geográfico (ou epistemologia da geografia) que também apresenta uma visão racial do espaço, entretanto, nenhuma dessas abordagens é reconhecida a partir de uma perspectiva crítica, feminista e antirracista, no caso. É necessário lembrar daquela analogia, ‘falar de índios não é o mesmo que falar de indígenas, bem como falar de mulheres não significa falar do ponto de vista feminista’, e assim por diante, deste modo, a analogia é possível de ser usada em estudos que falam de corpos, sem corporificar necessariamente (apresentar uma leitura crítica dos mesmos).

Além de também reconhecer a importância de uma maior divulgação de campos marginalizados na geografia, pela própria estruturação de organização e produção da ciência,

indicamos também a necessidade de uma maior reflexão e análise conjunta entre campos que são tão isolados e estigmatizados na geografia, mas que muito tem a contribuir para a transformação da ciência geográfica, a exemplo do diálogo proposto aqui entre as geografias feministas e geografias negras.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- AZEVEDO, Luyanne Catarina. **As trajetórias socioespaciais de professoras negras no ensino de geografia das universidades públicas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.
- AZEVEDO, Luyanne Catarina; SACRAMENTO, Ana Claudia. Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 23, n. 87, p. 53 – 69, 2022.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89 – 117, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Persona, Edições 70, 2016 [1977].
- BARIFOUSE, Rafael. Mensalidade na universidade pública? O que está em debate no Congresso. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61574241>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- BENTES, Nilma. Brasil-Durban-Brasil: um marco da luta contra o racismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 229 - 236, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder: A questão das cotas para negros. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, 2005. **Anais [...]** 2005, São Paulo, Simpósio, 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci_arttext). Acessado em 25 de maio de 2022.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. In: SILVA, Maria Lucia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (Orgs). **Violência e sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 115 – 136.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2017: Divulgação dos principais resultados**. Brasília, 2018.
- BRITO, Débora. Cotas foram silenciosas no Brasil, afirma especialista. **Agência Brasil**. 27 de maio de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acessado em 16 de janeiro de 2022.
- BROWNE, Katherine. Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades e de gênero. In: SILVA, Maria das Graças; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: 2014. p. 135 – 156.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 209 - 214, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CATRACA LIVRE. **17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão**. 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contras-escravidao/>. Acesso em: junho de 2022.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; SIQUEIRA Gabriel. Questão Étnico-Racial na Geografia Brasileira: Um Debate Introdutório sobre a Produção Acadêmica nas Pós-Graduações. **Revista ANPEGE**, v.10, n.13, p. 29 - 58, 2014.

CIRQUEIRA, Diogo. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1980 – 1930)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, p. 13 – 42, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6 - 17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. O poder da autodefinição. In: COLLINS, Patricia Hill (Org.). **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, p. 179 – 216, 2019 [1990].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, n. 4, p. 41 - 65, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**. v. 43, n. 1, p. 1241 - 1299, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Org.). **Geografia e giro descolonial experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.15 - 36, 2017.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Os negros não se deixaram escravizar. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 69, p. 1 - 6, 2007.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula, et al (Orgs). **Descolonizar o feminismo** [livro eletrônico]: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32 – 51.

EVARISTO, Conceição. **Não nasci rodeada de livros, mas de palavras, através da literatura oral**. Entrevista. Jornal El país. Paraty. 03 jul. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/29/cultura/1501282581\\_629505.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/29/cultura/1501282581_629505.html). Acesso em: 23 jan. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Conferência de abertura do XI COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os: Negras Escrevivências**. 2020. Curitiba – Paraná. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=biBn732ci5E&ab\\_channel=ABPN](https://www.youtube.com/watch?v=biBn732ci5E&ab_channel=ABPN). Acesso em: junho de 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Gênero e Número**. 20 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa América Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. Nuevos enfoques y temáticas en la Geografía internacional de finales de siglo: una introducción. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 9, p. 5 - 10, 1989.

GARCIA RAMON, Maria Dolors; ORTIZ, Anna e PUJOL, Hermínia. Universidade e gênero na Espanha: trajetórias acadêmicas de docentes na geografia. In: SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 43 – 63.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. Geografía del género y los espacios de encuentro colonial: Una nueva mirada a las narrativas de viaje. **Revista Debate Feminista**, n. 51, p. 50 - 62, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223 – 244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133 - 141, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.6/7, p. 67 – 82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política Administração e Educação**, v. 27, n.1, p. 109 – 121, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um Lugar para a Geografia. Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LÖWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e Tempo: Complexidades e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 13 – 30.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: Olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo – projeto patrimonial**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. A Geografia desde dentro nas relações étnico-raciais. In: NUNES, Marcene Denys dos Reis; SANTOS, Ivaneide Silva dos; MAIA, Humberto Cordeiro Araújo (Orgs.). **Geografia e Ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente**. Salvador: EDUNEB, 2018, p. 67 – 94.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e Geografias Negras. **Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os**, v. 12, n. Edição Especial – Caderno temático de Geografias Negras, p. 292 – 311, 2020a.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. O medo no tempo-espaço: Uma perspectiva geográfica da dor. **D’Cimarrón**. Edição 15, p. 1, 2020b.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115 - 147, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, s/v. n. 5, p. 7 - 41, 1995.

HAWTHORNE, Camilla. Black matters are spatial matters: Black geographies for the twenty-first century. **Geography Compass**, v. 13, n. 11, p. 1 – 13, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61 - 73, 2014.

hooks, bell. Racismo e feminismo: A questão da responsabilidade. In: HOOKS, Bell (Org.). **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto, p. 86 – 113, 2014 [1981].

hooks, bell. Raça e Gênero. In: HOOKS, Bell (Org.). O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018 [2000], p. 64 – 68.

LANDER, Edgard. Ciências Sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 8 - 23.

LIMA, Graziela; et al. A importância das publicações científicas dos neabs para a organização e representação do conhecimento. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28, 2019. **Anais [...]** Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3350>. Acesso em 20 de junho de 2022.

MANIFESTO POR UMA GEO-GRAFIA NEGRA. **Site do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN**. 2019. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ppge/wp-content/uploads/2019/09/manifesto.pdf> &gt;. Acesso em 22 de abril de 2021.

MARCELINO, Jonathan. As marcas da colonialidade: Raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras, p. 435 - 457, 2020.

MARQUES, Fabrício. Os limites do índice H. **Boletim Técnico do PPEC**, v. 2, n. 1, p. 35 – 39, 2017.

McKITTRICK, Katherine. ‘Black and ‘Cause I’m Black I’m Blue’: Transverse racial geographies in Toni Morrison’s *The Bluest Eye*. **Gender, Place and Culture**, v. 7, n. 2, p. 125 - 142, 2000.

McKITTRICK, Katherine. Diachronic loops/deadweight tonnage/bad made measure. **The cultural geographies**, v. 23 n. 1, p. 3 – 18, 2016.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Descente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

MONDARDO, Marcos Leandro. O Corpo enquanto “primeiro” território de dominação: O biopoder e a sociedade de controle. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, p. 1 – 11, 2009.

MONK, Janice; HANSON, Susan. On Not Excluding Half of the Human in Human Geography. **The Professional Geographer**, n.34, n.1, p.11 - 23, 1982.

MONK, Janice. Colocando Gênero na Geografia: política e prioridades. In: Silva, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (Orgs). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2011, p. 75 – 89.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: Algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, v.5, n.1, p. 17 – 24, 1996.

NOGUEIRA, Azânia; PASSOS, Joana; CRUZ, Tânia. A participação das pesquisadoras negras na produção do conhecimento científico. **Revista Identidade!**. v. 18, n. 3, p. 291 – 302, 2013.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. Corpo, espacialidade e maternagem: Trilhas para uma geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 217 - 243, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo. Epistemes entre descobertos e descobridores: Colonialidade do saber/poder e geopolítica na construção da geografia timorense. In: XII ENANPEGE – Geografia, Ciência e Política: Do pensamento à ação, da ação ao pensamento, 12, 2017, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: ANPEGE, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/319434760\\_EPISTEMES\\_ENTRE\\_DESCOBERTOS\\_E\\_DESCOBRIDORES\\_COLONIALIDADE\\_DO\\_SABERPODER\\_E\\_GEOPOLITICA\\_NA\\_CONSTRUCAO\\_DA\\_GEOGRAFIA\\_TIMORENSE](https://www.researchgate.net/publication/319434760_EPISTEMES_ENTRE_DESCOBERTOS_E_DESCOBRIDORES_COLONIALIDADE_DO_SABERPODER_E_GEOPOLITICA_NA_CONSTRUCAO_DA_GEOGRAFIA_TIMORENSE). Acesso em 23 de junho de 2022.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Revista Educação**, v. 30, n. 61, p. 29 – 51, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Jornada pela academia**. Tradução por Aline Matos da Rocha. p. 1 – 14, [20--].

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA: Gender Series**, v. 1, p. 1 – 8, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. La visualización del cuerpo: Teorías occidentales y sujetos africanos. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (Org). **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá – Colômbia: Editorial en la frontera, 2017 [1997]a, p. 37 – 84.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. La colonización de las mentes y los cuerpos: Género y colonialismo. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (Org). **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá – Colômbia: Editorial en la frontera, 2017 [1997]b, p. 207 – 258.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O lugar das relações étnico-raciais na geografia. **Terra Livre**, v. 2, n.47, p. 114 – 147, 2016.

PEAKE, Linda; KOBAYASHI, Audrey. Policies and Practices for an Antiracist Geography at the Millennium. **The Professional Geographer**, v. 54, n. 1, p. 50 - 61, 2002.



PINTO, Vagner André. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

PINTO, Vagner André; SILVA, Joseli Maria. Produção científica e Geografia: Devassando o poder da invisibilidade de gênero do fazer científico. **Terra Livre**, v. 2, n. 47, p. 52 – 78, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 117 - 142.

QUINTANA, Gabriela Raposo. Geografías desde los márgenes. **Revista de Geografía Espacios**, v. 6, n. 12, p. 7 – 12, 2016.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. De negros em movimento ao movimento negro contemporâneo. IN: RATTS, Alex; RIOS, Flavia (Orgs.). **Lélia Gonzalez**. Selo Negro, São Paulo: 2010, p. 77 – 94.

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: A dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 125 - 140, 2010.

RATTS, Alex; et al. Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, racialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 229 - 244, 2016.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 1, n. Edição Especial, p. 28 - 39, 2011.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: A diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 104, p. 1 - 22, 2020.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. **Revista: Espaço e Cultura – UERJ**, n. 38, p. 11 – 34, 2015.

REGO, Sérgio. Índice H, autoria e integridade na produção científica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 34, n. 2, p. 189 - 190, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte – MG: Editora Letramento, 2017, 112p.

RODÓ-DE-ZÁRATE. Maria. **Interseccionalidad: Desigualdades, lugares y emociones**. Manresa: Edicions Bellaterra, 2021.

RODRIGUES, João Marcos. **O movimento negro e a educação: Uma análise da revista da ABPN**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

ROZA, Isis Silva; ROZA, Luciano Magela. NEABs e a Proposição de Educação para as Relações Étnico-raciais. **Revista Interritórios**, v. 6, n. 12, p. 93 – 113, 2020.

SALLES, Stéfano; JANONE, Lucas. Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. **CNN BRASIL**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/universidades-publicas-repudiam-pec-que-propoe-cobranca-de-mensalidades/>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

SANTOS, Hélio; SOUZA, Marcilene; SASAKI, Karen. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 94, n. 237, p. 542 – 563, 2013.

SANTOS, Mariza Fernandes; RATTIS, Alecsandro José Prudêncio. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educare – Revista de Educação**.v. 10, n. 20, p. 641 – 652, 2015.

SANTOS, Mariza Fernandes. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Edição Especial - Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 54 - 77, 2020.

SANTOS, Mariza Fernandes. **A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1 – 11, 2018.

SANTOS, Zenaira da Silva. **A vitória de uma é a vitória de todas: A trajetória acadêmica das mulheres negras do curso de graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SAMPAIO, Juliano; ALVES, Lucelita; LIMA, Niccolly. Colonialidade e interseccionalidade entre geografia, gênero e classe na literatura: Quem pode escrever?. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 58, p. 320 - 328, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In: SILVA, Maria Lucia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (Orgs). **Violência e sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 137 – 150.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude e Racismo Estrutural** (2h 30m), 2020. Publicado pelo canal Instituto de Estudos de Gênero – UFSC. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watchv=BX7tRCdrB4s&t=3213s&ab\\_channel=InstitutoEstudoSdeG%C3%Aanero-UFSC](https://www.youtube.com/watchv=BX7tRCdrB4s&t=3213s&ab_channel=InstitutoEstudoSdeG%C3%Aanero-UFSC)>. Acesso em 13 de novembro de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 20, p. 137 – 152, 1994.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], n.18, p. 106 - 131, 2012.

SILVA, Adriana dos Reis. As forças propulsoras da racialidade brasileira. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 27, n. 1, p. 57 - 72, 2017.

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da; SOUZA, Lorena Francisco de. Geografia e racialidades: As mulheres que produzem o campo científico. In: XIV ENANPEGE, 14, 2021. Campina Grande **Anais [...] Campina Grande: ANPEGE, 2021.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78048>>. Acesso em: 05/06/2022.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, engenho e arte: Inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 132 – 154, 2016.

SILVA, Edson Armando; et al. Técnicas de análise de conteúdo: Experiências de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401 – 425, 2017.

SILVA, Érika. **Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): Estratégias e resistências.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Gabriel Ribeiro. Branquitude acadêmica: Poder epistêmico nas universidades brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 46 - 54, 2021.

SILVA, Jaqueline Conceição da. Feminismo negro: Corpo, escrita, experiência e performance. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 6, p. 1 – 13, 2021.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, n. 8, v.1, p. 31 - 45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; FILHO, Emilson Peracetta; ROSSI, Rodrigo. Geografia e Gênero o Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Revista eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, 38 - 62, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo Geografia: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p. 25 – 54.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p. 55 – 92.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014, p. 17 – 38.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185 - 200, 2015.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: Dilemas estruturais à Covid-19**. Editora UNIFAL – MG, p. 14 - 29, 2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 163 - 171, 2020.

SILVA, Susana Maria Veleda da; LAN, Diana. Geography and gender studies : The situation in Brazil and Argentina. **Belgeo - Revue belge de géographie**, n. 3, p. 1 – 14, 2007.

SILVA, Susana Maria Veleda da. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 301 – 313.

SILVA, Tatiane. **Geografia e pensamento decolonial: Um diálogo necessário**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SOARES, Maria; SILVA, Rebeca. Educação antirracista nas universidades públicas: Novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas. **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 179 – 200, 2021.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Branquitude e Racismo Estrutural** (2h 30m), 2020. Publicado pelo canal Instituto de Estudos de Gênero – UFSC. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watchv=BX7tRCdrB4s&t=3213s&ab\\_channel=InstitutoEstudoSdeG%C3%Aanero-UFSC](https://www.youtube.com/watchv=BX7tRCdrB4s&t=3213s&ab_channel=InstitutoEstudoSdeG%C3%Aanero-UFSC)>. Acesso em: 13.11.2020.

SOUZA, Lorena Francisco de. Mulher Negra, Espacialidade e Representações: Dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica. In: II COLÓQUIO NACIONAL DO NEER: Espaços Culturais: Vivências, imaginações e representações, 2007. Salvador. **Anais [...]** Salvador: NEER, 2007. Disponível em: <[http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor\\_1.html](http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor_1.html)>. Acessado em: 30.08.2020

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 143 - 156, 2008.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alex. Espaço, cultura e poder: Gênero e raça em análise na geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1 p. 97 – 110, 2009.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alex. Escritas e Inscrições de Geógrafas Negras. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Diálogos-Ibero-Latino-Americanos Sobre Geografias Feministas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2017, p. 151 – 166.

SOUZA, Lorena Francisco de. et al. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia Francisca de; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs). **Uma geografia do século XXI: Temas e tensões**. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 41 – 62.

THOMAZ, Petrônio; ASSAD, Renato; MOREIRA, Luiz. Uso do fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. **Arquivos brasileiros de Cardiologia**, v. 96, n. 2, p. 90 – 93, 2011.

TRAPP, Rafael Petry. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: Identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978 - 2010). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 24, n. 35, p. 235 - 252, 2011.

TRAPP, Rafael Petry. **A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. 112p.

VILLAMIZAR, Catalina Giraldo. Trayectoria y obra de Maria Dolors Garcia-Ramon: la construcción de una perspectiva geográfica feminista. Finisterra: **Revista portuguesa de geografia**, v. 54, n. 111, p. 175 - 186, 2019.

ZARAGOCIN, Sofia. Feminismo decolonial y buen vivir. In: VAREA, Soledad; ZARAGOCIN, Sofía (Orgs). **Feminismos y buen vivir: Utopías descoloniales**. Ecuador. p. 17 – 25, 2017.

ZARAGOCIN, Sofia. Hacia una reapropiación de la geografía crítica em América Latina: presentación del dossier. Íconos, **Revista de Ciências Sociais**, n.61, p. 11 – 32, 2018.

## GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA TEORIA DAS REDES SOCIAIS

<b>Arestas</b>	São as conexões, as ligações entre os nós da rede (MEDEIROS, et al., 2016).
<b>Grau ponderado</b>	Também pode ser chamada de centralidade de grau ponderado, é semelhante a centralidade de grau, mas para calcular seu peso, utiliza o peso do nó, mas também o peso das arestas (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Centralidade de intermediação</b>	A centralidade de intermediação está relacionada na quantidade de atalhos que passam por determinado nó, ou seja, o caminho mais curto, podendo permitir ou bloquear ligações (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Centralidade de proximidade</b>	É a capacidade de influência do nó, a partir da distância mínima para atingir o maior número de ligações com outros nós (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Centralidade de proximidade harmônica</b>	Consiste da mesma base da centralidade de proximidade, o que difere é a centralidade de proximidade harmônica mede a ‘média’ de proximidade entre os nós (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Circle Pack Layout</b>	É uma forma de visualização da rede, que tem como base separar de forma circular e hierárquica, as comunidades da rede.
<b>Densidade de grafo</b>	Corresponde as conectividades da rede, ao qual mostra a proporção das relações estabelecidas (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Excentricidade</b>	Corresponde à distância de um nó até o nó mais distante encontrado na rede (MEDEIROS, et al., 2016).
<b>Grafo</b>	É a representação gráfica de uma rede, demonstrando os nós e as ligações (arestas), com auxílio de <i>softwares</i> , como o <i>Gephi</i> (MEDEIROS, et al., 2016).
<b>Grau</b>	Também pode ser chamada de centralidade de grau, corresponde ao peso do nó de acordo com as conexões (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Layout Fruchterman-Reingold</b>	É uma forma de projetar uma rede, em que o <i>layout Fruchterman-Reingold</i> distribui os nós em espaço circular/esférico, alocando os hubs do centro para a periferia e minimizando a interposição de arestas (FRUCHTERMAN et all, 1991).
<b>Layout Network Splitter 3D</b>	É uma forma de visualização da rede, que permite produzir hierarquia entre os nós, a partir do peso dos nós por grau ponderado, produzindo uma topologia.
<b>Meta-relações</b>	São ligações estabelecidas nas redes unimodais, a partir da supressão de um tipo de nó da rede bimodal e estabelecendo novas ligações, por compartilhar uma conexão com o nó

	suprimido na rede unimodal (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Modularidade 1.0</b>	Consiste na resolução de 1.0 da modularidade, sendo a resolução de referência.
<b>Modularidade 1.5</b>	Consiste em uma resolução de 1.5 da modularidade, ao qual gera uma quantidade menor de comunidades, tendo como referência a resolução 1.0.
<b>Modularidade</b>	Também chamada de modularidade de classe, corresponde a utilização do algoritmo da modularidade que define cluster, que são os conjuntos de nós fortemente conectados, a qual forma comunidades a partir das conexões mais fortes (MEDEIROS, et al., 2016).
<b>Projeção multimodal</b>	É um recurso que permite a transformação de uma rede de dois modos ou dois tipos de nós (rede bimodal) em uma rede de um só modo (rede unimodal).
<b>Radial Axis Layout</b>	É uma forma de visualização da rede, que permite agrupar os nós em comunidades formando eixos, organizando a parte central com os nós de maior peso de grau ponderado.
<b>Rede bimodal</b>	São as redes iniciais que apresentam dois tipos de nós, por exemplo, os nós de artigos e nós de palavras-chave, correspondendo a dois nós em uma rede (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Rede unimodal</b>	São as redes que são convertidas, a partir da rede bimodal, para um único tipo de nó, suprimindo um tipo de nó e estabelecendo ligações e meta-relações entre os nós evidenciados (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
<b>Topologia ou rede topológica</b>	Consiste na visualização e na elaboração de rede por meio de hierarquização dos nós.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO

### ● Identificação da pesquisadora entrevistada

1. Nome que quer ser identificada:
2. Idade:
3. Religião:
4. Autodeclaração de sexualidade:
5. Autodeclaração de cor:
6. Autodeclaração de gênero:
7. Estado Civil:
8. Possui filho/a? Se sim, quantos/as?
9. Cidade de origem: /Pra saber sobre deslocamentos, se houver/
10. Local atual de moradia:
11. Possui algum tipo de deficiência?
12. Instituição que trabalha:
13. Enquadramento funcional:
14. Renda:

### ● Trajetória escolar – acadêmica

1. Como foi sua trajetória escolar da educação básica até a universidade? E na pós-graduação, como foi?
2. Você foi a primeira da sua família a entrar na universidade?
3. Você trabalhou durante a sua formação? Se sim, pode contar como foi a experiência de conciliar trabalho e estudos?
4. A Universidade foi um espaço bom ou ruim para você? Você pode comentar sobre?
5. Há alguma experiência que tenha sido marcante para você ao longo da sua formação? Você pode falar sobre isso?
6. Nível de formação atual:
7. Onde realizou sua qualificação educacional? (Cidade, instituição e ano dos níveis que possuir)
8. As questões raciais foram abordadas durante a sua formação na graduação e na pós-graduação? (conteúdos/disciplinas específicas/grupos de leituras/palestras/indicação de obras)
9. Você teve contato com outras pessoas não-brancas durante a sua formação? (colegas estudantes/professoras/es/chefias) De alguma forma isso foi marcante?
10. As questões raciais sempre estiverem presentes em suas pesquisas?
11. (se for mãe) Você acha que ser mãe influenciou na sua trajetória enquanto estudante ou pesquisadora?

### ● Perguntas relacionadas ao desenvolvimento do objetivo da dissertação

#### Vida pessoal

1. O que te motivou a escolher a geografia?
2. Sua família, amigos e redes de apoio tiveram algum papel nessa trajetória? Se sim, qual foi a importância para você?



3. Sua família tratava (de forma implícita ou explícita) sobre questões raciais e de gênero com você?

### Trabalho

1. Com quantos anos você começou a trabalhar?
2. Em qual ano você entrou na instituição ao qual é vinculada?
3. Ao longo da sua carreira você trabalhou com pesquisa e docência ou apenas um dos dois? (Se atuar na docência seguir para questão 4, se não atuar, seguir para questão 5)
4. Você dá aula na pós-graduação? Se sim, em qual linha de pesquisa?
5. Qual o tempo de atuação enquanto pesquisadora e/ou docente?
6. Quais temáticas você pesquisa/leciona na geografia?
7. Você está em algum grupo de pesquisa? Se sim, qual?
8. Você acha que existe machismo e/ou racismo na universidade? Se sim, você passou por alguma vivência/experiência?
9. Em sua trajetória acadêmica e de trabalho percebeu tratamento diferenciado e/ou deslegitimação de sua fala ou pesquisa por ser mulher negra?
10. Como é trabalhar na produção de conhecimento sendo mulher negra?
11. Você acha que as discussões sobre gênero e questões étnico-raciais são importantes para a geografia? Por quê?
12. Você já sofreu alguma desigualdade para publicar seus artigos? Se sim, por que você acha que isso aconteceu?
13. Você acha que está aumentando o número de mulheres negras pesquisadoras na Geografia?
14. Você acredita que alguma identidade (raça, gênero, maternagem...) prevaleça sobre a outra no seu trabalho como cientista/docente/pesquisadora? Por quê?

#### ● Ponto livre:

1. Fale livremente sobre algum aspecto que você queira ressaltar e não foi abordado nesta entrevista.

**ANEXO A – TESTE DO PESCOÇO**

1. Andando pelas ruas, meta o pescoço dentro das joalherias e conte quantos negros/as são balconistas;
2. Vá em quaisquer escolas particulares, sobretudo as de ponta como; Objetivo, Dante Alighieri, entre outras, espiche o pescoço pra dentro das salas e conte quantos alunos negros/as há . Aproveite, conte quantos professores são negros/as e quantos estão varrendo o chão;
3. Vá em hospitais tipo Sírio Libanês, enfie o pescoço nos quartos e conte quantos pacientes são negros, meta o pescoço a contar quantos negros médicos há, e aproveite para meter o pescoço nos corredores e conte quantos negros/as limpam o chão.
4. Quando der uma volta num Shopping, ou no centro comercial de seu bairro, gire o pescoço para as vitrines e conte quantos manequins de loja representam a etnia negra consumidora. Enfie o pescoço nas revistas de moda , nos comerciais de televisão, e conte quantos modelos negros fazem publicidade de perfumes, carros, viagens, vestuários e etc.
5. Vá às universidades públicas, enfie o pescoço adentro e conte quantos negros há por lá: professores, alunos e serviçais;
6. Espiche o pescoço numa reunião dos partidos PSDB e DEM, como exemplo, conte quantos políticos são negros desde a fundação dos mesmos, e depois reflitam a respeito de serem contra todas as reivindicações da etnia negra.
7. Gire o pescoço 180° nas passeatas dos médicos, em protesto contra os médicos cubanos que possivelmente irão chegar, e conte quantos médicos/as negros/as marchavam;
8. Meta o pescoço nas cadeias, nos orfanatos, nas casas de correção para menores, conte quantos são brancos, é mais fácil;
9. Gire o pescoço a procurar quantas empregadas domésticas, serviçais, faxineiros, favelados e mendigos são de etnia branca. Depois pergunte-se qual a causa dos descendentes de europeus, ou orientais, não são vistos embaixo das pontes ou em favelas ou na mendicância ou varrendo o chão;

10. Espicche bem o pescoço na hora do Globo Rural e conte quantos fazendeiros são negros, depois tire a conclusão de quantos são sem-terra, quantos são sem-teto. No Globo Pequenas Empresas & Grandes Negócios, quantos empresários são negros?

11. Nas programações das Tvs abertas, acessível à maioria da população, gire o pescoço nas programações e conte quantos apresentadores, jornalistas ou âncoras de jornal, artistas em estado de estrelato, são negros. Onde as crianças negras se veem representadas?



Do livro Flores de Alvenaria – 2016